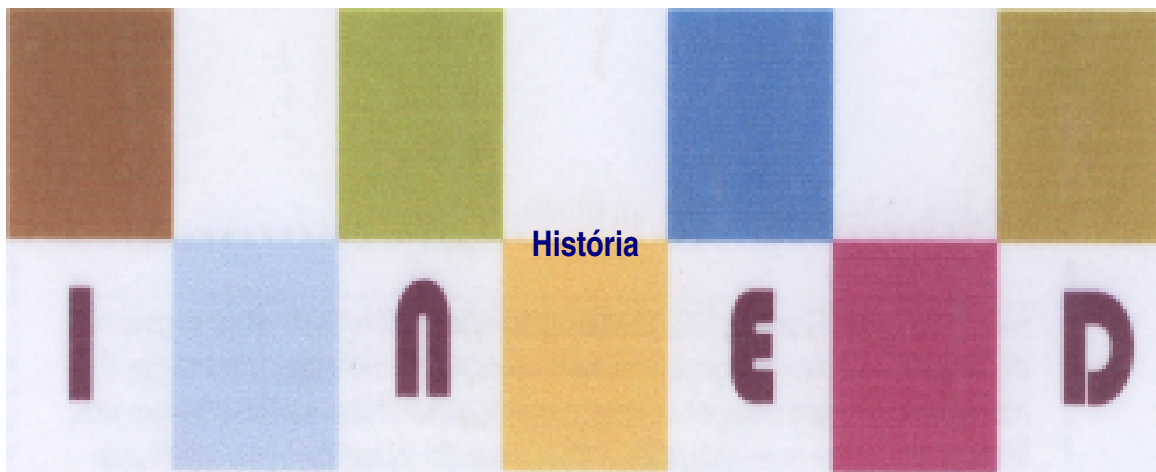


MÓDULO 7



O Colonialismo Português em Moçambique de 1890 a 1930

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA - IEDA

Conteúdos

Acerca deste Módulo	1
Lição 1	5
Lição 2	11
Lição 3	17
Lição 4	25
Lição 5	32
Lição 6	38
Lição 7	44
Lição 8	51
Lição 9	57
Lição 10	63
Lição 11	71
Lição 12	77
Lição 13	86
Lição 14	93
Lição 15	103
Lição 16	110
Lição 17	116

Soluções	123
<hr/>	
Teste Preparação de Final de Módulo 7	128
<hr/>	

Acerca deste Módulo

MÓDULO 7

Como está estruturado este Módulo

A visão geral do curso

Este curso está dividido por módulos autoinstrucionais, ou seja, que vão ser o seu professor em casa, no trabalho, na machamba, enfim, onde quer que você deseja estudar.

Este curso é apropriado para você que já concluiu a 7ª classe mas vive longe de uma escola onde possa frequentar a 8ª, 9ª e 10ª classes, ou está a trabalhar e à noite não tem uma escola próxima onde possa continuar os seus estudos, ou simplesmente gosta de ser auto didacta e é bom estudar a distância.

Neste curso a distância não fazemos a distinção entre a 8ª, 9ª e 10ª classes. Por isso, logo que terminar os módulos da disciplina estará preparado para realizar o exame nacional da 10ª classe.

O tempo para concluir os módulos vai depender do seu empenho no auto estudo, por isso esperamos que consiga concluir com todos os módulos o mais rápido possível, pois temos a certeza de que não vai necessitar de um ano inteiro para concluí-los.

Ao longo do seu estudo vai encontrar as actividades que resolvemos em conjunto consigo e seguidamente encontrará a avaliação que serve para ver se percebeu bem a matéria que acaba de aprender. Porém, para saber se resolveu ou respondeu correctamente às questões colocadas, temos as resposta no final do seu módulo para que possa avaliar o seu despenho. Mas se após comparar as suas respostas com as que encontrar no final do módulo, tem sempre a possibilidade de consultar o seu tutor no Centro de Apoio e Aprendizagem – CAA e discutir com ele as suas dúvidas.

No Centro de Apoio e Aprendizagem, também poderá contar com a discussão das suas dúvidas com outros colegas de estudo que possam ter as mesmas dúvidas que as suas ou mesmo dúvidas bem diferentes que não tenha achado durante o seu estudo mas que também ainda tem.

Conteúdo do Módulo

Cada Módulo está subdividido em Lições. Cada Lição inclui:

- Título da lição.
- Uma introdução aos conteúdos da lição.
- Objectivos da lição.



- Conteúdo principal da lição com uma variedade de actividades de aprendizagem.
- Resumo da unidade.
- Actividades cujo objectivo é a resolução conjunta consigo estimado aluno, para que veja como deve aplicar os conhecimentos que acaba de adquirir.
- Avaliações cujo objectivo é de avaliar o seu progresso durante o estudo.
- Teste de preparação de Final de Módulo. Esta avaliação serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA.

Habilidades de aprendizagem



Estudar à distância é muito diferente de ir a escola pois quando vamos a escola temos uma hora certa para assistir as aulas ou seja para estudar. Mas no ensino a distância, nós é que devemos planejar o nosso tempo de estudo porque o nosso professor é este módulo e ele está sempre muito bem disposto para nos ensinar a qualquer momento. Lembre-se sempre que “*o livro é o melhor amigo do homem*”. Por isso, sempre que achar que a matéria está a ser difícil de perceber, não desanime, tente parar um pouco, reflectir melhor ou mesmo procurar a ajuda de um tutor ou colega de estudo, que vai ver que irá superar todas as suas dificuldades.

Para estudar a distância é muito importante que planeie o seu tempo de estudo de acordo com a sua ocupação diária e o meio ambiente em que vive.

Necessita de ajuda?



Ajuda

Sempre que tiver dificuldades que mesmo após discutir com colegas ou amigos achar que não está muito claro, não tenha receio de procurar o seu tutor no CAA, que ele vai lhe ajudar a superá-las. No CAA também vai dispor de outros meios como livros, gramáticas, mapas, etc., que lhe vão auxiliar no seu estudo.

Lição 1

Colonização e Teorias de Resistência

Introdução

Já estudou no módulo 6 que as primeiras sociedades de Moçambique foram os khoisan, que não tinham uma organização social estável e que a partir da chegada dos povos de língua bantu começaram a surgir as primeiras formas de organização social – as linhagens.

Paulatinamente, à medida que a economia foi se desenvolvendo e a população foi também crescendo, as necessidades de gestão da sociedade foram aumentando, resultando daí formas de organização social mais complexas cujo auge foi o estado.

Nesta lição, que antecede o estudo de alguns estados que se formaram em Moçambique, vamos fazer um relance sobre a natureza e origem do estado bem como das características deste.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Definir* colonialismo.
- *Explicar* o impacto do colonialismo em África.
- *Explicar* as diferentes teorias sobre a resistência africana.
- *Explicar* o impacto da resistência africana.

O Colonialismo e Seu Impacto

Colonialismo, o Que é?

O termo colonização que nos tempos mais remotos, designados historicamente “tempos romanos”, significava a ocupação de novas terras, consistindo na instalação de estabelecimentos agrícolas, significa hoje a ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar.

Nesta sua nova vertente (político-militar) o colonialismo é um fenómeno moderno de iniciativa essencialmente europeia que se desenvolveu do século XV até meados do século XX.

Sobre o impacto da colonização ou do colonialismo em África existem várias interpretações, entre as quais vamos destacar duas:

A primeira defendida por L.H. Gann, Peter Duignan e Margery Perham, historiadores africanistas que sustentam que a colonização europeia da



África teve uma influência benéfica ou no mínimo não prejudicial a África.

A outra teoria é defendida por especialistas negros e marxistas e, sobretudo os teóricos do desenvolvimento e subdesenvolvimento, que consideram que o efeito positivo do colonialismo foi praticamente nulo.

Embora uns e outros apresentem os seus argumentos, o facto é que o colonialismo teve efeito positivo e negativo.

É importante destacar que a maior parte dos efeitos positivos do colonialismo não foram intencionais. Foram, sim, consequências accidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores ou resultantes de mudanças inerentes ao sistema colonial em si, ou ainda podem ter sido efeitos do erro pela lei de ferro das consequências indesejadas.

Portanto, se bem que o colonialismo tenha sido um simples capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos de África que em parte alguma do continente durou mais de 80 anos, representou, no entanto, uma fase de extrema importância do ponto de vista político, económico e mesmo social.

Assinala uma nítida ruptura na história do continente: o desenvolvimento posterior deste e, portanto, de sua história foi e continuará muito influenciado pelo impacto do colonialismo.

Hoje a melhor maneira de agir, para os dirigentes africanos, não consiste em apagar o colonialismo, mas sim em conhecer perfeitamente o seu impacto a fim de tentar corrigir-lhe defeitos e insucessos.

Teorias de Resistência Segundo Terence O. Ranger

Diante da ocupação europeia da África, os dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manter o seu “*status quo*” e, sobretudo, assegurar a sua soberania e independência. Manifestaram a sua determinação em manter a sua soberania, a sua religião e o seu modo de vida tradicional.

Sobre a resistência africana existem, segundo T.O. Ranger três teorias que importa analisar:

- i. A resistência africana era importante já que provava que os africanos nunca haviam resignado diante da conquista e ocupação europeia. Na verdade todos os tipos de sociedades africanas resistiram e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia;
- ii. Contrariamente a ideia de muitos historiadores que consideram a resistência algo desesperada e ilógica, a resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras;

As resistências africanas eram movidas por ideologias como o princípio da soberania e a religião. É esta a ideia sustentada por alguns teóricos da resistência africana como Ajayi que dizia “*O aspecto mais importante do impacto europeu foi a alienação da soberania. Quando um povo perde a sua soberania ficando submetido a outra cultura, perde pelo menos um*

pouco da sua autoconfiança e dignidade; perde o direito de se auto governar, a liberdade de escolher o que mudar em sua própria cultura ou o que adoptar ou rejeitar da outra cultura”.

A ideia de soberania constituiu de facto um dos principais suportes ideológicos da resistência africana como atestam os seguintes pronunciamentos de alguns dos líderes da resistência africana.

O chefe dos Bárue, Makombe Hanga, dirigiu-se a um visitante branco nos seguintes termos: *“Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país as companhias estão em acção (...). É preciso que o meu país também adopte reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las (também gostaria de ver boas estradas e boas linhas férreas (...). Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser”.*

Por sua vez o chefe yao, Matchemba, dirigindo-se ao comandante alemão H. V. Wissmam dizia em 1880: *“prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razões para vos obedecer. Prefereria morrer. Não caio a vossos pés pois sois uma criatura de Deus como eu (...). Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, vede, não vos digo que deveis me obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me buscar”.*

As doutrinas e símbolos religiosos aoiaram-se, em geral, nas questões de soberania e da legitimidade. A legitimidade dos chefes era consagrada por uma investidura ritual. Como deve saber, caro aluno, quando um novo chefe chegava ao poder a cerimónia da posse envolvia rituais que eram considerados importantes para um bom exercício do poder. Por outro lado quando um dirigente e seu povo decidiam defender a sua soberania, apoiavam-se em símbolos e conceitos religiosos, ou seja, era habitual a realização de cerimónias, supostamente, para garantir sucesso das campanhas militares.

iii. A terceira teoria sobre a resistência africana é aquela que considera que os movimentos de resistência não eram insignificantes, pois tiveram consequências importantes em seu tempo e ainda hoje têm notável ressonância.

A Importância e Consequências das Resistências

Durante largo tempo os movimentos de resistência eram tidos como impasses que a nada levaram, mas a partir da década de 1980 ganhou força a ideia segundo a qual esses movimentos se voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania esses movimentos anteciparam a sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Entanto que depositários de ideologias proféticas pode se dizer que contribuíram para novos agrupamento a volta de ideias. Alguns contribuíram para a melhoria da situação dos povos revoltados e outros instituíram lideranças alternativas às tradicionais.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

O colonialismo foi um capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos de África, que em parte alguma do continente durou mais de 80 anos, mas foi uma fase de extrema importância do ponto de vista político, económico e mesmo social. A ocupação e dominação europeia da África, suscitou sempre uma reacção hostil dos dirigentes africanos que se declararam decididos a lutar para assegurar a sua soberania e independência.

A resistência africana deu lugar a diversas interpretações tendo ficado quase certo que a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia, a resistência africana não foi nem desesperada nem ilógica, pois foi movida por ideologias racionais e inovadoras e que os movimentos de resistência tiveram consequências importantes em seu tempo e ainda hoje tem notável ressonância.

A resistência foi notável impacto a nível político, económico e social.

Concluiu o estudo da lição? Muito bem, agora resolva as actividades que te propomos para auto avaliação.

Actividades



Actividades

1. Assinale com um ☒ a afirmação que define correctamente colonização
 - a) Capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos de África
 - b) Prova de que os africanos nunca haviam resignado diante da conquista e ocupação europeia
 - c) Ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar
 - d) Fenómeno moderno de iniciativa essencialmente europeia que se desenvolveu do século XV até meados do século XX

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas sobre o impacto do colonialismo em África.
 - a) A colonização europeia da África teve uma influência benéfica ou no mínimo não prejudicial a África.
 - b) O efeito positivo do colonialismo foi praticamente nulo.
 - c) O colonialismo teve efeito positivo e negativo, mas a maior parte dos efeitos positivos foram consequências acidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores

3. Explique o papel das ideologias religiosas na resistência africana.

Já terminou a resolução? Pois bem confira agora a chave de correcção

1. c)
2. c)
3. As ideologias religiosas tornaram-se suporte da resistência africana pois a legitimidade dos chefes era consagrada por uma investidura ritual, além de que a defesa da soberania, apoiava-se em símbolos e conceitos religiosos.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

Agora responda as questões que se seguem.

1. O sentido do termo colonização foi variando com o tempo.
 - Distingue colonização dos tempos romanos da moderna
2. A ideia de soberania constituiu um dos principais suportes ideológicos da resistência africana.
 - Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 2

O Colonialismo Português em Moçambique (1890-1930)

Introdução

Entre finais do século XIX e princípio do século XX assistiu-se a um movimento colonizador em África ao qual Moçambique não foi excepção. No âmbito desse movimento Portugal ocupou além de outros territórios o nosso país.

Para o estudo deste acontecimento que marcou sobremaneira a história de Moçambique, impõe-se uma breve revisão ao processo de expansão imperialista em África como um todo. É pois o que iremos fazer ao longo da presente lição. Siga a lição!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:

- *Explicar o interesse dos europeus pelo interior da África.*
- *Identificar os principais itinerários das viagens exploratórias.*
- *Relacionar as viagens exploratórias com a expansão imperialista*



Objectivos

A II Corrida à África (Revisão)

O Interesse dos Europeus Pelo Interior da África

A partir de finais do século XVIII e início do século XIX a atitude dos europeus em relação a África modifica-se. Os europeus, que até finais do século XVIII não mostravam interesse em penetrar para o interior da África, começam nesta altura a manifestar interesse pelo interior do continente africano. Como é que se explica esta mudança de atitude?

Vejamos algumas razões ...

- Movimento contra a escravatura
- Movimento missionário
- A Curiosidade Científica e o Espírito de aventura
- Impacto da Revolução Industrial

As Viagens Exploratórias

Se as razões expostas justificam o interesse dos europeus pelo interior de África, no início do século XIX, ainda não estavam criadas as condições para a penetração, pois a "África era uma incógnita". Os europeus não



conheciam as terras africanas, os seus habitantes, os perigos que os esperavam, as vias de acesso.

Desde princípios do século XIX, militares, mercadores e missionários começaram a palmilhar o continente. O objectivo era estudar, fazer o reconhecimento do continente.

As Principais Viagens Exploratórias

As viagens exploratórias ou de reconhecimento tinham como principal objectivo produzir o máximo de informação sobre o continente africano e em particular as vias e condições de acesso não interior. Portanto as viagens exploratórias incidiram sobre as principais vias de acesso ao interior (os rios).

Na África Ocidental a principal dúvida estava em torno do curso do Níger, que até ao século XIX alimentava as mais diversas interpretações.

Na África Oriental e Central, o principal que se pretendia esclarecer era a nascente do Nilo.

Na África Central e Austral - David Livingstone foi a maior referência. Chegou à África do Sul em 1849 atravessou o Calaari, antes de descobrir o lago Ngami e seguiu para Ocidente até Luanda. Depois seguiu pelo Zambeze de Oeste a Leste tendo chegado às cataratas do Zambeze a que chamou quedas Vitória. Em 1856 chegou ao oceano Índico e dois anos mais tarde descobriu o lago Niassa. Depois alcançou o Tanganyica e o Lualaba. Morreu em 1873, em África.

Passaram igualmente

- Savorgnan Brazza
- Hermenegildo Capelo
- Robert Ivens
- Serpa Pinto
- Cameroon

A Corrida Imperialista e a Partilha de África

O período de 1880 a 1935 ficou marcado na História pelas rápidas mudanças que o marcaram. Contudo, mais rápidas ainda, mais espectaculares e também trágicas foram as que se operaram entre 1880 e 1910, o período da conquista e ocupação de África pelos europeus.

Tratou-se de um fenómeno realmente espantoso, pois em 1880 os europeus ocupavam apenas algumas regiões ao longo da costa cuja extensão representava cerca de 20% do território africano. A única região em que se notava presença europeia no interior era o extremo sul do continente, onde haviam europeus no interior do Cabo. O restante do continente africano mantinha a sua total autonomia sob a direcção dos reis e chefes africanos.



Entretanto, em pouco mais de trinta anos, esta situação política alterou-se profundamente. Em 1914 toda a África, exceptuando a Etiópia e a Libéria, encontrava-se sob domínio dos europeus.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Até ao século XVIII a presença europeia em África esteve reduzida às zonas costeiras mas, a partir de finais do século XVIII e início do século XIX os europeus começam a manifestar interesse pelo interior do continente africano.

Nesta altura, militares, mercadores e missionários começaram a palmilhar o continente com o objectivo de estudar, reconhecer, o continente.

As viagens exploratórias incidiram sobre as principais vias de acesso ao interior como o Níger na África Ocidental a nascente do Nilo na África Oriental e Central, ou o Zambeze na África Austral.

Entre 1880 e 1935 deu-se então o processo de conquista e ocupação de África pelos europeus. Foi nesta altura que Moçambique caiu sob domínio dos portugueses

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

- I. Indique duas razões do interesse dos europeus pelo interior da África a partir de finais do século XVIII.
- II. Assinale as alíneas verdadeiras, em relação as viagens exploratórias dos europeus em África
 1. Os principais itinerários dos europeus durante as viagens exploratórias incluíam
 - a) Saara, Nilo, Niger e Mediterrâneo
 - b) Niger, Congo, Nilo, Zambeze
 - c) Floresta equatorial, costa do Atlântico, rio Níger
 - d) Atlântico, Índico, Mediterrâneo
 2. As viagens exploratórias contribuíram para a expansão imperialista na medida em que
 - a) Permitiram a exploração do continente
 - b) Proporcionaram aos europeus o conhecimento do continente
 - c) Apenas integravam viajantes europeus
 - d) Entre os viajantes encontravam-se militares, missionários e mercadores

Guia de Correção

- I. Considerar como alternativas de resposta
 - movimento contra a escravatura
 - movimento missionário
 - A Curiosidade Científica e o Espírito de aventura
 - impacto da Revolução Industrial
- II.
 1. b)
 2. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Mencione 3 exploradores que passaram pela África no âmbito das viagens exploratórias.
2. Observe o mapa abaixo e descreva com base nele o mapa político da África nas vésperas da corrida imperialista.



Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 3

O Papel Específico de Portugal na Penetração Imperialista

Introdução

A expansão imperialista foi, como estudou, motivada, essencialmente, por motivos económicos ligados ao desenvolvimento da indústria europeia do qual resultou a necessidade de novas fontes de matérias-primas e mercados. Entretanto, Portugal não tinha o nível de desenvolvimento dos países industrializados e tão pouco tinha grandes necessidades em matérias-primas e mercados. Não obstante, Portugal foi um dos principais países envolvidos na aventura colonial, o que leva a que se questione “como é que Portugal, sem ser uma potência imperialista conseguiu ser uma potência colonial?”. Siga com atenção a presente lição para buscar a resposta a esta questão.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Caracterizar a economia portuguesa no princípio do século XX.*
- *Explicar o carácter específico do colonialismo português.*

A Economia Portuguesa nos Fins do Século XIX e Princípios do Século XX

Desde 1703 que Portugal era, virtualmente, uma colónia inglesa. Mediante um acordo comercial, Portugal exportava vinhos para a Inglaterra e esta exportava têxteis para Portugal. Os convénios comerciais foram sempre muito favoráveis à Inglaterra contribuindo para o atrofamento da única indústria extensa que existia em Portugal (a têxtil). Este facto explica aparentemente porque razão, a partir de 1820, a indústria de couros aparecia à frente das indústrias portuguesas.

A partir de 1870 a burguesia manufactureira procura libertar-se, com relativo êxito, da importação dos têxteis ingleses, incentivando a produção interna, diversificando os parceiros comerciais e estabelecendo tarifas proteccionistas.

O desenvolvimento têxtil de 1870 em diante inseria-se numa movimentação industrial global que iniciou na segunda metade do século XIX, com a construção de infraestruturas de transportes e comunicações, principalmente com recurso a capitais estrangeiros.



Os transportes facilitaram o desenvolvimento industrial e o incremento das relações capitalistas de produção. Contudo o desenvolvimento industrial português era insignificante, se comparado com o registado nos outros países da Europa.

A indústria também registou progressos consubstanciados no aumento do número de fábricas e de operários.

Porém, e não obstante a relativa melhoria, a economia portuguesa no final do século XIX era baseada na agricultura que ocupava cerca de 80% da população activa. A indústria estava limitada a indústria têxtil e vinícola. Importantes sectores da economia como os transportes, a banca ou os seguros estavam nas mãos do capital estrangeiro.

O Papel Específico de Portugal na Penetração Imperialista

“Potência capitalista em evolução, tributária de modos de produzir e de reproduzir précapitalistas, mas potência não imperialista, Portugal participou objectivamente interessado na “corrida imperialista”. Tirando partido da sua condição de “potência menor” num jogo de alianças tácticas e aproveitando, nos conflitos entre as grandes potências, a recusa destas em aceitar que qualquer delas obtivesse uma hegemonia territorial ou estratégia superior à das outras, Portugal surgiu na cena histórica como mediação entre o imperialismo na caça do sobrelucro colonial e os recursos humanos e naturais das colónias, lucrando e fazendo lucrar”.

Um dos fenómenos de mais difícil explicação e compreensão no estudo da dominação imperialista é o que diz respeito ao facto de Portugal, não sendo uma potência imperialista, ter podido continuar a ser uma potência colonial.

Algumas ideias:

- Portugal era, nos finais do século XIX, uma “potência capitalista atrasada” e que, por consequência, só pôde manter as colónias cedendo-as e “alugando-as” ao capital de potências capitalistas de facto.
- Portugal manteve as colónias não para explorá-las do ponto de vista económico, o que não lhe era possível por ser um país atrasado, mas sim para as exhibir. Portugal era uma potência imperialista sem raízes nem objectivos “económicos”, desenvolvendo um “imperialismo de prestígio”
- Portugal manteve as colónias porque fracções da burguesia portuguesa estavam interessadas na sua exploração.

Nenhuma dessas ideias conseguiu, de facto, garantir um apoio documental sólido. Algumas delas, como a tese do “imperialismo não económico” definem-se menos pelo que procuraram esclarecer do que pelo que procuraram combater. Outras são persuasivas (a “tese do aluguer”).

Importa, porém destacar que o capitalismo português, a partir de 1850, efectuava a transição entre a submissão formal do trabalho pelo capital e a real ou seja o “modo de produção especificamente capitalista”.

Na submissão formal, o capital não modificava imediatamente o conteúdo e os mecanismos técnicos reais do processo de trabalho e de produção anteriores. Quer dizer: o capital preservava formas de produção arcaicas, transformando-as no processo de produção. Isto significa que os velhos processos sociais de produção passavam a ter uma cadência acelerada. Era este estágio de transição que modelava o desenvolvimento capitalista português.

Portanto, em vez de se dizer que o capitalismo português era atrasado, deve, antes, dizer-se que ele estava em ascensão, numa realidade ainda fortemente tributária da forma e de relações de produção não-capitalistas. Tentava ascender (e ascendia gradualmente) à custa de um mundo feudal ou quase feudal, num processo difícil e com frequência dependente do financiamento externo. Assim, Portugal não atingira, nos finais do século XIX, o estágio em que o capital financeiro (junção do capital bancário e do capital industrial) passara a ser a força motriz, determinante, do modo capitalista de produção, suscitando a busca de monopólios coloniais.

É legítimo sustentar que Portugal não se envolveu numa onerosa “ocupação efectiva” apenas porque dela resultaria o prestígio da posse e o mecanismo de pressão nas “guerras diplomáticas”. É possível detectar, em qualquer ser humano, o espaço, maior ou menor, da aventura lúdica e da busca de puros “ideais”. Mas as sociedades, os estados são realidades que transcendem os indivíduos, os puros ideais e os sonhos. Portanto, se Portugal manteve as colónias onde já tinha interesses mercantis desde o século XV, é porque estava, objectivamente, interessado em explorá-las.

Por consequência, Portugal, não sendo uma potência imperialista, estava, contudo, interessado na exploração objectiva das colónias, e esse interesse foi como que reactualizado pela concorrência de outras potências, estas realmente imperialistas.

Contudo, aceitando estas premissas poderemos considerar que a exploração global das colónias só podia ser levada a cabo, como o foi, através do padrinhamento concedido pelo grande capital internacional, e só podia reproduzir-se, como se reproduziu, mediante um complexo jogo de concessões e de alianças tácticas com as diversas potências coloniais, nem sempre bem sucedido a curto ou a médio prazos, mas sempre bem sucedido a longo prazo, como atesta a duração do colonialismo português.

O apadrinhamento referido e o jogo de alianças constituíram dois momentos mutuamente condicionados e historicamente correspondentes ao estágio da evolução portuguesa. Foi nesse contexto que surgiu o



estado colonial português, como medianeiro entre o imperialismo na caça do sobrelucro colonial, e os recursos humanos e naturais de Moçambique.

Ao assumir essa mediação, como resultado da imposição externa e das condições específicas da evolução do capitalismo português, Portugal pôde, indiscutivelmente, preparar terreno para uma nova acumulação primitiva de capital na sua forma de capital-dinheiro, que viria a ser decisiva para o desenvolvimento da economia política do Portugal pós-1930, no chamado “nacionalismo económico” de Salazar

Ao ceder dois terços do território moçambicano às companhias, exigiu-lhes um quinhão de lucros: Por exemplo, da companhia de Moçambique, que, só por si, ocupou um quarto do território nacional recebeu 10% cento das ecções emitidas e 7,5% dos lucros totais em troca do que Portugal se absteve de cobrar impostos nas áreas de concessão da companhia.

Quando autorizou as companhias não majestáticas a cobrarem impostos nas terras aforadas, exgiu-lhes uma percentagem da cobrança.

Ao autorizar o recrutamento nas áreas sob seu controlo, o estado cobrava taxas de recrutamento às companhias autorizadas a efectuá-lo.

E ao promover a exportação de mão-de-obra a sul do Save para as minas sul-africanas, cobrou tarifas transitárias, beneficiou do pagamento diferido em divisas e fez com que lhe cnstruíssem o porto de Lourenço Marques e as linhas férreas.

Intermediário atento da exploração imperialista, Portugal nela participou lucrando e fazendo lucrar.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Nas vésperas da invasão imperialista, Portugal apresentava uma economia basicamente agrícola e com acentuada dependência em relação ao estrangeiro.

Não sendo uma potência imperialista, Portugal estava, contudo, interessado na exploração objectiva das colónias.

Diante desta realidade a exploração das colónias foi levada a cabo através do apadrinhamento concedido pelo grande capital internacional, e reproduziu-se mediante um complexo jogo de concessões e de alianças tácticas com as diversas potências coloniais.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

" Portugal não é um país imperialista...Portugal é um país colonialista atrelado ao imperialismo, mas que ele próprio pela sua natureza, não é um país imperialista". **Amílcar Cabral**

- Comente a ideia de Amílcar Cabral expressa no texto, tendo em conta os seguintes aspectos:
 - a) Envolvimento de Portugal na corrida imperialista europeia pela ocupação de África.
 - b) Ocupação, colonização e administração de Moçambique

Guia de Correção

Não sendo uma potência imperialista, Portugal envolveu-se na corrida imperialista, através do padrinhamento concedido pelo grande capital internacional e lançou-se na ocupação, colonização e administração de Moçambique, mediante um complexo jogo de concessões e de alianças tácticas com as diversas potências coloniais.

Neste contexto o estado colonial português surgiu como mediano entre o imperialismo na caça do sobre-lucro colonial, e na exploração dos recursos humanos e naturais de Moçambique.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Portugal manteve as colónias não para explorá-las do ponto de vista económico, o que não lhe era possível por ser um país atrasado, mas sim para as exhibir. Portugal era uma potência imperialista sem raízes nem objectivos “económicos”, desenvolvendo um “imperialismo de prestígio”

Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.

2. O estado colonial português surgiu como medianoiro entre o imperialismo na caça do sobre-lucro colonial, e na exploração dos recursos humanos e naturais de Moçambique.

Explique especificamente como é que Portugal fez o papel de medianoiro entre o imperialismo na caça do sobre-lucro colonial, e na exploração dos recursos humanos e naturais de Moçambique.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 4

O Estabelecimento das Fronteiras de Moçambique

Introdução

O estabelecimento das fronteiras de Moçambique foi um dos momentos em que se evidenciou a forma como o apadrinhamento concedido pelo grande capital internacional e o jogo de concessões e de alianças táticas com as diversas potências coloniais, permitiu a Portugal entrar com sucesso na aventura colonial. Com efeito, foi entre conflitos, arbitragens e tratados que se produziu o traçado actual das fronteiras de Moçambique. Veja como se deram os acontecimentos ligados a este processo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Situar* no tempo a fixação das fronteiras de Moçambique.
- *Descrever* o processo de delimitação das fronteiras sul centro e norte.

A Fronteira Sul

O estabelecimento da fronteira Sul fez-se no final de disputas entre portugueses, ingleses e bóeres, pela posse da Baía de Maputo. No século XVIII, os portugueses que através de Lourenço Marques tinham se fixado na Baía de Maputo em 1544, os holandeses e os austríacos lutavam pelo controlo desta. Em 1820 entraram na disputa os ingleses quando William Owen assinou tratados com chefes de alguns reinos situados a sul da Baía.

A entrada dos ingleses na corrida pela posse da Baía de Maputo explica-se pela importância que a Baía de Maputo tinha para os ingleses, que na altura tinham ocupado o Natal e o Cabo. Com efeito para os ingleses a baía de Maputo era importante pois:

- Era uma potencial reserva de mão-de-obra para a colónia britânica do Natal
- Permitia controlar as vias de comunicações especialmente o Rio Maputo (para travar o tráfico de armas pelos Zulu através da Baía)
- Podia servir de base para as operações convista a anexar o Transvaal.

Reagindo a ameaça inglesa, os portugueses protestaram, mas os ingleses mantiveram-se firmes nas suas acções.

Tentando assegurar os seus interesses, em 1869, Portugal assinou um acordo com o Transvaal que fixava o limite dos territórios portugueses pelo paralelo 26°30'S (Montes Libombos).



O acordo de 1869 também não foi capaz de demover os ingleses e Portugal decidiu solicitar arbitragem internacional. Em 1875 deu-se então a arbitragem internacional pelo presidente Francês marechal Mac Mahon.

Como sabe, caro aluno a Baía de Maputo é parte do território moçambicano que esteve sob colonização portuguesa, o que mostra que Mac Mahon decidiu a favor dos portugueses.

Fronteira Centro

O conflito envolveu os portugueses, com o seu projecto Mapa-Cor-de-Rosa, e os ingleses que tinham o plano de ligar o Cabo ao Cairo. Nesta região as disputas foram muito mais acesas e chegaram a confrontação militar.

Em 1886, um ano após a Conferência de Berlim, Portugal elaborou o seu plano de ocupação na África Austral que previa a ocupação de todas as terras entre Angola e Moçambique – Mapa Cor-de-Rosa. No mesmo ano, e prevendo a contestação inglesa, Portugal assinou tratados com Alemanha e França para que estes países apoiassem Portugal em caso de disputa com os ingleses.

Em 1887 o ministro dos negócios estrangeiros português, Henrique Barros Gomes apresentou à Câmara dos deputados o mapa cor-de-rosa que punha em causa os desejos expansionistas dos ingleses. A reacção inglesa não se fez esperar. Partindo das suas possessões na actual África do Sul, os ingleses avançaram para Mashonalândia e Matabelelândia e apelaram aos portugueses para abdicar das suas ambições. Estalou o conflito.

Em 11 de Janeiro de 1890 os ingleses enviaram um ultimato exigindo a retirada imediata das tropas portuguesas do Chire e da Mashonalândia sob perigo de quebra das relações e recurso a força militar.

Portugal tentou apelar aos seus “aliados” (Alemanha e França) mas nenhum deles concedeu apoio. A Inglaterra enviou uma força da companhia BSAC para atacar Manica. Sem o apoio dos “aliados” Paiva de Andrade, administrador da Companhia de Moçambique, e como tal representante dos interesses dos portugueses na região foi preso após as tropas da Companhia de Moçambique terem sido derrotadas. De seguida os ingleses construíram, em Manica, o forte Salisbury.

O governo português teve que se submeter ao ultimato inglês, vendo desse modo fracassar a ideia do Mapa Cor-de-Rosa.

Fronteira Norte

Os conflitos no norte envolveram Portugal e Alemanha. Este país tinha ocupado o Tanganyika desde 1884. Em 1894 atravessou o Rovuma para o sul expulsando a guarnição portuguesa e substituindo-a por uma alemã. Apesar do protesto formal apresentado pelos portugueses, os alemães mantiveram e alargaram a sua ocupação até Quionga. Só a derrota alemã na I Guerra Mundial permitiu a Portugal recuperar as suas terras.

Tentativas Para Ocupação Global das Colónias Portuguesas

Como vimos, o estabelecimento das fronteiras de Moçambique, teve lugar durante a corrida imperialista e exprimiou a tensão e as contradições das principais potências imperialistas.

Durante o processo da fixação das fronteiras os países capitalistas não só tentaram aumentar os seus territórios coloniais a custa de partes das colónias portuguesas, como também procuraram ocupar integralmente as mesmas.

Em 1898 as dificuldades financeiras de Portugal e a crise política ligada ao ultimatum inglês levaram a elaboração de um projecto de divisão de Angola e Moçambique entre Inglaterra e Alemanha.

Nesse ano a Inglaterra que pretendia garantir a neutralidade da Alemanha no conflito que tinha com a França por causa do Sudão e a não participação alemã na iminente guerra anglo-boer assinou com a Alemanha um contrato que distribuía as áreas de influência.

Assim, caso Portugal contrairasse empréstimo a qualquer das duas potências o norte de Moçambique, o sul de Angola e Timor ficaria com a Alemanha e o resto ficaria com a Inglaterra. A este acordo de áreas de influência foi anexa uma cláusula secreta que previa que em caso de incumprimento do estipulado na concessão do empréstimo as duas colónias ocupariam efectivamente as “áreas de influência”. Contudo a Inglaterra apressou-se a dar conhecimento da cláusula secreta aos portugueses.

A Alemanha desconhecadora da traição inglesa tentou acelerar o processo, oferecendo a Portugal um empréstimo, mas Portugal recusou-se tentando obtê-lo junto da França. Para tentar intimidar a Alemanha enviou, em Maio de 1898, uma esquadra naval pelo Tejo, mas ao chegar a Portugal encontrou uma guarnição inglesa e teve que regressar.

Face a situação vivida por Portugal este aceitou um pequeno empréstimo britânico e assinou o tratado de Windsor pelo qual a Inglaterra reafirmou a sua obrigação de proteger a integridade territorial de Portugal contra todos os inimigos presentes e futuros. Por sua vez Portugal garantia a sua neutralidade em caso de conflito na África do Sul e proibia o tráfico de armas pelo porto de Lourenço Marques.

Em 1904 a Alemanha tenta sem sucesso retomar o diálogo sobre a partilha dos territórios portugueses.

Em 1911 reactivou o seu velho interesse e conseguiu forçar o reinício das negociações com a Inglaterra em 1913. O texto do novo acordo ficou pronto mas não chegou a ser assinado devido:

- A Falta de consenso sobre certas questões do acordo e;
- Início da Primeira Guerra Mundial.



A Dependência Colonial Global dos Investimentos não Portugueses

Tirando partido da débil situação económica e financeira de Portugal os principais financiadores e credores de Portugal procuraram tirar o maior benefício possível das colónias portuguesas. Em Moçambique, essa exploração assumiu carácter directo, através de investimentos locais, e indirecto, mediante o uso da mão-de-obra migrante ou forçada.

- A Inglaterra circundava Moçambique a Sul e Sudoeste
- A Alemanha fazia fronteira com Moçambique a norte
- A França tinha aproveitado bastante mão-de-obra moçambicana no tempo do tráfico de escravos.

Toda a política colonial portuguesa foi modelada para servir os diversos interesses políticos e financeiros dessas potências, com maior privilégio para os ingleses.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu que:

O processo de delimitação das fronteiras de Moçambique foi um fenómeno marcado por disputas entre os portugueses e potências europeias interessadas em se apoderar das possessões portuguesas. No sul as disputas envolveram os portugueses aos ingleses e boers, no centro a disputa foi com os ingleses e no norte com os alemães.

Apresentando-se com um menor poderio económico, e também político-militar, Portugal conseguiu enfrentar as grandes potências imperialistas nesta disputa por via do apadrinhamento e do jogo de concessões e alianças tácticas.

A tentativa das potências imperialistas de se apoderar dos territórios portugueses prosseguiram mesmo após a fixação das fronteiras e uma vez mais a diplomacia portuguesa constituiu a principal arma para a sua defesa.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. O estabelecimento das fronteiras coloniais em África foi uma das consequências da aplicação do princípio da ocupação efectiva.
 - a) Refira-se ao projecto "mapa -côr- de- rosa", explicando em que consiste e qual o contexto do seu surgimento.
 - b) Descreva os conflitos entre Portugal e Inglaterra no âmbito da ocupação efectiva.

Guia de Correção

1.
 - a) Mapa Cor-de-Rosa é como ficou conhecido o plano de Portugal para a ocupação da África Austral. Este plano surgiu no contexto da partilha de África, logo após a Conferência de Berlim.
 - b) O conflito entre Portugal e Inglaterra emergiu na sequência da contestação inglesa ao mapa cor-de-rosa. Não tendo havido entendimento em torno desta questão o conflito evoluiu para a confrontação militar tendo os portugueses sido derrotados. O governo português teve que se submeter ao ultimato inglês vendo desse modo fracassar a ideia do Mapa Côr-de-Rosa.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. O traçado definitivo da fronteira sul de Moçambique foi fixado:
 - a) Em 1820 por William Owen
 - b) Em 1875 pelo presidente Francês marechal Mac Mahon.
 - c) Em 1885 na Conferência de Berlim
 - d) Em 1887 por Henrique Barros Gomes

2. Assinale V as afirmações verdadeiras e F as falsas em relação as tentativas de ocupação global dos territórios portugueses.
 - a) Em 1898 a Inglaterra assinou com a Alemanha um acordo para a divisão de Angola e Moçambique, mas na verdade pretendia a neutralidade alemã na guerra anglo-boer e no conflito com a França pelo Sudão.
 - b) Pelo tratado de Windsor a Inglaterra reafirmou a sua obrigação de proteger a integridade territorial de Portugal contra todos os inimigos presentes e futuros.
 - c) Pelo tratado de Windsor Portugal garantia apoio militar à Inglaterra e proibia o tráfico de armas por Lçó Marques.
 - d) Um dos subscritores do tratado de Windsor foi a Alemanha

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 5

As Campanhas Militares de Ocupação de Moçambique

Introdução

A delimitação de fronteiras foi um passo rumo a dominação colonial mas não foi em si só suficiente para que tal se concretizasse. As comunidades africanas nunca se mostraram indiferentes diante da ameaça colonial. Quando a soberania dos estados africanos achou-se em perigo verificaram-se de imediato as mais diversas manifestações de contestação. Foi preciso que os europeus impusessem à força o seu domínio.

Vamos iniciar nesta lição o estudo do processo que culminou com a ocupação e dominação colonial em Moçambique, abordando em traços gerais a situação política e económica do sul de Moçambique pouco antes da conquista.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Caracterizar o mapa político do Sul de Moçambique nas vésperas da conquista.*
- *Caracterizar a economia do sul de Moçambique nas vésperas da conquista.*

O sul de Moçambique nas Vésperas da Conquista

Entre 1885 e 1930 a economia e a política do sul de Moçambique foram transformadas. Neste período o colonialismo avançou, das pequenas colonizações do litoral, à conquista dos estados africanos no interior, para depois elaborar um sistema de exploração do trabalho moçambicano bastante rentável. No Sul este sistema baseou-se, desde o início, em fortes relações político-económicas com a África do Sul.

O Sul de Moçambique até 1885

Os Estados Africanos na Década de 1880

Até a década de 1880, a situação política no Sul de Moçambique foi marcada pela existência de dois grandes estados, nomeadamente:

- Estado de Gaza que, nesta região se estendia do Save ao Limpopo, ocupando as actuais províncias de Gaza e Inhambane e;

- Reino de Maputo, na região entre os Montes Libombos e a costa, incluindo o reino Tembe.
- Existiam igualmente alguns reinos menores como Manhiça, Cossa e Chirindza tributários do Estado de Gaza e Matsolo e Nuamba tributários do Reino Suázi.

Estes estados estavam fora de qualquer forma de domínio colonial, mas estavam envolvidos no comércio com os europeus e asiáticos. Deste comércio obtinham tecidos, enxadas e armas de fogo em troca de marfim e outras mercadorias.

Capital e Desenvolvimento de Lourenço Marques

Lourenço Marques foi tornada local de fixação portuguesa em 1799, mas, até 1870, continuava uma simples povoação. O poder dos portugueses estava limitado ao forte e arredores, mas, mesmo aí, era tão fraco que quando um exército Zulu atacou o local em 1873, os portugueses não conseguiram impedir que o governador fosse morto. Antes, em 1852 o Governador português tinha sido obrigado a substituir um comandante por pressão dos chefes locais.

Como se explica então que os portugueses tenham permanecido no local se eram tão frágeis?

- ✓ Para os estados africanos a presença portuguesa não representava nenhuma ameaça;
- ✓ A presença portuguesa era importante para o desenvolvimento do comércio.

A Economia do Sul de Moçambique no Século XIX

O desenvolvimento da economia do Sul de Moçambique durante o século XIX conheceu três momentos, como verá a seguir...

Primeiro Período – 1840 – 1870

O desenvolvimento do Sul de Moçambique neste período esteve ligado a diferentes factores como:

- Intensificação da caça ao elefante com reflexo no aumento das exportações de marfim;
- Acumulação de grandes fortunas por homens que financiaram a caça ao elefante. Em última instância isto levou a extinção do elefante e declínio do comércio do marfim
- Intensificação do comércio asiático no sul de moçambique
- Início da exportação de mão-de-obra para o Natal;
- Exportação da produção camponesa.



Segundo Período 1870 a 1885

A partir de 1870 a economia do sul de Moçambique inicia um novo rumo, estimulado por novos factores que emergiram especialmente na África do Sul nomeadamente:

1. Início da mineração de diamantes em Kimberley, em 1871, o que leva ao aumento da migração de mão-de-obra;
2. Início da mineração de ouro em Lydenburg. Lourenço Marques passa a ser importante local de trânsito o que concorre para:
 - ✓ Grande crescimento dos empreendimentos comerciais em Lourenço Marques;
 - ✓ Início do trabalho migratório para as minas de ouro do Transvaal;
 - ✓ Escassez de mão-de-obra no interior de Moçambique;
 - ✓ Expansão da rede comercial nas zonas de recrutamento em Moçambique.

Terceiro Período (1885 e 1900) - Capital Resistência e Conquista

Entre 1885 e 1900, a economia política do sul de Moçambique foi transformada, caracterizando-se por:

1. Intensificação do desenvolvimento Capitalista na África Austral devido a:
 - a) Abertura de minas de ouro em Witwatersrand;
 - b) Construção de linhas férreas;
 - c) Surgimento de outras indústrias dependentes

O sul de Moçambique torna-se no principal fornecedor de mão-de-obra para a indústria mineira sul-africana e Lourenço Marques e acumula receitas provenientes do trânsito de mercadorias.

2. Escassez de mão-de-obra
3. Resistência dos estados africanos ao avanço do poder colonial.

Nesta fase o desenvolvimento capitalista tinha chegado a um ponto em que a reestruturação política se tornava indispensável. Porquê?

- Necessidade de controlo da mão-de-obra
- Controlo de um comércio cada vez mais próspero
- Competição internacional pelo controlo do hinterland de Lourenço Marques.

O crescimento dos laços económicos com a África do Sul

Comércio externo

O início da extracção de ouro em Witwatersrand teve efeitos imediatos em Lourenço Marques, o principal ponto de trânsito de e para o Transvaal. É por isso que a partir desta altura regista-se um aumento de volume de mercadorias que passam pelo porto de Lourenço Marques.

Transportes

Até 1886 o transporte para o Transvaal fazia-se por estrada, atravessando o Incomáti ou o Umbelúzi e a Suazilândia. Em 1886 inicia-se a construção da via-férrea em Moçambique, aberta ao tráfego em 1887, mas só em 1894 começou a funcionar regularmente, depois de ligada ao sistema de caminhos-de-ferro do Transval.

A construção da linha férrea ofereceu emprego a milhares de moçambicanos e, depois de 1892 tornou-se a principal via para os trabalhadores migrantes que iam ao Transvaal

Mão-de-obra

Aumento da emigração de moçambicanos para a África do sul. Em 1894 migravam cerca de 25000 trabalhadores por ano. O rápido aumento de emigrantes nas minas implicou o incremento do comércio no sul de Moçambique principalmente de álcool.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Entre 1885 e 1930 a economia e a política do sul de Moçambique foram transformadas em estreita ligação com a evolução política e económica da África do Sul.

Até 1880 o Sul de Moçambique era dominado pelos grandes estados de Gaza e Maputo, mas também existiam alguns reinos menores como Manhiça, Cossa e Chirindza tributários do Estado de Gaza e Matsolo e Nuamba tributários do Reino Suázi. Lourenço Marques, local de fixação portuguesa em 1799, era, até 1870, uma simples povoação.

A economia do sul de Moçambique no século XIX conheceu três etapas:

- 1840 – 1870 - Intensificação da caça ao elefante e aumento das exportações de marfim e a intensificação do comércio asiático no sul de Moçambique, além da exportação de mão-de-obra para o Natal e a exportação da produção camponesa.
- Entre 1870 e 1885 - início da mineração de diamantes em Kimberley e de ouro em Lydenburg.
- De 1885 a 1900 - minas de ouro em Witwatersrand, a construção de linhas férreas e surgimento de outras indústrias dependentes.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Assinale com um ✓ as razões que explicam como os portugueses permaneceram em Lourenço Marques até 1870 sabendo que o seu poder era muito fraco e estava circunscrito ao forte e arredores.
 - a) Os chefes africanos tinham apoio dos comerciantes do marfim
 - b) A presença portuguesa não era ameaça para os estados africanos e era importante para o desenvolvimento do comércio.
 - c) Os portugueses contavam com o apoio dos boeres e não se envolviam na vida dos reinos africanos
 - d) Os portugueses não tinham descoberto as riquezas de Moçambique
2. Mostre com dois exemplos que a economia do sul de Moçambique a partir de 1870 evoluiu em ligação com a economia sul-africana.
 1. b), c)

2. Dois exemplos que mostram que entre 1870 e 1885 a economia do sul de Moçambique evoluiu ligada a economia sul-africana são mineração de diamantes em Kimberley e de ouro em Lydenburg. Estas actividades levaram ao aumento da migração de moçambicanos para África do sul entre outras implicações.

Avaliação



Avaliação

1. Assinale com um ✓ as unidades políticas que existiam no sul de Moçambique por volta de 1880.
 - b) Estados Militares do Vale do Zambeze
 - c) Estado de Gaza
 - d) Reino Maputo
 - e) Estados Ajaua
 - f) Reinos Afro -Islâmicos da Costa
 - g) Cossa
 - h) Matsolo
 - i) Nuamba
2. Assinale com um ✓ os factores que concorreram para o desenvolvimento do sul de Moçambique entre 1840 e 1870
 - a) Intensificação da caça ao elefante com reflexo no aumento das exportações de marfim
 - b) Início da mineração de diamantes em Kimberley, em 1871
 - c) Intensificação do comércio asiático no sul de Moçambique
 - d) Início da exportação de mão-de-obra para o Natal
 - e) Exportação da produção camponesa.
 - f) Início da mineração de ouro em Lydenburg.
 - g) Surgimento de outras indústrias dependentes

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 6

A Conquista Militar no Sul de Moçambique

Introdução

A conquista e ocupação de Moçambique teve início no sul de Moçambique onde o estado de Gaza pontificava como obstáculo para a implantação do domínio colonial não só nesta região como em todo o país.

Nesta região as acções de conquista foram conduzidas pelos portugueses liderados por Mouzinho de Albuquerque. Veja os principais momentos desse processo.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- Identificar as primeiras tentativas de ocupação do sul de Moçambique.
- Explicar os factores imediatos que despoletaram as acções militares.
- Descrever os principais momentos das campanhas de conquista.

Tentativas de Implantação Político-Militar Portuguesa

Até 1885 a autoridade política portuguesa no Sul de Moçambique estava limitada a região de Lourenço Marques.

Com a descoberta do ouro em Witwatersrand e o desenvolvimento do tráfego de trânsito e da actividade mercantil no interior torna-se justificável o investimento pela implantação política e administrativa, que era também uma imposição da Conferência de Berlim.

Principais acções

- 1886 – Indicado um Comissário-Residente no reino de Gaza
- 1888 – Os portugueses reafirmam os “termos de vassalagem” com os estados situados entre Lourenço Marques e o Limpopo e o reino Maputo.
- Abertura de um posto militar em Angoane
- 1889 – Comissário Residente de Gaza elevado à categoria de Intendente- Geral
- Nomeado Comissário-Residente para o reino Maputo.

Estas medidas eram, porém, insuficientes para permitir aos portugueses o controlo do sul de Moçambique, principalmente devido ao número reduzido de soldados portugueses na região. Assim, apesar dos tratados assinados incluírem a cobrança de impostos, os portugueses não conseguiram cobrá-los, pelo menos até 1892. Por outro lado, o trabalho

migratório e o trânsito de mercadorias criaram novos problemas administrativos e políticos para os portugueses.

A Competição Pela Mão-de-obra

A exportação da mão-de-obra provocou a escassez desta no sul de Moçambique, originando uma forte concorrência pelo seu controlo. Incapazes de concorrer com os salários pagos nas minas da África do Sul, os comerciantes e autoridades coloniais portuguesas procuravam formas não económicas para garantir o fornecimento de mão-de-obra aos empreendimentos locais.

Algumas Medidas

- Recurso aos chefes amigos para o fornecimento de mão-de-obra;
- Uso da autoridade política para normalizar o fornecimento da mão-de-obra. Angoane tornou-se um verdadeiro posto de recrutamento.

A partir de 1889 as dificuldades de recrutamento aumentaram pois os homens começaram a faltar, para além de não existir uma organização central de recrutamento que pudesse controlar a concorrência. Para minimizar o problema foram adoptadas algumas medidas, tais como:

- Colaboração entre os recrutadores e os cantineiros
- Fornecimento de armas e munições
- Rusgas

Resistência e Conquista no Sul de Moçambique

O Plano de António Enes

Investido de plenos poderes para estabelecer a imagem portuguesa e o domínio efectivo dominando as chefaturas que pretendiam manter-se independentes, António Enes baseou a sua acção no seguinte:

- Fazer surgir pela força o prestígio português nos pequenos regulados;
- Fazer alianças com os chefes submetidos ou amedrontados para cercar Gaza e dominar Ngungunhane, mas não romper as hostilidades até estabelecer um dispositivo militar que permitisse agir com segurança.

A primeira etapa da conquista colonial foi Marracuene, que como muita dificuldade conseguiram vencer. Em seguida Moamba e Matola aliaram-se aos portugueses e atacaram Zilhalha e Magaia que se refugiaram em Gaza.

A Conquista de Gaza

O estado de Gaza era a principal ameaça ao plano de ocupação dos portugueses, pelo que tornou-se alvo prioritário da conquista portuguesa.



Para materializar este objectivo, António Enes elaborou um plano para a ocupação de Gaza que envolveu demarches diplomáticas e militares.

A nível diplomático, o plano de Enes consistiu no envio de emissários para estabelecerem contactos com Ngungunhane com os seguintes objectivos:

- Convencer o rei de Gaza de que não haveria ataques ao seu território de modo a impedir que se preparasse militarmente;
- Impedir a aliança do rei de Gaza com a Companhia de Moçambique, para a cobrança de impostos no seu território;
- Evitar o estabelecimento de negociações com a British South Africa Company.

Enquanto decorriam os esforços diplomáticos os portugueses foram também se preparando militarmente para o ataque.

Quando todos os preparativos para a intervenção militar se achavam concluídos os portugueses decidiram atacar. Justificando o ataque como represália pela recusa de Ngungunhane em entregar os chefes fugitivos, os portugueses lançaram o ataque em três frentes:

- 07 de Setembro de 1895 - uma coluna que partiu do sul travou com as tropas de Ngungunhane a batalha de Magul, onde se encontrava Nhmantibjana.
- Outubro de 1895 – quadrilha de embarcações entra pelo Limpopo e submete Bilene e Xai-Xai;
- 07 de Novembro de 1895 – uma coluna parte de Inhambane e trava a batalha de Coolela, com as tropas de Gaza, próximo da capital Mandlakazi que foi incendiada.

Na sequência deste ataque o estado ficou desorganizado e Ngungunhane refugiou-se em Chaimite com os seus chefes fiéis. A maioria dos outros chefes aliou-se aos portugueses.

Em Dezembro de 1895, Mouzinho de Albuquerque, foi nomeado governador do distrito militar de Gaza.

No final do mês de Dezembro, Mouzinho descobriu o esconderijo de Ngungunhane e prendeu-o, levando-o para Lisboa, de onde foi deportado para os Açores, onde morreu em 1911.

A prisão de Ngungunhane não pôs fim definitivo a resistência no estado de Gaza. O exército de Gaza continuou a resistir sob a liderança de Maguiguane Cossa com o objectivo de restaurar a monarquia e eliminar a dominação colonial.

A luta de Maguiguane que decorreu sob o lema “m’buiyseni” (tragam-no - Ngungunhane- de volta) consistiu em emboscadas aos portugueses e a incitação da população para a desobediência a todas exigências dos portugueses. Passado cerca de um ano e meio, a 27 de Julho de 1897 as tropas de Maguiguane foram derrotadas pelo exército português chefiado por Mouzinho de Albuquerque.

Mais a sul o reino Maputo foi conquistado em Fevereiro de 1896 e o seu rei, Nguanaze refugiou-se na África do sul.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A conquista do sul de Moçambique teve no Estado de Gaza o principal opositor e, por isso, este foi o principal alvo.

Se bem que as reais motivações para a invasão tenham tido a ver com a decisão da ocupação efectiva imposta pela conferência de Berlim, o incidente de Marracuene constituiu factor imediato da invasão a Gaza, já que despoletou no imediato a confrontação.

Entre Setembro e Novembro de 1895 tropas portuguesas comandadas por Mouzinho de Albuquerque lançaram ataques contra o estado de Gaza que culminaram com a prisão de Ngungunhane nos finais de Dezembro do mesmo ano.

Após a prisão do rei e a ocupação do Estado de Gaza, Maguigane liderou uma acção de resistência que se prolongou até Julho de 1897.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Assinale com um ✓ o ano da abertura do posto militar em Angoane
 - a) 1885
 - b) 1886
 - c) 1888
 - d) 1889
2. Para estabelecer a imagem portuguesa e o domínio efectivo do sul de Moçambique, António Enes fixou como objectivos imediatos:
 - a) Convencer o rei de Gaza de que não haveria ataques ao seu território de modo a impedir que se preparasse militarmente;
 - b) Impedir a aliança do rei de Gaza com a Companhia de Moçambique, para a cobrança de impostos no seu território;
 - c) Impor pela força o prestígio português nos pequenos regulados;
 - d) Fazer alianças com os chefes submetidos ou amedrontados para cercar Gaza e dominar Ngungunhane
3. As acções diplomáticas que antecederam a invasão ao Estado de Gaza tinham como finalidade:
 - a) Convencer o rei de Gaza de que não haveria ataques ao seu território de modo a impedir que se preparasse militarmente;
 - b) Impor pela força o prestígio português nos pequenos regulados;
 - c) Fazer alianças com os chefes submetidos ou amedrontados para cercar Gaza e dominar Ngungunhane
 - d) Impedir a aliança do rei de Gaza com a Companhia de Moçambique, para a cobrança de impostos no seu território;
 - e) Evitar o estabelecimento de negociações com a British South Africa Company.

Guia de Correção

1. a)
2. c), d)
3. a), d, e,

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. A partir de 1885 o interesse de Portugal pelo Sul de Moçambique intensificou-se devido aos seguintes factores:
 - a) Descoberta do ouro em Witwatersrand que levou ao desenvolvimento do tráfego de trânsito e da actividade mercantil no interior
 - b) Indicação de um Comissário-Residente no reino de Gaza
 - c) Abertura de um posto militar em Angoane
 - d) Ao estabelecimento do princípio de ocupação efectiva pela Conferência de Berlim
 - e) Nomeação de um Comissário-Residente para o reino Maputo

2. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas sobre a problemática da mão-de-obra no sul de Moçambique no contexto da integração regional no início do século XX
 - a) A exportação da mão-de-obra provocou uma concorrência pela mão-de-obra entre capital mineiro sul africano e os comerciantes e autoridades coloniais portuguesas
 - b) Uma das medidas para normalizar a escassez da mão-de-obra foi o uso da autoridade política, tendo Angoane se tornado um verdadeiro posto de recrutamento.
 - c) A partir de 1889 as dificuldades de recrutamento diminuíram pois passou a existir uma organização central de recrutamento que controlava a concorrência
 - d) Entre os factores que concorreram para aumentar as dificuldades de recrutamento podem se indicar a colaboração entre os recrutadores e os cantineiros e as rusgas

3. A batalha de Coolela, próximo da capital Mandlakazi que culminou com a derrota das tropas de Gaza e a destruição da capital foi em:
 - a) 07 de Setembro de 1895
 - b) Outubro de 1895
 - c) 07 de Novembro de 1895
 - d) Dezembro de 1895

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 7

A Conquista do Centro

Introdução

No centro de Moçambique, com um quadro político bastante heterogéneo, a conquista foi levada a cabo pela companhia de Moçambique. Siga a lição para uma leitura de todo o processo que conduziu a conquista e ocupação do centro de Moçambique.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Descrever a situação política do centro de Moçambique nas vésperas da conquista;*
- *Descrever os momentos da conquista no centro.*
- *Explicar as razões da revolta de Bárue;*

A Situação Política nas Vésperas da Partilha

A região centro de moçambique apresentava-se nas vésperas da conquista bastante heterogénea. Ao longo do Zambeze encontravam-se os Estados Militares do Vale do Zambeze. Grande parte do sul das províncias de Manica e Sofala fazia parte do Estado de Gaza e Bárue apresentava-se como o último resquício dos Mwenemutapa.

O quadro descrito reflectiu-se numa também variada capacidade de resposta a invasão portuguesa. Por um lado, estes estados e reinos tinham uma grande capacidade militar, graças ao comércio de escravos que lhes permitia a obtenção de armas e munições, por outro lado, as rivalidades entre as diversas unidades políticas jogaram a favor dos conquistadores.

A conquista no centro foi essencialmente obra da Companhia de Moçambique criada no âmbito das concessões feitas ao capital internacional.

Criada a Primeira Companhia de Moçambique, em 1888, Paiva de Andrade, administrador da companhia, iniciou uma série de contactos com as aristocracias locais mais influentes tentando obter concessões.

Dentro desses esforços em 1889 assinou um acordo com Gungunhane pelo qual reconhecia à Companhia direitos mineiros em Manica. Contudo a presença portuguesa no interior continuou muito frágil.

A ideia de que Manica era bastante rica em ouro originou, a partir de 1889, disputas entre os portugueses e ingleses, que só foram ultrapassados com a assinatura do acordo de fronteiras entre Portugal e Inglaterra de 27 de Junho de 1891. Durante este período a questão da ocupação passou para segundo plano.

Terminados os conflitos entre Portugal e Inglaterra a Companhia de Moçambique retomou os esforços para a ocupação das terras de Manica.

Veja as principais acções nesse sentido:

1892 – morte de Gouveia permite à companhia dominar Gorongosa após sufocar uma revolta liderada por Cambwemba. Após a derrota Cambwemba reorganizou as suas forças reforçando-as com camponeses.

1893 – Acordo entre a Companhia e o Estado de Gaza segundo o qual Gungunhane renunciava aos impostos a norte do Save a favor da Companhia

1893 – os prazos de Tambara, Chiramba e ilhas vizinhas foram submetidos por uma força chefiada por Paiva de Andrade. Uma expedição da Companhia e uma coluna portuguesa, permitiram estender a cobrança do mussoco à área de Sena.

1895 - a Companhia organizou expedições militares ao Búzi e Moribane visando impedir que se solidarizassem com Ngungunhana ora vítima das campanhas portuguesas contra o Estado de Gaza.

1896 – novas expedições em Moribane, Buzi, Save e Chichongue para extinguir a influência Nguni e firmarem a autoridade da Companhia

1896 - Uma força de 2000 homens liderados pelo filho de Cambuemba atacaram Gorongosa e cercaram a residência do governador da Companhia, mas foi reprimida. Em seguida Cambuemba assinou acordos com Massangano e Bárue para o fornecimento de armas e em 1897 tinha um exército com 5 a 10 mil homens.

Maio de 1897 - inicia o levantamento, tendo as forças de Cambuemba expulso os portugueses dos prazos de Bandar, Tambara, Inharruca e Sone, e bloqueado a navegação do Baixo Zambeze. Foram então enviados reforços de Portugal, Niassa, Tate e Quelimane. As tropas de Cambuemba e seus aliados Gizi e Luís de Gorongoza foram derrotados e estes obrigados a refugiar-se em Bárue.

A Revolta de Bárue

Após a queda dos estados militares, Bárue passou a ser o único estado, em Manica e Sofala, fora do controlo dos portugueses.

Bárue foi produto da desagregação do Estdo dos Mwenemutapa, que conseguiu resistir à devastação dos nguni e às disputas com os estados militares vizinhos.

Entre 1870 e 1892 esteve sob controlo de Gouveia, que, depois de casar com andriana, filha do macombe (rei) Chipapata, usurpou o poder e tentou submeter Chipapata. Para reforçar o seu poder mandou construir aringas e fortificações pequenas onde instalou forças chicunda. Para tentar legitimar o seu poder colocou as suas principais esposas nas aringas mais importantes, donde lhe informavam sobre a situação. Contudo a oposição manteve-se.

A prisão de Gouveia juntamente com Paiva de Andrade pelas forças da BSAC, em 1890, permitiu ao macombe Hanga, filho de Chipapata reagrupar as suas tropas e restaurar a independência do reino. Após libertado em 1891, Gouveia atacou Bárue com um exército de cerca de 4000 homens, mas foi derrotado.

A partir deste acontecimento o prestígio de Bárue, como foco de resistência, aumentou começando a preocupar a própria coroa portuguesa que decidiu intervir.

30 de Julho de 1902 – três pelotões de soldados portugueses e africanos e 2000 soldados de reserva invadiram Bárue. As tropas africanas, comandadas por Hanga, Mafunda, Cambuemba, Cabendere e outros foram derrotadas no final do ano e aí instalada a administração colonial.

Razões da Derrota

- Elevado número de reforços vindos de Angola, Inhambane, Lourenço Marques e norte de Moçambique
- Inovações tecnológicas no armamento
- Erros tácticos e deserções

A derrota de 1902 não foi, contudo definitiva. Novas acções de resistência como os levantamentos contra o mussoco, as fugas para fora do país e outras, continuaram a registar-se. O ponto mais alto da resistência nesta fase foi atingido com a Revolta de Bárue de 1917/8.

Causas

- 1914 – o governo português mandou construir uma estrada ligando Tete a Macequece passando por Bárue com a finalidade de conseguir maior controlo administrativo do interior e facilidade de recrutamento de homens para a luta contra os alemães (IGM).
- Milhares de camponeses foram recrutados para trabalhar nas obras em regime forçado
- Paralelamente, os camponeses estavam sujeitos a pagar impostos cada vez mais altos.
- 1916 – a situação agravou-se devido a decisão do governo português de recrutar 5000 homens para a guerra contra os alemães.

Face a estes acontecimentos os principais chefes de Bárue, nomeadamente, Nongué – Nongué e Macossa decidiram reorganizar o exército para lutar contra os portugueses.

Estes chefes conseguiram juntar cerca de 15000 guerreiros e atraíram Gorongosa, tauara, Nsenga, Tonga e grupos A-chicunda para a luta.

Os preparativos terminaram em 1916 com a formação de três frentes:

- Frente Sudeste – comandada por Macossa, apoiado por Ngaru, a frente dos exércitos de Bárue, Sena, Tonga e Gorongosa, com a missão de capturar Sena e destruir as propriedades da Companhia de Moçambique;
- Frente de Mungari-Tete – liderada por Nongué – Nongué e Cuedzania frente do exército conjunto Bárue – Tauara
- Frente noroeste – onde as tropas de Tauara, Nsenga e grupos A-Chicunda que deviam expulsar os portugueses de Zumbo, Cachomba e Chicoa.



A rebelião começou em Março de 1917, espalhando-se rapidamente pelo Zumbo, Tonga e Sena.

A revolta só foi reprimida em Novembro de 1920, devido:

- A Incorporação de soldados Nguni e de mercenários vindos da Rodésia do Sul;
- Conflitos e deserções entre os membros da elite da resistência

Com a derrota de Bárue colocou - se ponto final à resistência primária armada contra a ocupação colonial no centro de Moçambique.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A região centro de Moçambique apresentava-se, nas vésperas da conquista, bastante heterogénea.

A conquista no centro foi essencialmente obra da Companhia de Moçambique criada no âmbito das concessões feitas ao capital internacional.

As acções para a conquista do Centro de Moçambique iniciaram em 1889 e prolongaram-se até 1917 quando caiu Bárue, o último foco de resistência no centro.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Como é que explicas as grandes dificuldades enfrentadas por Portugal na conquista do centro de Moçambique?
2. Depois de acções militares bem sucedidas em 1902 os portugueses enfrentaram nova revolta em Bárue em 1917.
 - a) Como é que os portugueses conseguiram subjugar Bárue em 1902?
 - b) Que razões estiveram na origem da revolta de Bárue em 1917?

Guia de Correção

1. As dificuldades enfrentadas por Portugal na conquista do centro de Moçambique deveram-se a grande capacidade militar dos reinos e estados do vale do Zambéze, graças ao comércio de escravos que lhes permitia a obtenção de armas e munições.
2. a) Os portugueses conseguiram subjugar Bárue em 1902 devido ao elevado número de reforços vindos de Angola, Inhambane, Lourenço Marques e norte de Moçambique; inovações tecnológicas no armamento e aos erros tácticos e deserções

2. b) As razões da revolta de Bárue de 1917 foram:

A construção de uma estrada ligando Tete a Macequece passando por Bárue, o aumento dos impostos e o recrutamento de 5000 homens para a guerra contra os alemães.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Entre 1889 e 1891 o processo de ocupação no centro de Moçambique conheceu uma interrupção devido a:
 - a) Disputas entre os portugueses e ingleses, pelo controlo das terras de Manica tidas como ricas em ouro
 - b) Criação da Companhia de Moçambique, em 1888, que iniciou contactos com as chefes locais para obter concessões.
 - c) Assinatura em 1889 de um acordo com Gungunhane pelo qual reconhecia à Companhia direitos mineiros em Manica
 - d) Presença da capital de Gaza em Mussorize (Manica)

2. Uma das causas da revolta de Bárue foi a...
 - a) Construção da linha férrea Tete – Macequece
 - b) Modernização das armas dos guerreiros na região
 - c) Montagem da capital do estado de Gaza em Mussorize
 - d) Profanação dos santuários da região.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 8

A Conquista e Resistência no Norte

Introdução

A conquista do norte foi especialmente marcada pela diversidade política da região. Com efeito, ao longo da costa encontravam-se formações islamizadas. Nas terras do interior existiam as confederações makua, em Nampula; os estados ajaua, no Niassa e ainda as formações linhageiras, no planalto dos maconde.

Veja, a seguir, quais foram os territórios tomados pelos portugueses e as principais figuras e/ou instituições envolvidas em todo o processo de conquista e ocupação. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* a situação política do norte de Moçambique nas vésperas da conquista.
- *Indicar* o período em que decorreu a ocupação do norte de Moçambique
- *Descrever* as formas de resistência desenvolvidas no norte de Moçambique.
- *Identificar* os protagonistas no processo da conquista do norte de Moçambique.

A Situação Política nas Vésperas da Ocupação

No fim do século XIX o norte de Moçambique apresentava o seguinte quadro político:

- De Moma a Memba
 - Reinos afro-islâmicos da costa aliados as chefaturas macua dos Imbamela, Marravona e Mulai e algumas tribos do interior mais próximo. Estes chefes, aliados entre si, procuravam manter a todo o custo a sua autonomia.
- No interland da Ilha de Moçambique
 - Nos confins de Matibane localizava-se uma confederação de chefaturas dos makua Namarrais, chefiada por Mucutu-munu.
- De Memba a Messalo (vale do Lúrio) - Chefaturas makua: Chaca, Eráti e Meto
- Planaltos do interior de Cabo Delgado

- Encontravam-se os macondes vivendo em linhagens e sem grandes chefes territoriais. As aldeias eram independentes e ligadas por laços de parentesco.
- Actual província do Niassa
 - Estados yao ocupando a maior parte do território;
Camponeses nyanja nas margens do Lago; chefaturas Makua Lómuè e Chirima;

Neste período, os portugueses viviam instalados ao longo da costa: Ibo, Mussoril, Ilha de Moçambique e Quelimane.

A Resistência e Conquista

A ocupação militar do norte pelos portugueses teve como base de partida as possessões costeiras: a ilha de Moçambique, o Mussoril e a ilha do Ibo.

A ocupação efectiva do território teve início em 1895, tendo como palco a região do interior frente a ilha de Moçambique, onde depararam com a resistência armada dos guerreiros namarrais.

Estes guerreiros tinham a guerrilha como técnica de combate, usando o meio ecológico como arma e evitando o confronto em campo aberto.

Conheciam duas técnicas militares consoante os objectivos ou o adversário:

- Wita: ataque de surpresa a pessoas isoladas ou pequenos grupos executado por bandos de caçadores de escravos ou por um grupo de homens jovens para aquisição de esposas, gado ou alimentos.
- Otiman (razia): ataque devastador a uma ou várias povoações, onde se voltava por uma segunda vez para pilhagem.

Desde o século XVI os guerreiros do norte conheciam as armas de fogo que as adquiriam em troca de escravos, contudo a sua utilização era limitada pela dificuldade de obter munições.

A Ocupação de Nampula

As primeiras tentativas de ocupar Nampula foram conduzidas por Mouzinho de Albuquerque, contra a região da makua em 1896 e 1897. Estas primeiras acções fracassaram por várias razões:

- ✓ Face a ofensiva colonial todos os chefes, de Moma a Membra, procuraram adoptar uma estratégia comum contra a ocupação.
- ✓ Os grandes amuene makua (chefes dos chefes de linhagens) tais como Mucutu-munu, Komala e Kuphula e os xeiques Molid-Volay, Faralay, Suali Bin Ibrahim (o “Marave”), souberam como classe dominante dirigir uma guerra popular, devido a grande coesão social que a estrutura social e ideológica e linhageira conferia a essas confederações guerreiras.

Em 1905, os portugueses esboçaram um novo plano de ocupação que consistia na penetração em profundidade, seguindo os vales dos rios, por linhas perpendiculares à costa.

Assim os portugueses obtiveram o apoio de alguns chefes tradicionais do interior que estavam em conflito com os reinos escravagistas da costa. Assim processou-se a ocupação de Nampula, partindo da costa para o interior e do norte para o sul.

A Ocupação de Niassa e Cabo Delgado

A ocupação das actuais províncias de Cabo Delgado e do Niassa efectivou-se em quatro fases:

1. Os portugueses partem do Ibo para o continente e tentam assinar tratados de vassalagem dos chefes locais, de modo a reclamar diante dos seus concorrentes o norte como seu. Com o avanço dos alemães a norte do Rovuma os portugueses lançaram uma expedição militar contra Mataka que, apesar de derrotada permitiu aos portugueses a confirmação da fronteira norte, em 1891.
2. Após a entrega formal dos territórios de Niassa e Cabo Delgado à Companhia de Niassa (1891), tendo programado o início da ocupação para 1899, a Companhia lançou neste ano expedições militares para ocupar várias regiões do interior. Assim:
 - Em 1899 a Companhia destruiu a povoação do chefe Mataka e ergueu um posto militar em Metarica;
 - Entre 1900 e 1902 a companhia ocupou Messumba e Metangula.

Esta fase foi contudo interrompida pela forte resistência popular que levou a expulsão dos representantes da Companhia de várias regiões entre o rio Lugenda e o Lago Niassa

3. Depois de 1910, quando a Companhia conseguiu mais dinheiro, reiniciou as acções militares de ocupação, atacando sistematicamente o território do chefe Mataka e destruindo aldeias. Foi instalado um posto militar em Oizulu e, em 1912, tentou-se a ocupação total de Cabo Delgado e Niassa.
4. Depois da I Guerra Mundial e aproveitando os meios e as infraestruturas utilizados durante aquele conflito os portugueses conseguiram penetrar no planalto de Mueda e submeter os Macondes. Assim terminava a resistência no norte de Moçambique e consumava-se a ocupação da região.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Nas vésperas da conquista o norte de Moçambique apresentava um quadro político bastante heterogêneo.

A ocupação efectiva do norte de Moçambique teve início em 1895, tendo como palco a região do interior frente a ilha de Moçambique, onde enfrentarm a resistência dos guerreiros namarraís.

A conquista de Nampula, conduzida pelas tropas portuguesas comanadadas por Mouzinho de Albuquerque, consumou-se em 1905. Antes, em 1896 e 1897, ocorreram as primeiras tentativas de ocupar Nampula entretanto fracassadas.

A ocupação das actuais províncias de Cabo Delgado e do Niassa foi levada a cabo pela Companhia do Niassa em quatro fases

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Aponta os obstáculos com que se depararam os portugueses na sua tentativa de ocupar o norte de Moçambique.
2. Até ao final do século XIX, Cabo Delgado era caracterizado pelos seguintes aspectos políticos:
 - a) Existência de grandes chefes territoriais.
 - b) Supremacia dos estados Yao relativamente às populações makondes;
 - c) Inexistência de grandes chefes territoriais;
3. A ocupação efectiva do Norte de Moçambique decorreu entre:
 - a) 1890-1918
 - b) 1896-1905
 - c) 1890-1905
4. A ocupação efectiva de Nampula terminou em:
 - a) 1905
 - b) 1897
 - c) 1753
5. Otiman refere-se a :
 - a) Ataques de surpresa ao inimigo
 - b) Ataques às povoações seguidas de pilhagens.
 - c) Pilhagem;
6. A Companhia de Niassa foi criada:
 - a) Antes de 1891
 - b) Em 1891
 - c) Depois de 1891

Guia de Correção

1. No norte de Moçambique os portugueses enfrentaram uma forte resistência de populações que tinham a guerrilha como técnica de combate, usando o meio ecológico como arma e evitando o confronto em campo aberto. Por outro lado os guerreiros do norte conheciam as armas de fogo que as adquiriam em troca de escravos, embora a sua utilização fosse limitada pela dificuldade de obter munições. Conheciam igualmente técnicas de combate como a Wita e otiman.
2. c)
3. b)
4. a)
5. b)
6. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. A ocupação militar de Nampula foi facilitada
 - a) Pela supremacia militar dos portugueses relativamente aos africanos;
 - b) Colaboração dos potentados escravagistas em conflitos;
 - c) Pela colaboração de alguns chefes tradicionais em conflito com os potentados escravagistas da costa.
2. O último foco de resistência no Norte de Moçambique foi:
 - a) A resistência dos chefes makuas e makondes;
 - b) A resistência dos reinos afro-islâmicos;
 - c) A resistência makonde
3. As campanhas de ocupação efectiva de Cabo Delgado e Niassa estiveram interrompidas de 1902 a 1908 devido a:
 - a) falta de mão-de- obra para as minas Sul-africanas;
 - b) falta de recursos financeiros;
 - c) decisão tomada pela Niassa Syndicate

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 9

A Montagem do Estado Colonial

Introdução

Paralelamente ao processo de conquista e ocupação, deu-se em Moçambique a instalação dos órgãos de administração colonial. Não podendo assumir integralmente a exploração colonial o Estado Colonial teve como principal finalidade servir os interesses do capital internacional. Vejamos então como surgiu e que papel assumiu o Estado colonial português em Moçambique. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* os principais suportes do estado colonial português.
- *Explicar* a legislação básica adoptada no âmbito da criação do Estado Colonial Português.
- *Analisar* o papel dos principais mentores do Estado colonial.

O Estado Colonial Português em Moçambique

A exploração imperialista em Moçambique baseou-se em três pilares principais:

- O Estado colonial Português
- O capital internacional expresso nas companhias
- O capital mineiro sul-africano

O Estado colonial português, condição e garantia da exploração imperialista, foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Nessa perspectiva toda a legislação publicada entre finais do século XIX e 1930, destinou-se a manter os moçambicanos na sua condição de indígenas e trabalhadores forçados. Foi por isso que o estado colonial usou mais os aparelhos repressivos do que os ideológicos.

A Montagem do Estado Colonial Português em Moçambique

Até 1890 vigoraram em Moçambique os princípios da “assimilação” o que se revelava pela ausência de uma distinção entre penas para “indígenas” e penas para “não indígenas”. Portanto a pena de prisão era aplicada tanto para os “indígenas” como para os “não indígenas”, o que para os teóricos do colonialismo, como António Enes, era inaceitável pois era necessário atender às condições dos “indígenas”, à sua mentalidade e à sua maneira de ser.

Os teóricos do colonialismo defendiam também que após a extinção da condição de “liberto”, as relações de trabalho tinham-se organizado em obediência ao princípio da “liberdade de trabalho”, ortorgando-se aos “indígenas” uma espécie de “declaração dos direitos dos negros, que lhe dizia textualmente: doravante ninguém tem a obrigação de trabalhar”. Por outras palavras: permitia-se ao “indígena” a “liberdade de continuar a viver no estado selvagem”.

Neste contexto, em 1894, enquanto prosseguia a “ocupação efectiva”, Portugal iniciou a publicação de um corpo de leis que conduzissem tanto à construção das infra-estruturas do estado colonial, mas, também, ao enraizamento da filosofia governativa e dos princípios administrativos desse estado, servindo as mais elementares necessidades do capital internacional.

1894 – foi publicado um decreto que impunha a substituição da pena de prisão pela pena de trabalho correcional.

O trabalho correcional foi re-instituído pelos códigos de trabalho rural de 1899, 1911, 1914 e 1926, passando a ser uma punição específica para os “indígenas”.

Tanto a condição de “indígena” como o trabalho correcional representaram determinações particulares e lógicas da própria natureza da produção colonial e das regras do jogo impostas pelo capital.

A transformação de Moçambique numa colónia de produção foi acompanhada de dois pressupostos:

- As colónias deviam produzir matérias-primas e, por consequência, as colónias deviam “produzir” os produtores dessas matérias-primas;
- Os produtores dessas matérias-primas pertencem às raças inferiores e, como membros das raças inferiores, deviam trabalhar para as raças superiores.

Neste contexto, em 1899 foi publicado o Código de Trabalho Rural que dizia (...) “Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes falem, de substituir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade de escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas, se não cumprem de modo algum, a autoridade pode impor-lhes o seu cumprimento”.

Essa exigência legal explicitava claramente a função do estado colonial português: servir o capital.

O Papel de António Enes

A montagem do estado colonial português teve como principais figuras António Enes, Aires de Ornelas, Freire de Andrade

António Enes - Nomeado comissário-régio de Moçambique em 1895, foram da sua autoria as principais acções e leis ligadas à criação do Estado colonial português em Moçambique.

- a) Em 1895 criou a circunscrição indígena - unidade administrativa onde o colonizador, exercia cumulativamente as funções de administrador e de juiz. *As circunscrições eram divididas em unidades administrativas menores designadas regedorias. Para agrupar os colonos foram criadas unidades administrativas especiais chamadas conselhos que eram subdivididas em freguesias.*
- b) O Código de Trabalho Rural de 1899 introduziu a “obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social”.

Aires de Ornelas, Ministro da marinha e responsável pelas colónias

- Publicou, em 1907, a Reforma Administrativa de Moçambique. *No âmbito desta reforma foi criada a Secretaria dos negócios indígenas cujo espírito tomou corpo com a criação, em 1910, da Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, um departamento especializado na inventariação, catalogação, e distribuição da mão-de-obra para dentro e fora de Moçambique.*
- Ainda em 1907, durante o governo de Freire de Andrade foi introduzida a carreira administrativa

Resumo da Lição



Resumo

Desprovido de meios próprios para levar a cabo a exploração colonial, Portugal apoiouse no capital internacional para materializar a sua missão colonizadora. Nesse contexto, o Estado colonial português, foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Este facto fica evidente quando se verifica que toda a legislação publicada entre finais do século XIX e 1930, destinou-se a manter os moçambicanos na sua condição de indígenas e trabalhadores forçados.

A transformação de Moçambique numa colónia de produção foi acompanhada pelo pressuposto de que as colónias deviam produzir matérias-primas e, por consequência, as colónias deviam “produzir” os produtores dessas matérias-primas, ligado a um outro pressuposto segundo o qual os produtores dessas matérias-primas pertencem às raças inferiores e, como membros das raças inferiores, deviam trabalhar para as raças superiores.

A montagem do estado colonial português esteve ligada ao papel de António Enes comissário-régio de Moçambique em 1895, autor das principais acções e leis ligadas a criação do Estado colonial português em Moçambique, Aires de Ornelas, Ministro da marinha e responsável pela publicação, em 1907, da Reforma Administrativa de Moçambique e ainda Freire de Andrade.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A partir de 1894 Portugal começou a promulgar leis com vista a criar, em Moçambique, as infra-estruturas do estado, impor a filosofia governativa e os princípios de administração colonial.
 - a) Explique este processo com base nas leis, códigos e mecanismos de governação instituídos.
 - b) Indique os nomes das principais personagens envolvidas neste processo.
2. A “obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social”, foi imposta pelo:
 - a) Decreto que substituiu a pena de prisão pelo trabalho correcional
 - b) Código de Trabalho rural 1899
 - c) Reforma administrativa de 1907
 - d) Carreira administrativa de 1907

Guia de Correção

1.
 - a) Estado colonial português, como condição e garantia da exploração imperialista, foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Assim a partir de 1894 Portugal começou a promulgar leis com vista a criar as infra-estruturas do estado, impor a filosofia governativa e os princípios de administração colonial servindo os interesses do capital. Em 1894 foi publicado um decreto que impunha a substituição da pena de prisão pela pena de trabalho correcional. Esta pena foi re-instituída pelos códigos de trabalho rural de 1899, 1911, 1914 e 1926, passando a ser uma punição específica para os “indígenas”. Como se pode ver eram medidas cuja finalidade era assegurar a disponibilidade de mão-de-obra barata.
 - b) As principais personagens envolvidas na montagem do estado colonial foram antónio Enes, Freire de Andrade e Aires de Ornelas.
2. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas
 - a) Até 1890 havia uma clara distinção de penas entre “indígenas” e “não indígenas”.
 - b) Até 1890 a pena de prisão era aplicada tanto para os “indígenas” como para os “não indígenas”
 - c) Os teóricos do colonialismo defendiam a uniformidade de penas entre indígenas e não indígenas
 - d) Até 1890 já existia uma legislação impondo claramente a obrigação dos negros trabalharem
2. A legislação colonial começou a ser publicada em
 - a) 1890
 - b) 1892
 - c) 1894
 - d) 1899
3. A montagem do estado colonial português teve como principais figuras:
 - a) António Enes, Aires de Ornelas, Freire de Andrade
 - b) António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Paiva de Andrade
 - c) António Enes, Aires de Ornelas, Paiva de Andrade
 - d) António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Freire de Andrade
4. Entre as leis introduzidas por António Enes no âmbito da montagem do Estado colonial destacam-se:
 - a) A Circunscrição Indígena e o Código de Trabalho Rural de 1899
 - b) A Reforma Administrativa de Moçambique e a Carreira Administrativa
 - c) A Circunscrição Indígena e a Reforma Administrativa de Moçambique
 - d) A Carreira Administrativa e o Código de Trabalho Rural de 1899

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 10

A Economia Colonial: Características Gerais

Introdução

Tal como a conquista, a exploração colonial em Moçambique contou com uma forte participação do capital internacional, através do sistema de companhias.

Do actual território de Moçambique cerca de dois terços (centro e norte do país excepto Nampula) foi cedido as companhias. O sul de Moçambique esteve sob administração directa de Portugal, mas ao serviço do capital internacional pois era na prática um reservatório de mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Veja, então, a seguir, como é que as companhias surgiram e levaram a cabo a exploração colonial!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* o processo de decadência e queda dos prazos
- *Explicar* os esforços de extinção dos prazos e de criação de companhias.
- *Descrever* o processo de transformação do pequeno produtor de mercadorias em trabalhador das plantações
- *Identificar* as Companhias que se formaram em Moçambique em finais do século XIX

A Exploração Colonial em Moçambique

As companhias

A instalação de companhias em Moçambique foi uma imposição colocada pela debilidade económica de Portugal, como sugere o seguinte pronunciamento de António Enes então Comissário-Régio em Moçambique: "*Se há meios práticos de encaminhar para Moçambique capitais e capitalistas portugueses, aprovo-os todos (...) Mas se estas ofertas e promessas não podem ser aproveitadas pelo capital nacional, porque o não há ou não é empreendedor, então atraia-se o capital estrangeiro, até porque talvez consiga trazer consigo o português (...)*" (História de Moçambique V.II)

O declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII deu lugar a formação, no princípio do século XIX, de estados militares no vale do Zambeze cujos senhores viviam do comércio de escravos. Esse comércio, que levou a queda dos prazos, prosperou nestes estados por um lado devido a estratégia de "africanização" adoptada pelos seus chefes e por



outro lado porque eles não eram abrangidos pela antiga legislação dos prazos.

A partir de meados do século XIX Moçambique começou a ser alvo do interesse das potências europeias como atesta a fixação de missionários no Chire, o estabelecimento da BSAC na Mashonalândia e a chegada de viajantes boeres, ingleses e alemães a Bárue.

Portugal devia então precaver-se diante de tais movimentações e para assegurar o controlo do Zambeze aproximou-se dos senhores de terras. Permitindo o tráfico de escravos, Portugal tentou "aportuguesar" os chefes dos estados militares distribuindo títulos de capitão e sargento-móres sempre que estes entregassem à coroa as terras conquistadas em guerras ou raides de caça ao escravo.

A partir de 1940 a Inglaterra pressionou Portugal para pôr termo ao tráfico de escravos nas suas colónias e, tentando dar resposta, fez as primeiras experiências, mal sucedidas, nesse sentido a partir dos finais dos anos 40.

Até 1870, altura em que as ambições das potências pela África começaram a se tornar mais acentuadas, poucos tinham sido os sucessos dos portugueses nas suas investidas pela ocupação dos estados militares e as hostilidades tinham dado lugar a tentativas de aproximação.

Após a Conferência de Berlim de 1884/5, Portugal empenhou-se mais na missão de conquista e subjugou finalmente os estados militares. Em 1886 contando com grandes reforços militares os portugueses subjugaram sucessivamente Massangano (1886), Macanga (1889), Tete, Zumbo, Maganja, etc.

A queda dos estados militares iniciou uma nova fase na história de exploração de Moçambique, que iria consistir na instalação de plantações e no uso do trabalho forçado.

O Surgimento das Companhias

Paralelamente as tentativas de eliminar os estados militares ocorriam esforços visando extinguir os prazos e impôr o controle português.

No centro do país Quelimane era a única região onde Portugal exercia alguma autoridade, tentando impôr a sua administração directa e a cobrança de mussoco.

Em 1832, na tentativa de tornar mais efectivo o seu domínio, Portugal deu início às tentativas de extinguir o sistema de prazos. Neste ano este sistema foi interdito por um decreto, cujo conteúdo foi reafirmado numa portaria régia e num novo decreto publicados em 1838.

Em 1854 novo decreto aparece a "extinguir" os prazos, mandando reverter para o Estado as terras, ficando os habitantes dessas terras apenas sujeitos às leis do Estado colonial. Todas as anteriores obrigações sobre os camponeses seriam substituídas pelo imposto de palhota pago ao estado colonial anualmente. No mesmo ano Portugal emancipou os escravos criando a categoria de libertos.

Em 1875 foi publicado o código do trabalho indígena, que veio substituir a categoria de libertos pela de serviçais, e que tinha como princípio que os africanos devem "trabalhar" para serem "civilizados".

O Estado colonial iniciou em 1875 os recenseamentos destinados a facilitar a administração directa de alguns prazos em especial a cobrança do mussoco.

Na sequência dos recenseamentos eclodiu uma sublevação protagonizada pelas populações indígenas, mas instigada por alguns donos dos prazos. As autoridades tiveram dificuldades para suprimir e tiveram que recorrer aos exércitos de alguns senhores de terras a quem forneceram armas e agraciaram com nomeações a cargos como capitão-mór, sargento-mór etc.

A administração colonial em Quelimane estava a cargo de agentes da autoridade com a função de cobrar o mussoco, julgar milandos, punir, moralizar os costumes, controlar os chefes locais, etc. A repressão era tarefa dos sipaios.

As terras em que ainda não se estendera a administração colonial eram arrematadas em hasta pública e os vencedores pagavam uma percentagem do mussoco cobrado ao estado português. Portanto o objectivo principal do governo colonial na Zambézia não foi lançar qualquer tipo de produção mas sim cobrar o mussoco.

A cobrança do mussoco foi sempre prejudicada por uma combinação de factores, entre eles:

- As "guerras da Zambézia";
- A extensão das terras e consequente dispersão dos camponeses;
- O estado de revolta que se vivia no seio da população;
- A inexistência de vias de comunicação apropriadas;

Não obstante, a falta de capitais para pôr em prática qualquer actividade produtiva como a agricultura de plantação obrigou tanto as autoridades coloniais como os arrematantes das terras a viver sempre do mussoco.

Do Produtor de Mecadorias ao Trabalhador das Plantações.

Depois de várias tentativas frustradas de eliminar o sistema de prazos em 1880, e pela terceira vez, um decreto aboliu o sistema de prazos, que teimavam em continuar apesar das leis em contrário.

Em 1888 o Governo português nomeou uma comissão para estudar as reformas a introduzir nos prazos. O relatório produzido aconselhava que se fizesse de Moçambique uma colónia de plantação e propunha que fosse mantido o sistema de prazos para incrementar o sistema de plantações e a cobrança de uma parte do mussoco em trabalho.

Com base no relatório em 18 de Novembro de 1890 António Enes publicou um decreto que introduzia a **obrigatoriedade** de se pagar uma parte do mussoco em trabalho.



A aplicação deste decreto estava a cargo do prazo repostado porque segundo o seu mentor **"Enquanto à província não afluírem capitais que queiram empregar-se na grande ou pequena cultura, o regime dos prazos da coroa parece-me recomendável não só para a Zambézia, senão para muitas outras regiões susceptíveis de aproveitamento agrícola (...)"**

Com este pronunciamento António Enes declarava a reedição do prazo o que aliado a modernização do musso (passando a ser um mecanismo de coersão dos camponeses para o trabalho), representou um atractivo ao capital internacional para a Zambézia. Deste modo o período posterior seria marcado pela coexistência entre o capital e os mecanismos pré-capitalistas, expressos no prazo.

O Aparecimento das Companhias

A legislação de 1890 deu origem à formação de sociedades por acções, as companhias. A estas o estado português transferiu os encargos da administração como forma de aliciar e minimizar as despesas.

Existiram em Moçambique dois tipos de Companhias:

- Companhias majestáticas - são Companhias gozando de amplos poderes nos territórios arrendados. Funcionavam como autênticos estados, realizando várias tarefas da competência de um estado tais como a cobrança de impostos, o recrutamento de mão-de-obra, velar pela defesa e segurança no território, para além de desenvolver actividades económicas.
- Companhias arrendatárias - tinham um campo de acção mais restrito, limitando a esfera estritamente económica. Em Moçambique as companhias envolveram-se, mas a pedido das autoridades coloniais, em algumas actividades administrativas, nomeadamente a cobrança do imposto.

As principais Companhias constituídas em Moçambique foram:

- Companhia de Moçambique (definitivamente constituída em 1891)
- Companhia do Niassa(1891)
- Companhia da Zambézia (1892)
- Companhia do Boror (1898)
- Societé du Madal (1904)
- Empresa agrícola do Lugela (1906)
- Sena Sugar Estates (1920)

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A instalação de companhias em Moçambique foi uma imposição colocada pela debilidade económica de Portugal.

O declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII deu lugar a formação, no princípio do século XIX, de estados militares no vale do Zambeze cujos senhores viviam do comércio de escravos.

A queda dos estados militares iniciou uma nova fase na história de exploração de Moçambique, que iria consistir na instalação de plantações e no uso do trabalho forçado.

Depois de várias tentativas frustradas de eliminar o sistema de prazos em 1888 o Governo português nomeou uma comissão para estudar as reformas a introduzir nos prazos. Com base no relatório, em 18 de Novembro de 1890, António Enes publicou um decreto que introduzia a obrigatoriedade de se pagar uma parte do mussoco em trabalho.

A legislação de 1890 deu origem à formação de as companhias majestáticas (Moçambique e Niassa) e arrendatárias (Zambézia, Boror, Madal Empresa agrícola do Lugela Sena Sugar Estates, etc.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Assinale a razão que levou Portugal a atribuir, aos senhores de terras, títulos de capitão e sargento-mór no século XIX.
 - a) Era uma “gratificação” pela entrega, à coroa, das terras conquistadas em guerras ou raides de caça ao escravo.
 - b) Era uma forma de atrair o capital internacional
 - c) Forma de protesto contra a fixação de estrangeiros no Chire e Bárue e do estabelecimento da BSAC na Mashonalândia.
 - d) Forma de Portugal precaver-se da ameaça que a fixação de estrangeiros representava e garantir o controlo do Zambeze.
2. Após a Conferência de Berlim, Portugal empenhou-se mais na conquista e subjugou finalmente os estados militares a partir de:
 - a) 1850
 - b) 1870
 - c) 1884/5
 - d) 1886
3. Em 1854 um decreto "extinguiu" os prazos. Com essa medida:
 - a) As terras reverteram para o Estado, ficando os habitantes dessas terras apenas sujeitos às leis do Estado colonial.
 - b) As terras foram entregues às companhias.
 - c) As terras foram entregues a novos senhores de terras que criaram os Estados militares do Vale do Zambeze
 - d) Foi montada a máquina administrativa do estado colonial.
4. Em 1888 o Governo português nomeou uma comissão para estudar as reformas nos prazos cujo relatório aconselhava:
 - a) Tornar Moçambique colónia de plantação e manter os prazos.
 - b) Fazer de Moçambique uma colónia de plantação e acabar com o sistema de prazos.
 - c) Atrair capitais estrangeiros para desenvolver plantações.
 - d) Introduzir a obrigatoriedade de pagar mussoco em trabalho.

Guia de Correção

1. a)
2. d)
3. a)
4. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. A decisão do Estado Português de criar companhias em Moçambique foi motivada por:
 - a) Pelo declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII
 - b) Pela debilidade económica de Portugal que não permitia, conduzir a exploração de Moçambique
 - c) Pelo desejo pessoal de António Enes então Comissário-Régio em Moçambique
 - d) Pela necessidade de pôr fim ao tráfico de escravos
2. As primeiras experiências, mal sucedidas, para pôr termo ao tráfico de escravos nas suas colónias tiveram lugar:
 - a) A partir dos finais da década de 1830.
 - b) Na década de 1840
 - c) Na década de 1850
 - d) Cerca de 1870
3. No centro a única região onde Portugal tinha alguma autoridade e tentava impôr uma administração directa e cobrar o mussoco era:
 - a) Sofala
 - b) Sena
 - c) Quelimane
 - d) Tete



4. A principal inovação do código do trabalho indígena publicado em 1875 foi:
- a) Substituir a categoria de serviçais pela de libertos
 - b) O estabelecimento do princípio de que os africanos devem "trabalhar" para serem "civilizados".
 - c) Início dos recenseamentos para facilitar a administração directa de alguns prazos, em especial a cobrança do mussoco.
 - d) Arrematação das terras em hasta pública sendo os vencedores obrigados a pagar uma parte do mussoco cobrado ao estado.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 11

A Companhia de Moçambique

Introdução

Um dos exemplos mais notáveis da aliança do estado colonial português ao capital internacional é nos dado pela companhia de Moçambique, uma companhia com direitos majestáticos que liderou a exploração colonial em Manica e Sofala entre 1892 e 1942.

Vejamos, então ao longo da presente como é que surgiu esta companhia e que acções levou a cabo no âmbito da exploração dos territórios que lhe foram concedidos.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- Explicar o processo de formação da Companhia de Moçambique
- Identificar as actividades desenvolvidas pela Companhia de Moçambique no contexto da exploração colonial
- Identificar as principais realizações da Companhia de Moçambique em Manica e Sofala a nível dos transportes

Formação da Companhia

A formação desta Companhia foi o culminar de um longo processo iniciado em 1878 por Joaquim Paiva de Andrade. Naquele ano fundou a société des fondateurs de la Compagnie Generale du Zambeze que viria a falir em 1883.

Em 1884 o mesmo J.P. de Andrada fundou a Companhia de Ophir com direitos exclusivos sobre as minas de Manica e Quiteve mas tal como a primeira viveu pouco tempo.

Em 1888 Andrade fundou a primeira Companhia de Moçambique que não era majestática.

A criação da British South Africa Company em 1899 por Cecil Rhodes com direitos majestáticos sobre a Mashonalandia e Matabelelandia levou Paiva de Andrada a pretender uma sociedade da dimensão da BSAC. Esta pretensão bem acolhida pelas autoridades coloniais interessadas em contrabalançar o peso da BSAC teve maior impulso após o ultimato inglês de 1890 e a subsequente invasão da BASC que culminou com a prisão de Paiva de Andrada e a ocupação de terras reivindicadas por

Portugal. Em 11 Fevereiro de 1891 um decreto atribuía poderes majestáticos a Companhia de Moçambique.

Direitos da companhia: monopólio do comércio; exclusivo das concessões mineiras e de pesca ao longo da costa; cobrança de impostos; construir e explorar vias de comunicação; concessão a terceiros dos encargos e derivados privilégios bancários; direitos de transferência de terras a pessoas singulares ou colectivas.

Ao Governo Português cabia: 10% dos dividendos distribuídos e 7.5% dos lucros líquidos totais; tinha também o direito de recuperar o território uma vez expirado o prazo e a Companhia obrigava-se a manter-se portuguesa no estatuto e a instalar a sua sede em Lisboa.

O capital estrangeiro sujeitava-se ao controlo português através de dois mecanismos principais: (1) imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa; (2) obrigatoriedade de ratificação, pelo governo português das leis e regulamentos implementados no território cedido a Companhia.

A tomada de posse da Companhia foi em Maio de 1892 com o fim da exploração marcado para 1942.

A Exploração de Manica e Sofala

Nestes territórios a exploração económica no período de 1892 a 1942 foi, obviamente, feita pela Companhia de Moçambique e assentou nos seguintes aspectos fundamentais:

- Cobrança de Impostos;
- Concessão ou sub-arrendamento de terras para agricultura, construção, mineração, etc.
- Controlo do comércio e cobrança de taxas pelo trânsito no território.

Os Impostos

A cobrança constituiu uma das primeiras acções rumo a transformação da economia camponesa numa economia de mercado. Pelo sistema de impostos as autoridades coloniais pretendiam, por um lado coagir os camponeses a se empregarem como assalariados e, por outro adquirir receitas para a Companhia.

No território da Companhia de Moçambique existiam duas modalidades de impostos:

- O mussoco - uma renda em géneros já tradicional entre as populações locais mas que com a penetração colonial passou a ser recolhida em trabalho e depois em dinheiro;
- O imposto de palhota - introduzido em 1892, foi inicialmente pago de forma facultativa em dinheiro ou em géneros, só que esta via de cobrança mostrou-se inviável pois as pessoas preferiam quase sempre pagar o imposto em géneros não se

preocupando em trabalhar para ganhar o dinheiro. Assim o imposto não funcionava como mecanismo de coersão dos camponeses ao trabalho e como tal era preciso reformulá-lo. Foi nessa base que em 1894 o imposto de palhota passou a ser cobrado obrigatoriamente em dinheiro.

As Concessões de Terras

Uma das fontes de rendimento da Companhia foi o arrendamento de terras a outras companhias ou aos colonos.

Em geral as terras eram adquiridas para:

- Construção;
- Prática da agricultura ou;
- Mineração.

A Mineração

Foram especialmente adquiridas no território da actual província de Manica, na zona de Macequece (actual distrito de Manica), tendo sido o ouro o principal minério que se procurava. Paralelamente as concessões de terras a Companhia criou facilidades para a obtenção de mão-de-obra instalando uma delegação da secretaria dos negócios indígenas, e providenciou assistência financeira, através do Fundo de Crédito Mineiro.

Apesar dos enormes esforços para desenvolvimento mineiro a fraca rentabilidade das minas e a exiguidade de capitais não permitiram grandes resultados, tendo muitas empresas caído na bancarrota.

Os Transportes

As principais concessões nesta área foram feitas a The Beira Railway, que construiu a linha férrea Beira - Macequece, cujas obras terminaram em Julho de 1900 e a The Port of Beira Development Corporation construiu o porto da Beira entre 1925 e 1929.

Com estas infraestruturas a Companhia de Moçambique passou a beneficiar de receitas provenientes do trânsito de mercadorias de e para a Rodésia (Zimbabwe) assim como de um incremento da agricultura colonial e das minas de Manica que viram assim baixar consideravelmente os custos de transporte, para além de ter facilidades de escoamento dos excedentes da produção camponesa.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

A formação desta Companhia de Moçambique foi o culminar de um longo processo iniciado por Joaquim Paiva de Andrade em 1878, com a fundação da société des fondateurs de la Compagnie Generale du Zambeze e culminou com a atribuição de poderes majestáticos à Companhia de Moçambique por decreto de 11 Fevereiro de 1891.

A tomada de posse da Companhia foi em Maio de 1892 com o fim da exploração marcado para 1942.

A exploração de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique assentou na cobrança de impostos, concessão ou sub-arrendamento de terras para agricultura, construção, mineração, etc. e controlo do comércio e cobrança de taxas pelo trânsito no território.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A Companhia de Moçambique foi fundada por
 - a) Mouzinho de Albuquerque
 - b) António Enes
 - c) Joaquim Paiva de Andrada
 - d) Cecil Rhodes
2. Entre as obrigações da Companhia de Moçambique constava a exigência de esta
 - a) Manter-se portuguesa
 - b) Instalar sua sede em Lisboa
 - c) Manter-se portuguesa e instalar sua sede em Lisboa
 - d) Instalar-se em Manica e Sofala
3. A exploração capitalista em Manica e Sofala foi feita através
 - a) Incremento da agricultura colonial
 - b) Mineração em Manica
 - c) Colecta do Mussoco e imposto de palhota
 - d) Impostos, sub-arrendamento de terras, controlo do comércio
4. A economia agrícola nos territórios da Companhia de Moçambique assentava em
 - a) Plantações e agricultura dos colonos
 - b) Agricultura dos colonos e pequena produção familiar camponesa
 - c) Plantações, agricultura dos colonos e pequena produção familiar
 - d) Culturas forçadas do algodão e arroz

Guia de Correção

- | | |
|-------|-------|
| 1. c) | 3. d) |
| 2. c) | 4. c) |

Avaliação



Avaliação

1. Os privilégios bancários e postais incluindo a emissão de moedas e selos foram concedido à companhia de Moçambique pelo:
 - a) Decreto de 11 de Fevereiro de 1890
 - b) Decreto de 11 de Fevereiro de 1891
 - c) Decreto de 26 de Março de 1926
 - d) Decreto de Junho de 1891
2. A construção do Porto da Beira foi finalizada em:
 - a) Em 1891
 - b) 1900
 - c) Em 1925
 - d) 1929
3. Para manter o controlo do capital estrangeiro na Companhia de Moçambique, Portugal adoptou as seguintes medidas:
 - a) Imposição dum corpo administrativo maioritariamente moçambicano
 - b) Imposição dum corpo administrativo maioritariamente português e exigir a ratificação das leis pelo governo português
 - c) Exigência da ratificação das leis pelo governo português e manter um corpo administrativo dos maiores accionistas estrangeiros.
 - d) Fixação dos membros do corpo administrativo em Manica e Sofala.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 12

A Agricultura e a Política Laboral em Manica e Sofala

Introdução

Sendo várias as actividades desenvolvidas pela Companhia de Moçambique em Manica e Sofala, a agricultura foi uma das mais importantes. Esta importante actividade económica desenvolveu-se a nível de grandes plantações viradas para a produção de matérias-primas, a nível da agricultura colona produzindo cereais e alimentos em geral, para o mercado para além do nível familiar cuja finalidade era a subsistência do campesinato africano, incluindo a venda do excedente. A coexistência destes três sectores foi pacífica, como veremos ao longo da lição.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* os diferentes sectores da agricultura em Manica e Sofala.
- *Explicar* a importância de cada um dos sectores da agricultura para a economia colonial.
- *Descrever* as relações entre os diferentes sectores da agricultura em Manica e Sofala.
- *Explicar* a razão das dificuldades de recrutamento de mão-de-obra
- *Explicar* as principais medidas tomadas para pôr fim a escassez de mão-de-obra

A Agricultura

A nível da agricultura a Companhia cedeu terras a algumas companhias, aos colonos bem, como manteve algumas terras nas mãos dos camponeses africanos. Deste modo a agricultura nos territórios da companhia de Moçambique desenvolveu-se a três níveis: a nível das companhias arrendatárias (Companhia de Gorongosa, Companhia de Luabo, Sociedade açucareira da África oriental, Companhia colonial do Búzi, etc), que receberam terras da Companhia; a nível da população colona; e ainda a nível da pequena produção familiar camponesa.

A Agricultura de Plantação

A produção agrícola em Manica e Sofala desenvolveu-se em duas vertentes principais: desenvolvimento de plantações e instalação de farms.

As Plantações

Viradas para a produção de matérias-primas para o mercado externo como a borracha, o chá, o algodão a cana-de-açúcar, etc. Grandes extensões de propriedades monoculturais e, portanto, com grandes exigências em mão-de-obra, as plantações foram desenvolvidas pela própria Companhia, por algumas companhias subarrendatárias e também por colonos nas margens dos rios Zambeze, Buzi, Save e no litoral.

Embora as concessões tivessem sido realizadas a partir da implantação da Companhia só por volta de 1900 é que começaram a aparecer os primeiros resultados, o que não de estranhar tendo em conta o facto de ser a plantação um investimento de longo prazo.

Entre as principais plantações no centro de Moçambique temos as de coqueiros, bananeiras e borracha desenvolvidas pela Companhia colonial do Búzi com 321 500 hectares. Por outro lado a Companhia de Moçambique tinha por sua conta palmares em Chiloane e Save, etc.

Entretanto nas terras da Companhia foram sem dúvida as plantações de cana-de-açúcar que mais se notabilizaram tanto pelo volume dos investimentos envolvidos, como pela quantidade de mão-de-obra que mobilizavam, em detrimento da produção familiar de subsistência.

As plantações de açúcar começaram a ser implantadas em 1900 com a criação da Sociedade açucareira da África oriental que veio a fundar a fábrica de Marromeu que começou a laborar em 1902.

Em 1910 foi fundada por Hornung a Companhia açucareira The Sena Sugar Factory Ltd que fundou a fábrica da Caia. As dificuldades das diferentes companhias decorrentes da exiguidade de capitais e das constantes calamidades naturais levaram a integração de todas elas na Sena Sugar Factory Ltd. Em 1920 passaram a integrar a Sena Sugar Estates de Hornung, também com propriedades em Mopeia e Luabo.

Entre as culturas das plantações lugar de relevo teve também a produção de algodão. As principais empresas algodoeiras no território da companhia foram a Mac Callum, The Rhodesian Cotton, Companhia agrícola de Moribane, etc. Entretanto o maior contributo em algodão, tal como em borracha, teve origem na produção familiar.

As Farmas

Completavam a actividade das plantações e estavam direccionadas para a produção de cereais, frutas e hortícolas. O mercado interno e extern assim como o consumo eram o principal destino desta produção.

A Agricultura Colona

A cedência, para exploração das terras de Manica e Sofala a companhia de Moçambique não foi, como vimos, uma imposição da realidade económica portuguesa pelo que não significava que Portugal abdicava daquelas terras, muito pelo contrário. Como tal as autoridades portuguesas procuravam sempre que a exploração da região e na companhia estivesse sempre representado Portugal.

Deste quadro surgiu que uma das obrigações da companhia no âmbito da exploração das terras de Manica e Sofala fosse a de instalar e apoiar na prática da agricultura, durante os primeiros cinco anos de actividade, mil famílias de colonos portugueses.

Neste sentido impunha-se que a Companhia providenciasse habitação, terrenos para agricultura bem como alfaías, fertilizantes sementes, etc., cujo reembolso seria feito a longo prazo.

Não obstante os primeiros anos de presença de portugueses em Manica e Sofala foram marcados por acentuados níveis de mortalidade, desaparecimentos e fugas para os territórios vizinhos para além de não raras vezes muitos colonos terem trocado a agricultura pelo comércio.

O resultado desastroso deste plano foi o corolário de várias situações conjugadas. Entre esses factores registe-se que os colonos enviados a Manica e Sofala não possuíam nem os capitais nem apreparação técnica e a experiência prática necessários para o sucesso da actividade que lhes era proposto desenvolver. Envoltos neste colecte de forças os colonos mantiveram-se totalmente dependentes da Companhia quanto a investimentos em infraestruturas, assistência técnica e fornecimento de mão-de-obra.

A experiência viria a ser relançada a partir de 1910 com a subida de João Pery de Lind a governador da região e que se mostrou um firme defensor dos interesses dos colonos. Durante o governo de Pery de Lind a companhia começou a ganhar confiança na agricultura colona o que levou a que esta intensificasse a política de atracção de colonos que iam se fixar na região com consideráveis vantagens. Nesta altura os colonos passaram a beneficiar de crédito agrícola (aluguer de máquinas, fornecimento de fertilizantes, distribuição de sementes e sacos), assistência técnica, cedência de terras férteis, facilidades na aquisição de mão-de-obra assim como facilidades de pagamentos das dívidas contrárias.

Mais tarde a agricultura colona em Manica e Sofala teve um considerável apoio de instituições especialmente criadas para o efeito, entre as quais estava a Caixa de Crédito Agrícola, criada em 1928 e que permitiu a racionalização da política de assistência financeira à agricultura colona e a Associação dos agricultores de Manica e Sofala que melhorou os mecanismos de defesa dos interesses dos colonos, principalmente ao nível da Repartição do trabalho Indígena, onde faziam-se representar por dois delegados.

A completar os esforços das autoridades da Companhia para dar força a agricultura colona, a Direcção de Agricultura foi transferida para Vila Pery, centro da agricultura colona, em 1928.

O desenvolvimento da agricultura colona, contrariamente a de plantação, ocorreu no espaço e especificidade antes reservados aos camponeses africanos pelo que desde a sua implantação surgiram atritos com esse sector da população de Manica e Sofala. Deste modo até 1936 as relações entre os agricultores colonos e africanos foi de uma certa concorrência e hostilidade pois os primeiros pretendiam transformar os africanos em força de trabalho barata assim eliminar a concorrência no mercado em especial na venda do milho. Este conflito seria suprimido com a criação

da Comissão Directora do Comércio de Milho (CDCM) em 1936, um organismo de coordenação agrícola para assistência directa aos agricultores com a função específica de controlar a produção distribuição e comercialização do milho.

A política da CDCM mostrou-se claramente contrária ao campesinato africano dirigindo as suas acções para a protecção do mercado local e externo de milho para a produção dos colonos, monopólio da rede comercial do milho no território da Companhia e rejeição do milho dos camponeses africanos ou adopção de políticas discriminatórias de preços.

O resultado deste desenvolvimento foi uma evidente regressão da agricultura africana contrastando com um crescimento bastante assentado da agricultura colona. A título de exemplo temos que em 1939 os 533 agricultores colonos ocupavam 664 299 ha de terras aráveis, tendo produzido 121 642 sacos de milho contra 4 062 dos africanos que eram numericamente muito superiores aos europeus. Para além disso, enquanto o milho dos colonos era vendido a 2\$60, o dos africanos era colocado a 1\$10.

O Campesinato Africano em Manica e Sofala

Paralelamente a agricultura colona e as plantações desenvolveu-se a agricultura camponesa, que era aliás a principal actividade nas terras de Manica e Sofala antes da penetração estangeira. Na fase em que estmos a estudar os africanos cultivavam com notoriedade o algodão, o milho, o arroz, a mandioca a mapira, a mexoeira, o feijão, as oleaginosas, etc. Também competia aos africanos a extracção da borracha.

A cultura do algodão, importante para as indústrias metropolitanas, contava com a supervisão e apoio da Companhia em sementes e ocupou o primeiro lugar nas exportações. Quase toda a produção do algodão era comprada pela Companhia a preços por ela fixados.

O sistema de culturas forçadas de algodão introduzido em 1926, não chegou a funcionar no território o que não significa que os produtores camponeses se tenham mantido à margem do controle da companhiaano processo produtivo. Embora fazendo uso dos seus meios de produção o produtivo incluindo a comercialização, estava directa ou indirectamente sob o controle do capital.

A comercialização da borracha extraída pelos africanos tinha igualmente considerável importância durante os primeiros de dominação colonial. Pela sua importância como fonte de receitas bastante rentável, devido aos baixos custos de produção, a companhia estabeleceu em 1937 o monopólio da colheita e comercialização da borracha, reservando para si locais e florestas exclusivas. Muitos camponeses que até ai beneficiavam de dos preços mais remuneradores oferecidos pelos comerciantes indianos espalhados no interior abandonaram a extracção.

A cultura de arroz foi incentivada na Beira e em Cheringoma. Tal como o algodão a Companhia distribuía as sementes aos produtores comprando depois o produto.

O campesinato especializou-se na produção do algodão e na exportação da borracha, dois dos principais produtos do território.

Além disso o campesinato abastecia o mercado interno com produtos como o milho, a mapira, etc., produtos destinados à alimentação dos trabalhadores nas empresas e outros sectores.

A Política Laboral da Companhia de Moçambique

O capitalismo colonial só podia se desenvolver através do domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, nas farms, explorações mineiras e noutros sectores da economia.

Contudo os camponeses moçambicanos, possuindo meios de vida próprios não tinham no trabalho assalariado a sua fonte de sobrevivência. Para conduzir os camponeses, com terras e outros meios, a tornarem-se assalariados foi necessária desde logo uma violência extraeconómica capaz de arrastar a força de trabalho do campesinato do território para o trabalho assalariado e, também forçado.

O campesinato que tinha na produção doméstica uma fonte de rendimentos suficientes para as suas necessidades, manifestava-se pouco receptivo às solicitações do mercado de trabalho.

Por esta razão o problema de mão-de-obra colocava-se no centro das preocupações das autoridades da Companhia. Afigurava-se pois de importância capital assegurar o fornecimento a baixos preços para garantir o desenvolvimento da economia colonial.

A primeira medida tomada para a compeli-lo o campesinato para o trabalho assalariado foi a institucionalização do imposto em dinheiro. E para centralizar o recrutamento e a distribuição de mão-de-obra foi criada, em 1895, a Inspeção-geral dos Negócios Indígenas, repartição central responsável pela direcção superior de todos os assuntos relativos às relações com a população africana, particularmente na cobrança de impostos, fornecimento de trabalhadores para os serviços da Companhia e de particulares bem como a relação com os chefes tribais.

Em 1907 entrou em funcionamento a principal legislação de trabalho aprovada pelo Governo português para o território nomeadamente, o Regulamento Geral do Trabalho dos indígenas no território da Companhia de Moçambique, o Regulamento para o fornecimento de indígenas a particulares no território de Manica e Sofala e o Regulamento para o recrutamento de indígenas de Manica e Sofala.

Três Aspectos Essenciais Ressaltam Destes Regulamentos:

- a) A institucionalização do trabalho forçado. Impunha-se por lei a obrigatoriedade de prestação de trabalho assalariado por todos os indivíduos em idade activa. Nos termos dessa lei o camponês era colocado perante o dilema: ou vender coercivamente a sua força de trabalho ou dedicar-se às culturas viradas para a exportação. Em ambos os casos a agricultura familiar de subsistência era preterida pelos interesses do capital.



- b) Estabelecimento de um sistema de controlo rigoroso da força de trabalho. O governo da Companhia determinou que cada trabalhador devia ser portador de um certificado declarando o tempo de serviço prestado e as respectivas datas de início e fim do contrato.

Em 1926/7 foi introduzida a caderneta individual de identificação indígena para todos os indivíduos do sexo masculino com idade aparente comprovada superior a 14 anos. Os infractores podiam ser punidos com pesadas penas como o trabalho correcional pago a 40% do salário normal.

- c) Interdição do recrutamento de trabalhadores para fora do território da Companhia

A chamada emigração clandestina foi considerada crime e, como tal punida com severas penas que iam até 20 meses de trabalho forçado sem remuneração. Um sistema de policiamento foi organizado para impedir a fuga de trabalhadores para fora do território nomeadamente Rodésia do Sul, Niassalândia África do Sul Ou outras partes de Moçambique.

Consequências Destas Medidas

- Muitos camponeses e trabalhadores abandonavam as suas aldeias, outros desertavam dos locais de trabalho
- Falta de mão-de-obra. Para minorar o efeito desse fenómeno a Companhia teve que recrutar trabalhadores de Nampula Tete e Zambézia. Criou a associação do trabalho Indígena para a angariação de trabalhadores para os serviços particulares. Recrutou menores para trabalhadores de limpeza, abertura de caminhos-de-ferro e culturas para alimentação dos trabalhadores.

Resumo da Lição



Resumo

Para o desenvolvimento da agricultura a Companhia de Moçambique cedeu terras a algumas companhias, aos colonos bem, como manteve algumas terras nas mãos dos camponeses africanos.

As Plantações estavam viradas para a produção de matérias-primas para o mercado externo como a borracha, o chá, o algodão a cana-de-açúcar, etc. As plantações de cana-de-açúcar foram as que mais se notabilizaram tanto pelo volume dos investimentos envolvidos, como pela quantidade de mão-de-obra que mobilizavam, em detrimento da produção familiar de subsistência.

Outra componente da agricultura em Manica e Sofala foi a agricultura colona que se desenvolveu com o apoio da Companhia, a qual devia providenciar habitação, terras férteis, alfaías, fertilizantes sementes, etc., cujo reembolso seria feito a longo prazo.

Paralelamente a agricultura colona e as plantações desenvolveu-se a agricultura camponesa, que se ocupava do cultivo do algodão, milho, arroz, mandioca, mapira, mexoeira, feijão, oleaginosas, etc.

Um dos principais entraves ao desenvolvimento da economia colonial em Manica e Sofala era a relutância dos camponeses africanos em se empregar como assalariados.

Tentando minimizar a escassez de mão-de-obra em 1907 entrou em funcionamento a principal legislação de trabalho aprovada pelo Governo português para o território nomeadamente, o Regulamento Geral do Trabalho dos indígenas no território da Companhia de Moçambique, o Regulamento para o fornecimento de indígenas a particulares no território de Manica e Sofala e o Regulamento para o recrutamento de indígenas de Manica e Sofala.

A institucionalização do trabalho forçado o Estabelecimento de um sistema de controlo rigoroso da força de trabalho e a Interdição do recrutamento de trabalhadores para fora do território da Companhia foram os três aspectos essenciais desses regulamentos.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. As farmas que se desenvolviam paralelamente a economia de plantações eram:
 - a) Destinadas à produção de milho, fruticultura e hortícolas
 - b) Mais exigentes em termos de capital que as outras plantações
 - c) Viradas a cultura de cana-sacarina, coqueiro, borracha e algodão
 - d) Um prolongamento da agricultura colona
2. Os objectivos dos agricultores colonos em Manica e Sofala nas lutas de classes de 1913-1936 eram:
 - a) Transformar os camponeses africanos em escravos
 - b) Transformar o campesinato africano em força de trabalho barato
 - c) Impedir a produção do milho pelo campesinato africano.
 - d) Alargar as suas terras às terras dos camponeses africanos
3. A Comissão Directora do Comércio de Milho acabou desempenhando as seguintes funções:
 - a) Coordenação agrícola para a assistência directa aos agricultores.
 - b) Preservação e protecção do mercado local e externo do milho para a produção colona.
 - c) Criação de incentivos ao campesinato africano através da discriminação de preços.
 - d) Expropriação dos camponeses africanos a favor dos colonos
4. Os regulamentos da principal legislação dos territórios de Manica e Sofala vieram:
 - a) Introduzir o recrutamento de moçambicanos para a África do sul
 - b) Acabar com o trabalho forçado
 - c) Estabelecer um sistema de descentralização da força de trabalho
 - d) Instituir o trabalho forçado, o controlo da força de trabalho, interditar o recrutamento para fora de Manica e Sofala.

Respostaa

- 1.a)
- 2.b)
- 3.b)
- 4.d)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. A Associação dos Agricultores de Manica e Sofala era uma organização que:
 - a) Englobava os agricultores colonos e os pequenos agricultores africanos.
 - b) Foi-lhe proibida qualquer representação da Repartição do trabalho Indígena.
 - c) Protegia os interesses dos agricultores colonos.
 - d) Protegia as grandes plantações
2. A Comissão Directora do Comércio de Manica foi criada em:
 - a) 1910
 - b) 1936
 - c) 1941
 - d) 1948
3. As companhias majestáticas em Moçambique foram
 - a) Companhia do Niassa, Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia
 - b) Companhia de Moçambique.
 - c) Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique
 - d) Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia
4. A primeira medida adoptada pela Companhia de Moçambique para compelir o campesinato para o trabalho assalariado foi:
 - a) Introdução do trabalho forçado
 - b) Instituição do imposto em géneros
 - c) Instituição do imposto em dinheiro
 - d) Instituição do imposto da palhota
5. O absentismo nas plantações foi travado através da/o
 - a) Redução do volume de trabalho nas plantações;
 - b) Trabalho por tarefa e impostos em dinheiro e em trabalho
 - c) Respeito pelos direitos humanos;
 - d) Crescimento da produção alimentar

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 13

As Outras Companhias

Introdução

Se a exploração colonial em Manica e Sofala esteve a cargo da Companhia de Moçambique, mais a norte, ao longo do Vale do Zambeze e nas actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado, também assistiu-se à actuação de companhias.

Niassa e Cabo Delgado foram cedidos a uma companhia majestática, enquanto no vale do Zambeze foram constituídas companhias arrendatárias, portanto com direitos mais restritos. Vejamos então como se processou a criação destas companhias e as actividades que desenvolveram.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



- *Descrever* o avanço dos portugueses no território dos Mwenemutapa.
- *Indicar* as fases do comércio de ouro nos Mwenemutapa.
- *Caracterizar* as relações entre os portugueses e os árabes.
- *Explicar* o impacto do comércio do ouro entre os Mwenemutapa.

Formação da Companhia do Niassa

Os territórios das actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado foram, na altura da dominação colonial entregues a Companhia do Niassa.

As acções preliminares para a criação de uma companhia no norte de Moçambique começaram a ser encetadas em 1891 com a concessão das terras a um grupo português. Os direitos cedidos, por 35 anos, eram idênticos aos da Companhia de Moçambique e referentes as terras situadas a norte do Rio Lúrio.

Os Grupos Financeiros

A debilidade financeira do grupo concessionário não permitiu que se levasse a cabo qualquer actividade de exploração, o que iniciou em 1892/3 quando os direitos foram cedidos a capitais franceses e ingleses. Em 1894 este grupo tomou posse, mas as terras ainda não tinham sido conquistadas, nada foi feito, limitando-se o grupo a procurar financiamentos na Inglaterra e Portugal.

Entre 1897 e 1908 a Companhia passou pelas mãos de três grupos financeiros.

A Ibo Syndicate adquiriu em 1897 a maioria das acções da companhia e injectou algum capital. A Companhia foi reorganizada e Ibo passou a ser a sede da administração. Neste ano foi projectada uma expedição contra o chefe Mataka mas não se efectivou por se prever grande resistência.

Em 1899, o controle da Companhia passou para a Ibo Investment Trust. Depois de organizar uma expedição para tomar o leste do lago Niassa dissolveu-se em 1902 por não vislumbrar grandes possibilidades de lucro. Foi provavelmente pela mesma razão que entre 1902 e 1908 não se realizaram campanhas militares para ocupação das terras e Niassa e Cabo Delgado. Durante este período foram elaborados os primeiros contratos com a Wenela para a exportação de mão-de-obra para a África do Sul.

A partir de 1908 foi a Nyassa Consolidated que detinha a maior parte das acções da Companhia. Este grupo interessou-se especialmente em explorar a exportação de força de trabalho para a África do Sul. Por este grupo foram relançadas as campanhas de ocupação.

Até 1911 a Companhia controlou o recrutamento de mão-de-obra para África do Sul, uma actividade que se mostrava mais vantajosa do que utilizar os trabalhadores localmente devido ao facto de ainda não estar pacificada aquela região.

Em 1912 Mataka caiu finalmente mas mesmo assim continuou a resistência popular contra os agentes da administração da Companhia, o que desencorajou a permanência daquele grupo.

Em 1913 a Companhia passou para um consórcio bancário alemão, mas com o início da primeira Guerra Mundial a Inglaterra confiscou as acções daquele grupo e vendeu-as a um grupo financeiro inglês.

A Exploração de Niassa e Cabo Delgado

A ocupação das terras entregues a Companhia só se tornou efectiva após a I Guerra Mundial (cerca de 1920), portanto quando faltavam cerca de nove anos para o fim do período de concessão o que fez com que não houvesse qualquer interesse em desenvolver actividades como as plantações e outros empreendimentos cujos resultados só começariam a aparecer já no final do contrato.

A exploração de Niassa e Cabo Delgado levada a cabo pela Companhia limitou-se a actividades especulativas tais como a exportar mão-de-obra, cobrança de impostos, taxaçaõ das mercadorias em trânsito, e utilização do trabalho forçado.

O imposto foi cobrado em géneros de exportação (borracha, café, goma, cera, marfim, etc.), tendo como ponto de partida as regiões costeiras onde a companhia tinha o apoio dos chefes afro-islâmicos, que ficavam com 5% da receita colectada. Muitos habitantes mudaram de residência para evitar a emigração ao trabalho forçado, por não ter o imposto pago. Com o declínio da procura de mão-de-obra, após a I Guerra Mundial, aumentou bastante a importância do imposto.

O trabalho forçado nas machambas dos capatazes da Companhia ou no carregamento de mercadorias foi outra forma de exploração aplicada em Cabo Delgado e Niassa. Tratava-se de trabalhos não pagos e os

camponeses deviam mesmo receber das respectivas famílias a sua alimentação.

O comércio de borracha, café, goma copal, urzela, cera e pau-preto (culturas de exportação) bem como de milho, arroz, mexoeira, gergelim feijão e mandioca (provenientes da agricultura familiar) foi outra fonte de rendimento da Companhia do Niassa.

As Companhias Arrendatárias na Zambézia

Na Zambézia tinham sido encetadas em 1880 tentativas de uma administração directa, mas na década de 1890 Portugal teve que a maior parte da Zambézia ao capital, inclusive o dever de conquistar e passificar a região.

Contrariamente ao que aconteceu com as Companhias de Moçambique e do Niassa na Zambézia as companhias eram arrendatárias, portanto com direitos mais restritos

Se bem que sob o comando dos oficiais portugueses, a ocupação da Zambézia foi levada a cabo pelas companhias. Por exemplo foram os cipaio da Companhia da Boror que capturaram o muene das regiões de Mocuba, Lugela e Namacurra em 1899

A exploração colonial na Zambézia assentou, pois, nas actividades das várias companhias que lá se estabeleceram, particularmente as plantações.

Na década de 1930 as plantações cobriam na Zambézia quatro faixas. A faixa litoral, de palmares que se estendia da foz do Zambeze à foz do rio Raragra; duas faixas de sisal e algodão nas margens do rio Licungo (a primeira) e nas proximidades do Chire (a segunda); a de cana-de-açúcar em Luabo e Mopeia.

Na área das plantações existiam igualmente uma ou duas culturas alimentares básicas (arroz, milho, batata-doce ou mandioca) que eram intercaladas com as de exportação evitando assim o crescimento do capim e garantindo a reconstituição física dos trabalhadores.

Entretanto a área aproveitada para as plantações era bastante limitada comparativamente as terras cedidas, mas as exigências destas em mão-de-obra eram muito grandes.

Os trabalhadores encontravam-se organizados em ensacas (uma de trabalho e outra de descanso) cada uma chefiada por um secunda. O controlo do trabalho da ensaca era feito pelo sistema de tickets nos quais faziam-se furos correspondentes a realização de uma tarefa ou um dia de trabalho cada um.

O recrutamento e fornecimento de mão-de-obra as companhias arrendatárias era da responsabilidade do governo colonial. Uma das vias para a proletarização do camponês foi a legislação de 1890 que obrigava o pagamento parcial do mussoco em trabalho enquanto a outra metade era paga em géneros ou em dinheiro. Ao abrigo desta lei todos aqueles que não tivessem domicílio certo (o mesmo que dizer que não fossem facilmente localizáveis para ser levados ao trabalho) eram considerados vadios (como tal podiam ser presos e levados ao trabalho forçado).

Em 1899 um documento impunha a obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e melhorar a sua condição social. Ao mesmo tempo foi agravado o valor do mussoco. Inversalmente os salários não registavam nenhuma subida real.

Uma das principais formas de reacção ao sofrimento imposto aos camponeses nas plantações foi a emigração para fora dos territórios administrados pelas companhias, para o estrangeiro, etc. dando seguimento a uma realidade já vivida quando do tráfico de escravos.

Para além disso o trabalho nas plantações foi caracterizado por um elevado índice de absentismo que as companhias tentaram minimizar de várias maneiras. Uma das estratégias para reduzir as constantes ausências foi a adopção do trabalho por tarefa que permitia ao trabalhador despegar logo que concluísse. Outra modalidade foi a prestação de trabalho por períodos intervalados de trabalho e de descanso. A estas medidas juntavam-se naturalmente os impostos em trabalho e em dinheiro.

Resumo da Lição



Resumo

Tal como a Manica e Sofala, os territórios das actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado e quase todo o Vale do Zambeze foram entregues a Companhias.

Niassa e Cabo Delgado foi entregue à Companhia do Niassa, com direitos majestáticos, mas que não conseguiu realizar grandes obras, tendo se limitado a desenvolver actividades de carácter especulativo como a exportação de mão-de-obra, cobrança de impostos, taxaão das mercadorias em trânsito, e utilização do trabalho forçado.

Na Zambézia os passos para a constituição de companhias iniciaram cerca de 1880 e consumaram-se na década de 1890 altura em que Portugal cedeu a maior parte da Zambézia ao capital, inclusive o dever de conquistar e passificar a região.

Contrariamente ao que aconteceu com as Companhias de Moçambique e do Niassa na Zambézia as companhias eram arrendatárias, portanto com direitos mais restritos

A exploração colonial na Zambézia assentou pois nas actividades das várias companhias que lá se estabeleceram, particularmente as plantações de palmares, sisal, algodão e de cana-de-açúcar.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Com a extinção da Companhia de Niassa em 1929, a administração dos territórios passou a ser a seguinte:
 - a) Nampula e Cabo Delgado passou para o Governo Colonial;
 - b) Cabo Delgado e Niassa passou a ser feita pelo Governo Colonial Português;
 - c) Cabo Delgado e Niassa passaram a ser feita pela Companhia de Moçambique
2. A Companhia de Niassa foi criada:
 - b) Antes de 1891
 - c) Em 1891
 - d) Depois de 1891
3. Os capitais da Companhia de Niassa eram:
 - a) Portugueses, Ingleses, Franceses, Alemães e Sul-africanos;
 - b) Holandeses, Portugueses, Ingleses, Alemães e Sul-africanos;
 - c) Portugueses, Ingleses, Franceses, Alemães
4. O grupo financeiro interessado no recrutamento de mão-de-obra para as minas foi:
 - a) Ibo Investment Trust
 - b) Niassa Consolidated;
 - c) Ibo Investment Trust e Niassa Consolidated

Resposta

1. b)
2. b)
3. c)
4. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. O absentismo nas plantações foi travado através da/o
 - a) Redução do volume de trabalho nas plantações
 - b) Pagamento do mussoco
 - c) Respeito pelos direitos humanos
 - d) Crescimento da produção alimentar
2. O Código de Trabalho de Indígena de 1875 tinha como princípio:
 - a) os africanos precisam trabalhar para serem civilizados
 - b) os africanos precisavam de trabalhar para serem livres.
 - c) os africanos precisavam de trabalhar para serem subjugáveis
3. Uma das formas de exploração usada pela Companhia do Niassa foi:
 - a) Monopólio das taxas de importação e exportação;
 - b) Pagamento de impostos em dinheiro e em géneros;
 - c) Imposto em dinheiro e recrutamento da mão-de-obra;
4. A principal actividade económica na Companhia da Zambézia era:
 - a) Exportação da mão-de-obra;
 - b) Mineração do ouro;
 - c) Produção do Milho e mandioca;
 - d) Exportação da mão-de-obra e Mineração do ouro;

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 14

O Sul e o Trabalho Migratório

Introdução

Além das companhias a presença e actuação do capital estrangeiro não português em Moçambique também esteve representado pelo capital mineiro sul africano. Com efeito desde finais do século XIX a economia do sul de Moçambique esteve particularmente ligada a economia sul africana que aos poucos consolidava a sua posição de epicentro da economia regional. Nesta lição propomos portanto uma abordagem sobre as relações económicas entre Moçambique e África do sul. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Caracterizar* a economia do sul de Moçambique até 1870.
- *Explicar* o contexto em que iniciaram laços entre Moçambique e África do Sul.
- *Identificar* as áreas de intercâmbio entre Moçambique e África do Sul

A Economia do Sul de Moçambique Até 1870

Antes da conquista colonial, os estados e as chefaturas do sul de Moçambique estavam ligados ao capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos indianos e portugueses situados na costa e no interior. Os contactos que estabeleciam com os mercadores assentavam essencialmente nas seguintes actividades:

- **Caça ao elefante:** com o marfim podiam entrar mercado internacional que assegurava o acesso aos bens que localmente ainda não eram produzidos (enxadas de ferro, tecidos, missangas, armas defogo, etc.)
- **Produção de oleaginosas:** a venda de amendoim, gergelim e milho ganhou uma grande importância quando o comércio do marfim começou a declinar na década de 1870. O que antes era adquirido em troca do marfim passou a ser parcialmente garantido pela comercialização das oleaginosas.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia do sul de Moçambique começou a ser bastante influenciada pela expansão da economia capitalista que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e Natal e nas repúblicas boers do Transval e Estado Livre do Orange (Orange Free State). A necessidade de fontes de mão-de-obra abundante e barata para as minas e plantações sul-africanas, combinada com as dificuldades económicas então experimentadas pelas formações políticas

do sul de Moçambique concorreu para a transformação das províncias do sul de Moçambique, Maputo, Gaza e Inhambane, em reservas de mão-de-obra.

Deste quadro resultou que a partir da segunda metade do século XIX estabeleceram-se estreitas relações entre Moçambique e África do Sul assentes em duas vertentes principais nomeadamente trabalho migratório e transportes.

Mão-de-Obra

A emigração de moçambicanos do sul do save para os territórios vizinhos, especialmente para os que hoje formam a república da África do Sul, teve início nos meados do século XIX como resultado de imperativos económicos, políticos e sociais internos e a expansão do capital mineiro sul-africano.

Assim as plantações de cana-de-açúcar do Natal (1850) e a indústria mineira de diamantes de Kimberley (1870) constituíram os principais polos de atracção da força de trabalho moçambicana.

Antes da imposição do domínio colonial português no sul de Moçambique (1897), a emigração já era uma prática corrente, parcialmente estimulada por necessidades que na altura só o dinheiro podia satisfazer, e controlada pelas aristocracias locais. Desde então, a crescente monetarização da economia do sul de Moçambique fez da emigração uma componente fundamental para a reprodução e equilíbrio material de grande parte das famílias camponesas e das classes dominantes. A título de exemplo, em 1879 havia cerca de 15 000 moçambicanos a trabalhar em diversos pontos da África do Sul e, em 1897, cerca de 60 000 estavam nas minas de ouro do Transval.

O início das campanhas militares de ocupação colonial no Sul de Moçambique em 1895 inicia uma nova etapa nas relações entre Moçambique e África do Sul (colónias britânicas e repúblicas boers). As vitórias conseguidas pelos colonizadores nas batalhas de Marracuene, Coolela e Manjacaze, em 1895, concorreram decisivamente para a rápida montagem das primeiras estruturas político-administrativas coloniais. As autoridades coloniais portuguesas encetaram contactos com as autoridades do Transval visando o controle e o proveito da emigração para os campos auríferos de Witwatersrand descobertos em 1886.

A necessidade imperiosa de um instrumento legal com força suficiente e reconhecido pelos interessados levou o Governo português, em 1896, a negociar com as autoridades de Pretória. Dos contactos resultou, em 1897, ano da eliminação do último foco de resistência armada em Gaza, comandada por Magiguane Cossa, na promulgação, pelo então Comissário-Régio Mouzinho de Albuquerque, do primeiro Regulamento para o Engajamento de indígenas na República Sul-Africana (Transvaal).

O regulamento durou pouco tempo porque no Transvaal a situação político-militar e económica sofreu profundas transformações com a eclosão da Guerra anglo-boer (1899-1902). A quase total paralisação da indústria mineira, principal empregadora da mão-de-obra moçambicana resultou na repatriação de 80 000 trabalhadores, desequilibrando a área

mais importante das relações económicas entre Moçambique e o Transvaal.

O Governo colonial português, depois de se certificar da vitória britânica, decidiu suspender a execução do regulamento de 1897. Era seu objectivo condicionar a assinatura de um novo acordo de fornecimento de mão-de-obra à garantia de utilização do porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques para as exportações e importações do Transvaal colonizado e de facilidades no intercâmbio comercial.

A partir do *modus-vivendi* de 1901, a questão da força de trabalho passou a estar em interdependência com os sectores já referidos.

O Governo português, aproveitando-se das limitações impostas pelo baixo nível de mecanização da produção na indústria mineira, foi capaz de utilizar, com algum sucesso a mão-de-obra como trunfo nas negociações com as autoridades sul-africanas.

No início deste século, as pressões portuguesas produziram os resultados desejados porque não contrariavam o ritmo acelerado de acumulação capitalista na indústria mineira baseada na mais-valia absoluta resultante da gradual e incessante redução dos salários dos trabalhadores negros. Esta prática apresentava-se, na altura, como única alternativa que o capitalismo podia adoptar, porque o preço do ouro era fixo e o custo do equipamento, virtualmente todo importado, estava fora do controlo das companhias mineiras. a única via para influenciar a rentabilidade era situar os custos de mão-de-obra no mais baixo nível possível.

A proclamação da União Sul-africana em 1910, integrando províncias possuidoras de portos (Cabo e Natal) e o período da I Guerra Mundial caracterizado por uma crise generalizada na vida económica e política sul-africana, colocaram Portugal numa posição tão difícil que se viu obrigado a não poder continuar a impor a inclusão das cláusulas sobre transporte e comércio para autorizar o recrutamento de mão-de-obra.

Em 1923 depois de negociações difíceis, influenciadas habilmente pela Câmara das Minas, foi assinado um acordo entre a Administração colonial de Moçambique e o governo da União Sul-Africana, cobrindo apenas a área da força de trabalho. O acordo, desvantajoso do ponto de vista dos interesses portugueses, foi possível porque Portugal não tinha meios para pressionar o governo da União a adoptar uma solução mais equilibrada.

A tensão que caracterizava as relações entre Portugal e a União foi ultrapassada com a assinatura da Convenção de 1928. Este acordo restabeleceu as três áreas cobertas pela Convenção de 1909 e introduziu pela primeira vez o sistema de pagamento diferido de parte dos salários dos trabalhadores moçambicanos.

Veja os principais acordos sobre o trabalho assinados entre as autoridades coloniais de Moçambique e a África do Sul.

Transportes

O Transvaal, território sem saída para o mar, foi produto da expansão e conquista promovidas por boers descontentes com a imposição da



coexistência com os ingleses, resultante da cedência do Cabo à Inglaterra, pelo governo holandês, em 1814. O great Trek (1835-1840) foi a resposta que os boers encontraram para se situarem longe da influência política e económica inglesa. O movimento conduziu os boers para o norte do rio Vaal onde, vencidas as resistências africanas locais estruturaram uma unidade política, o Transvaal.

Pelo tratado de Sand River, negociado em 1852, a Inglaterra reconheceu a independência do Transvaal, comprometendo-se a não alargar as suas fronteiras para além do rio Vaal. O acordo não significou o fim das hostilidades entre os ingleses e os boers. Elas reflectiam condições materiais e políticas estruturais: os boers, pelo nível ainda baixo de desenvolvimento da sua economia lutavam pela perpetuação da exploração da mão-de-obra serva e escrava, contrariando abertamente a política anti-esclavagista que o desenvolvimento industrial ditava ao governo inglês; a Inglaterra, dominando os portos do Cabo e Natal, alimentava esperanças de condicionar a economia do Transvaal, controlando as suas importações e exportações.

O reconhecimento da independência do Transvaal facilitou, de certo modo, o diálogo entre os governos boers e portugueses de Lourenço Marques. Muito cedo as autoridades do Transvaal iniciaram os contactos visando a criação de condições para a transformação da baía de Lourenço Marques numa via de ligação do seu território com o mundo. Em 1852 convidaram Portugal para a assinatura de um acordo sobre a delimitação da fronteira. Voltaram a insistir em 1864, pedindo tal como um grande favor.

As imperfeições da máquina administrativa colonial portuguesa e o facto de a sua presença política no sul de Moçambique ser ainda insignificante, bloquearam a possibilidade de uma resposta rápida.

O governo do Transvaal decidiu, em 1868, acelerar e precipitar os acontecimentos, proclamando através do seu presidente, Pretorius, as fronteiras do seu território que incluíam a baía de Lourenço Marques. Portugal apanhado quase de surpresa, viu-se obrigado a negociar com o Transvaal o tratado de amizade, comércio e fronteiras, em 1869, desfavorável para Moçambique em muitos aspectos. As negociações pela parte portuguesa, haviam sido conduzidas por Alfredo Duprat, Cônsul português no Cabo. Este homem de estado, segundo os funcionários portugueses em Moçambique, por nada entender sobre o nível de penetração dos interesses portugueses em Moçambique, facilitou a expansão territorial do Transvaal em detrimento de áreas já consideradas sob a influência da Coroa portuguesa.

Como o tratado estava a levar muito tempo para ser ratificado pelo governo central português, a impaciência conduziu a que em Maio de 1870 o governo do Transvaal dirigiu uma nota ao governo português, estabelecendo um prazo fatal. Se o tratado não fosse ratificado até 31 de Julho, ele se consideraria desobrigado. Portugal ratificou o tratado, porque compreendia que uma política inspirada nesta filosofia é evidente que se não podia utilmente combater com notas diplomáticas fundadas no direito, mas sim com actos decisivos fundados na energia.

Em 1872, o presidente Pretorius cedeu o seu lugar ao reverendo Thomas François Burgers. Apesar da ligação, por terra, do porto de Lourenço

Marques com o Transvaal haver sido minimamente assegurada, com a conclusão da estrada de Lydenburg, em 1874, uma das ideias fixas do novo presidente era o caminho-de-ferro Pretória/Lourenço Marques.

A abertura da estrada não era suficiente para libertar Lydenburg do porto de Durban. A mosca tsé-tsé, em quase toda a região central dizimava os bois, burros e cavalos que puxavam os carros de passageiros e de mercadorias.

O presidente Burgers visitou a Europa para obter os financiamentos necessários para o caminho-de-ferro em vista, e esteve em Lisboa, negociando novo tratado com Portugal. Em 1875 foi alcançado com Portugal um acordo para a construção de uma linha férrea que ligasse Transvaal com o mundo através de Lourenço Marques. A sua execução não pôde ser imediata pois em 1877 a Inglaterra anexou o Transvaal.

O governo inglês, tentando continuar com a linha do governo de Burgers em relação a Moçambique, negociou com Portugal, em 1879, "um tratado de amizade e comércio pelo qual se estabelecia recíproca liberdade de comércio e navegação e se assegurava a construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques Pretória. Aceitaram-se e confirmaram-se as cláusulas do tratado celebrado com o Transvaal em 1875". A Inglaterra nada fez para a materialização destes compromissos, ignorando absolutamente o acordo celebrado.

A autonomia do Transvaal foi restituída em duas fases, entre 1881 e 188, e neste último ano, como resultado da Convenção suplementar celebrada em Lisboa entre o governo português e o do Transvaal. Portugal deu uma concessão a um grupo português sob a condição de formar uma companhia a designar-se Caminho de Ferro Lourenço Marques ao Transvaal, para a construção da secção moçambicana da linha férrea. As dificuldades resultantes da falta dos financiamentos necessários em Lisboa, explicaram a decisão do governo de autorizar a companhia a ceder os seus direitos ao coronel Mac Murdo, um financeiro americano estabelecido em Londres, que formou com um capital de 500 000 libras esterlinas a East African Railway Company em 1885.

Em 1887 a linha férrea foi aberta numa extensão de 80km. O facto de faltarem cerca 9km para a sua conclusão, e de a companhia não se mostrar disposta a concluí-los assim como a interpretação abusiva das cláusulas da concessão que conferiam à companhia o direito de definir e fixar as tarifas de utilização da linha, provocaram sérias preocupações ao governo português.

A solução que o governo português encontrou depois de consultas e negociações difíceis a rescisão do contrato em 1889. A decisão obrigou o estado a tomar sob sua responsabilidade a conclusão da linha e a indemnizar os accionistas britânicos e americanos com a avultada quantia de 15 000 000 francos, sancionada pela arbitragem do governo suíço. Em 1894 a linha férrea foi ligada ao caminho-de-ferro do Transvaal.

O desenvolvimento da indústria mineira do ouro do Transvaal, apesar da concorrência dos portos ingleses, garantia tráfego compensador para o porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques.

O conflito anglo-boer (1899-1902) marcou o início do período de dificuldades para o complexo ferro-portuário de Lourenço Marques,

concebido e construído quase exclusivamente para servir os interesses do Transvaal. A perspectiva do Transvaal colonizado por uma potência possuidora de portos, cuja prosperidade dependia do tráfego de e para o Rand, suscitou no governo português a necessidade da reformulação urgente da política em relação ao Rand, para não se asfixiar em absoluto a vida económica da cidade de Lourenço Marques.

O "modus-vivendi" de 1901, parcialmente mutilado pelo aditamento de 1904, foi a solução mais equilibrada adoptada, obrigando a Inglaterra a utilizar o porto de Lourenço Marques como condição para beneficiar de facilidades no recrutamento de mão-de-obra, que escasseava nas explorações mineiras e agrícolas do Transvaal.

Os preparativos para a independência da União Sul-Africana, proclamada em 1910, incluíram, para os ingleses, a procura de um instrumento legal que garantisse, no futuro, a defesa dos capitais investidos no Transvaal contra as indubitáveis pressões que Cabo e Natal iriam promover contra Lourenço Marques. A Convenção de 1909, negociada sem se tomar em conta os interesses do Cabo e Natal, oficializou a zona de Competência, acordada em 1905, definiu entre 50 e 55% o tráfego que devia passar pelo porto de Lourenço Marques.

A proclamação da independência da União e a I Guerra Mundial (1914-1918) tornaram favoráveis as condições para a não observância rigorosa das cláusulas acordadas. Terminada a guerra, o Partido Sul-Africano, de Smuts, internacionalmente favorecido pelo prestígio conquistado ao lado das forças aliadas, vencedoras, e internamente corroído por praticar uma política laboral que cotrariava os interesses da classe operária branca, esboçava planos expansionistas em relação ao Sul de Moçambique. O governo de Smuts exigia a compra ou o aluguer do porto de Lourenço Marques, por um período não inferior a 99 anos. Smuts, nos inúmeros contactos com os negociadores portugueses, sustentava, em relação ao porto, o seguinte:

"A instabilidade da sua administração, em que governadores mudam constantemente, impede, apesar da sua boa vontade, que reconheço, que eu possa fazer planos seguros de que poderei exportar por Lourenço Marques os meus produtos; na situação presente não posso pôr a sorte do Transvaal... nas suas mãos..."

A recusa de Portugal em aceitar as propostas Sul-africanas, para além de ter criado um clima de tensão, esclarece as razões que conduziram à assinatura, em 1923, de um acordo que excluiu as áreas de transportes e do comércio. Os esperados reflexos negativos da não existência de cláusulas protegendo o tráfego por Lourenço Marques, porque o Transvaal experimentava uma fase de franco desenvolvimento, não se fizeram sentir. Pelo contrário, as percentagens que a Convenção de 1909 fixava foram sempre alcançadas.

A vitória do Partido Nacional de Hertzog, nas eleições de 1924, e o golpe militar em 1926 em Portugal, contribuíram para a criação de um ambiente favorável para o reinício das negociações. Em 1928 foi assinada uma Convenção restabelecendo as cláusulas sobre o porto, caminhos-de-ferro e comércio.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Os prazos tiveram sua origem no império dos Mwenemutapa quando mercadores ocuparam terras doadas, conquistadas ou compradas.

Pretendo-se uma instituição da coroa portuguesa, os prazos nunca chegaram a sê-lo efectivamente, tal era a insubordinação dos prazeiros em relação a coroa portuguesa.

O tráfico de escravos antes base do poder dos prazeiros tornou-se depois factor de desintegração aliado às invasões nguni e do que restava dos Mwenemutapa.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Para o monopólio da actividade de exportação da mão-de-obra o Capital Sul- Africano foi representado pela/o
 - a) British South Africa Company;
 - b) Companhia da Zambézia;
 - c) Witwatersrand Native Labour Association (WENELA);
 - d) Wenela e a Companhia da Zambézia.
2. Em 1901, o recrutamento de moçambicanos para Transval foi interrompido devido:
 - a) Guerra entre os bóeres e os zulos.
 - b) Guerra entre os bóeres e os ingleses.
 - c) Contestações dos sul africanos contra os estrangeiros.
 - d) Recusa dos moçambicanos em migrar para África do Sul.
3. A convenção de 1909, culminou com uma das seguintes disposições:
 - a) Introdução do sistema do pagamento diferido a título voluntário.
 - b) Redução de moçambicanos nas minas do Transval.
 - c) Proibição do recrutamento para além do paralelo 22ºs.
 - d) Autorização de novas empresas recrutadoras
4. A principal disposição da cláusula do paralelo 22º era a:
 - a) Proibição do recrutamento ao norte do paralelo 22º
 - b) Proibição do recrutamento a sul do paralelo 22º
 - c) Garantia o monopólio do recrutamento á WENELA.
 - d) Equilíbrio de recrutamento de trabalhadores do sul e do norte do paralelo 22º
5. A 2ª convenção entre Moçambique e RSA estabelecia:
 - a) O sistema de pagamento diferido voluntário e a possibilidade de o governo cobrar os impostos nas minas.
 - b) Um sistema de pagamento diferido obrigatório
 - c) O monopólio do recrutamento da mão-de-obra moçambicana pela WENELA.
 - d) Intensificação das medidas repressivas que obrigavam os camponeses sul-africanos a trabalhar nas minas.
6. As agências recrutadoras autorizadas a operar em Moçambique com base no acordo de 1965, podiam recrutar trabalhadores para:
 - a) As Minas não filiadas na câmara das minas e para agricultura.
 - b) As Minas não filiadas na câmara das minas e para a construção de estradas.
 - c) Para todas as minas e outros sectores da economia
 - d) Para todos os sectores da economia excepto as minas



Guia de Correção

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. c) | 3. a) | 5. b) |
| 2. b) | 4. a) | 6. a) |

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Com o estabelecimento da cláusula do paralelo 22 o trabalho migratório envolvia as actuais províncias de:
 - a) Gaza, Inhambane, Maputo e Nampula.
 - b) Inhambane, Gaza e Maputo.
 - c) Cabo-Delgado, Nampula, Manica e Tete.
2. A procura de mão-de-obra moçambicana pelas minas e plantações sul-africanas deveu-se a:
 - a) Desgosto pelo trabalho por parte dos sul africanos.
 - b) Dinamismo e suporte de trabalhos pesados pelos moçambicanos:
 - c) A crescente monetarização da economia do sul de Moçambique.
3. Antes de 1913, a “Lewis and Marks”, actuou em Moçambique fornecendo trabalhadores às minas do Transval a partir da:
 - a) Companhia de Moçambique.
 - b) Companhia do Niassa.
 - c) Companhia da Zambézia.
4. Quais foram agências recrutadoras autorizadas pelo acordo de 1965?
 - a) WENELA, TEBA e ALGOS
 - b) ALGOS, NRC e Câmara das minas
 - c) ATAS, CAMON e ALGOS
5. 1975, constituiu o auge do recrutamento em Moçambique porque:
 - a) O governo sul africano deixou de efectuar o pagamento diferido o que agradou milhares de trabalhadores moçambicanos.
 - b) O Malawi interrompeu o envio de mão-de-obra a RSA - 1974.
 - c) Os salários dos mineiros baixaram originando um desinteresse dos sul africanos, malawianos e tswanas pelo trabalho das minas.
6. A decisão do governo sul-africano (1986) de expulsar trabalhadores moçambicanos e proibir novos recrutamentos resultou de:
 - a) Desinteresse do sector mineiro em contractar moçambicanos.
 - b) Reclamação dos trabalhadores africanos da África do Sul.
 - c) Pressões políticas sul africanas contra o governo moçambicano.

Lição 15

A Política Social

Introdução

Uma das principais alterações resultantes da colonização em Moçambique operou-se a nível da estrutura e das relações sociais. Novas classes sociais surgiram correspondendo acompanhando a progressiva implantação da economia colonial. A discriminação racial tornou-se igualmente fenómeno corrente e, a par das injustiças salariais despoletou uma notável luta do proletariado urbano. Veja, pois, em pormenor a política social em Moçambique colonial. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Mencionar* as classes sociais em Moçambique no período colonial.
- *Descrever* as relações entre as diferentes classes sociais.
- *Explicar* o contexto em que surgiu o proletariado urbano em Moçambique.
- *Caracterizar* a luta do proletariado urbano em Moçambique.

A Política Social entre 1890 e 1930

A Estrutura Social

A colonização de Moçambique no período imperialista foi dinamizada pela burguesia europeia, nomeadamente, de Portugal, Inglaterra, França e outros países industrializados, que deve ser considerada, evidentemente, a classe dominante. O interesse ou motivação desta classe era uma exploração, mais directa do que anteriormente, dos recursos moçambicanos. Foi o campesinato que forneceu força de trabalho migratória e os produtos do novo processo de acumulação de capital nas plantações, transportes, minas e comércio rural. Esse mesmo campesinato que forneceu através dos impostos, uma grande parte do rendimento do governo e comprou grandes quantidades de produtos de indústrias portuguesas.

Podemos considerar a burguesia proveniente da Europa e o campesinato moçambicano as principais camadas na nova estrutura social. A continuação da resistência activa contra a ocupação colonial, as fugas maciças e a resistência contra o trabalho forçado expressam, no seu conjunto, a continuação do conflito entre essas duas camadas

No entanto, na evolução da nova economia colonial, emergiram outras camadas secundárias, mas muito importantes na vida política, económica do país e nos conflitos que se desenvolveram nas cidades. Emergiu cedo, por exemplo, uma burguesia comercial local baseada, principalmente em Lourenço Marques, interessada no crescimento da importação e exportação de produtos de e para o campesinato e no trânsito de mercadorias de e para os países vizinhos. Os seus interesses estavam portanto, bastante ligados aos da burguesia na Europa e na África do Sul.

Mais tarde desenvolveu-se uma burguesia agrícola local, que integrava os colonos interessados na expulsão dos camponeses das melhores terras e a sua transformação em trabalhadores sazonais nas novas plantações e machambas. Os interesses deste grupo entravam em conflito com os da grande burguesia e do estado colonial, especialmente no sul do país, onde a burguesia mineira inglesa insistiu sempre em reservar a maior parte do trabalho africano para as minas sul-africanas.

Com o crescimento das cidades e a chegada de colonos à procura de trabalho, emergiram duas camadas sociais: uma de trabalhadores permanentes, qualificados e semi-qualificados, e outra de pequena burguesia. Devido a privilégio constitucional e legal proporcionado aos brancos pelo regime colonial, essas camadas logo se dividiram em negros e mestiços por um lado e brancos por outro. Os brancos e não brancos das duas camadas supracitadas estavam igualmente interessados na defesa dos seus lugares a ameaça de desemprego, em tempo de crise económica e, sempre que possível, no alargamento das suas regalias em tempo de expansão. Porém o referido privilégio constitucional assegurava que os benefícios recaíssem sempre para os brancos frequentemente em detrimento dos outros.

A Emergência do Proletariado Urbano

A análise da emergência do proletariado urbano moçambicano passa, necessariamente pelo conhecimento rigoroso das condições em que se fez a penetração e a fixação do imperialismo, do grau de desenvolvimento das forças produtivas em Moçambique, da própria natureza do capitalismo português (um capitalismo dependente) e a forma como este se inseriu no imperialismo.

Com a expansão imperialista dos países capitalistas foram criadas condições para implantação das relações capitalistas nos países sob dominação colonial

Neste contexto, Moçambique foi colocado ao serviço das necessidades de acumulação do capital da burguesia dos centros imperialistas e da burguesia portuguesa.

O aspecto dominante foi a integração económica de Moçambique no complexo da África Austral, através da construção e desenvolvimento de portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira, surgiram, em

consequência, os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais começaram a convergir obrigatoriamente e, por vezes, mesmo voluntariamente, largas camadas de pessoas que constituíram os primeiros trabalhadores assalariados urbanos.

As obras de construção então iniciadas exigiram a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra, recrutados em regime de trabalho obrigatório, particularmente na área situada a Sul do Save. O trabalho migratório para os centros urbanos surgiu, portanto paralelamente ao trabalho migratório para o exterior e para as plantações, embora em proporções muito reduzidas.

O crescimento urbano exigiu, por outro lado, mais trabalho assalariado para garantir a manutenção das diversas actividades surgidas e como resposta às exigências criadas pela fixação dos primeiros grupos de colonos portugueses, tais como obras públicas, turismo, remoção de lixo, trabalho doméstico, etc., deu origem ao surgimento de camadas semiproletarizadas urbanas.

Foi, entretanto, no porto e nos caminhos-de-ferro da então cidade de Lourenço Marques, cuja população, em 1912, ultrapassava os 26 mil habitantes e, em 1928, era cerca de 37300 pessoas, entre africanos e não africanos, que se estabeleceram as secções numericamente mais importantes do embrionário proletariado urbano, sendo o porto o principal empregador dessa mão-de-obra.

Desenvolveu-se assim uma camada proletarizada urbana, com um nível de instabilidade bastante acentuado, tratando-se geralmente de trabalhadores não qualificados e, em grande parte concentrados nas “compounds”, numa base étnica e regional, mas auferindo salários médios em geral superiores aos do campo. De notar que mesmo o trabalhador “chibalo” do porto ganhava o dobro do salário do trabalhador “chibalo” da agricultura.

Parece, pois, pouco provável que este tipo de trabalhador fosse cada vez mais dependente do seu salário para manter a si bem como a sua família.

Este proletariado em formação sofreu um processo de atração em relação aos centros urbanos emergentes, na mira de conseguir melhores salários, de adquirir dinheiro para pagar o imposto ou o lobolo ou, mesmo, procurando novas profissões. Ainda que numericamente reduzido, foi, no entanto, a partir da sua chegada e integração que começou a sofrer um processo de transformação, que passaria pela tomada de consciência da exploração e isolamento a que estava submetido.

Era contudo um proletariado que tinha as suas particularidades e uma natureza específica. A qualquer trabalhador assalariado, factores diversos o impediam, regrageral, de cortar radicalmente os seus vínculos com a terra de origem e, portanto, de atingirem um grau deproletarização completo, ao contrário do que aconteceu na Europa do século XIX, durante o processo de proletarização dos camponeses, quando o capitalismo industrial se introduziu na forma de produção pré.capitalista.

Foi, por isso, um processo de proletarização diferente do que aconteceu com a classe operária europeia porque não se deu uma separação total do meio de produção principal, terra.

A Luta do Proletariado Urbano

Durante este período foi bem manifesta a acção e a vitalidade do proletariado urbano mergente particularmente dos trabalhadores ferro-portuários de Lourenço Marques (estivadores, trabalhadores do cais e ferroviários), pelo número de greves e de acções de protesto que desenvolveram.

A partir de 1900 assistimos à consolidação do poder colonial português no sul de Moçambique. E, também paralelamente, se reforçam os laços económicos com a África do Sul, garantindo, desse modo a continuidade do sistema recentemente estruturado de exploração da mão-de-obra migrante.

Foi assim que o estado colonial, em cooperação com as empresas capitalistas de navegação e expedição, nomeadamente a The Lagoa Bay Development Corporation Ltd (com sede em Londres) a Lourenço Marques Forwarding Lingham Timber, entre outras, consolidou progressivamente o seu poder de recrutamento, controlo e exploração da força de trabalho para o porto e caminhos-de-ferro, com o apoio do poder militar, policial e judicial, tentando por todas as formas frear a independência e organização dos trabalhadores.

O governo tentou sempre impedir o pagamento de salários elevados. De qualquer forma, o nível dos salários no porto e caminhos-de-ferro e nalgumas empresas privadas, foi sempre de forma a atrair trabalhadores em número suficiente, tornando os empregos neste sector bastante competitivos em relação aos demais empregos da cidade.

Mas as injustiças salariais eram notáveis quer para os trabalhadores voluntários (não contratados), quer para os contratados, o que levou os trabalhadores a protestarem e organizar greves. E à medida que o porto e os caminhos-de-ferro de Lourenço Marques foram sendo controlados pelo Estado Colonial, o surto grevista foi aumentando e envolvendo mais grupos e sectores de trabalho, se bem que enfrentando uma maior e mais feroz repressão militar e policial. De notar que em geral até 1910/1911, as manifestações sob a forma de paralisações envolviam trabalhadores de uma ou outra empresa empregadora, como foi o caso dos voluntários jornaleiros da empresa Lingham Timber, em Maio de 1905 e da The Lagoa Bay em Março de 1906.

A questão salarial, o principal móbil do protesto dos trabalhadores, foi por outro lado, agudizada pela circulação em Moçambique de várias moedas e, em especial, pela presença e competição entre a libra inglesa e o escudo, entre as quais existiu, pelo menos até 1914, uma certa paridade.

Resumo da Lição



Resumo

Com o colonialismo em Moçambique surgiram, como principais camadas sociais, a burguesia oriunda da Europa e o campesinato moçambicano. Emergiu igualmente uma burguesia comercial em Lourenço Marques, uma burguesia agrícola, que integrava os colonos, uma camada de trabalhadores permanentes, e uma pequena burguesia. Devido aos privilégios concedidos aos brancos, essas camadas logo se dividiram em negros e mestiços por um lado e brancos por outro.

Com a expansão imperialista, Moçambique inicia a construção e desenvolvimento de portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira e, em consequência, os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais começaram a convergir os primeiros trabalhadores assalariados urbanos.

O crescimento urbano originou camadas semiproletarizadas urbanas, sobretudo no porto e nos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques. Surgiu, assim, uma camada proletarizada urbana, mas bastante instável.

Neste período ganhou força a luta do proletariado urbano particularmente dos trabalhadores ferro-portuários, o que pode ser confirmado pelo número (elevado) de greves e de acções de protesto que desenvolveram.

Embora o governo colonial se opusesse ao pagamento de salários altos, os salários no porto e caminhos-de-ferro e nalgumas empresas privadas, foram sempre mais elevados do que nos demais empregos da cidade.

A questão salarial, foi sempre o móbil do protesto dos trabalhadores, pois as injustiças salariais eram notáveis quer para os trabalhadores voluntários, quer para os contratados.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. O interesse da burguesia europeia no período colonial era:
 - a) A venda da força de trabalho moçambicana como escravos
 - b) Exploração directa dos recursos moçambicanos.
 - c) A espoliação dos recursos de Moçambique através do comércio
2. Os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais convergiram os primeiros trabalhadores assalariados urbanos surgiram em conexão com:
 - a) a construção e desenvolvimento de portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira
 - b) o desenvolvimento do sistema de plantações no centro de Moçambique
 - c) a fixação dos primeiros grupos de colonos portugueses
 - d) a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra, recrutados em regime de trabalho obrigatório
3. Para o emergente proletariado urbano no início do século XX o salário visava:
 - a) Garantir a subsistência do trabalhador e sua família.
 - b) Pagar o imposto e/ou o lobolo.
 - c) Assegurar uma progressiva acumulação pelo trabalhador
 - d) Evitar revoltas dos trabalhadores

Guia de Correção

1.c)

2.a)

3.b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Era nos portos e caminhos-de-ferro que se concentravam as secções numericamente mais importantes do proletariado urbano porque:
 - a) Este sector era o maior empregador
 - b) Nos portos concentravam os estivadores
 - c) Os trabalhadores não tinham qualificação e viviam em compounds
 - d) Os salários neste sector eram mais altos

2. No contexto da economia colonial emergiu uma burguesia comercial local cujo interesse era:
 - a) Garantir mercado para os produtos provenientes da metrópole
 - b) O crescimento da importação e exportação de produtos de e para o campesinato e o trânsito de mercadorias de e para os países vizinhos.
 - c) Ligar seus interesses aos da burguesia na Europa e África do Sul.
 - d) Travar a supremacia da burguesia agrícola em Moçambique

3. O proletariado urbano apresentava um nível de instabilidade bastante acentuado, porque:
 - a) Era composto por trabalhadores não qualificados, vivendo nas “compounds”, numa base étnica e regional
 - b) Seus membros auferiam salários muito superiores aos do campo.
 - c) Os trabalhadores auferiam salários muito baixos em relação aos do campo
 - d) Era composto por trabalhadores qualificados e que conheciam os seus direitos.

4. A particularidade e especificidade do proletariado urbano residia em:
 - a) O trabalhador assalariado manter os vínculos com a terra-mãe.
 - b) Ser um proletariado completo, como o da Europa do século XIX.
 - c) Ser um processo diferente do que se deu na Europa onde houve uma separação total do meio de produção principal, terra.
 - d) Ser constituído por diversos extractos sociais e também raciais.

Lição 16

A I Guerra Mundial e a Crise Económica e Social da Década de 1920

Introdução



Objectivos

Ao concluir esta unidade você será capaz de:

- *Relacionar* a primeira guerra mundial com o agravamento das condições de vida em Moçambique
- *Caracterizar* a reacção das populações face ao agravamento da exploração.
- *Identificar* as principais acções no âmbito da luta contra o domínio colonial.

A I Guerra Mundial e a Crise Económica e Social da Década de 1920

Em Maio de 1915, quando passava cerca de um ano após o início da Primeira Guerra Mundial, Portugal entrou no conflito ao lado da Triplice Entente contra a Alemanha. Esta guerra exigiu a utilização de recursos materiais e humanos não só dos países beligerantes, como também das respectivas colónias. A Portugal coube o papel de ajudar a Grã-Bretanha na defesa das colónias britânicas de África.

O envolvimento de Portugal na guerra, teve consequências no sistema económico português em Moçambique, em especial no sector financeiro. Isto traduziu-se na desvalorização contínua da moeda (o escudo) à razão de 100% entre 1914 e 1920, 200% em 1920 e 600% entre 1921 e 1924.

Perante a depreciação da moeda aumentou o custo de vida e os salários reais dos trabalhadores, rurais e urbanos, quedaram. Na tentativa de controlar os problemas económicos o estado colonial recorria ao aumento do müssoco, a cobrança do imposto de palhota em libras, tanto ao trabalhador migrante como aos outros trabalhadores locais. Igualmente diminuiu a qualidade dos tecidos importados, principal mercadoria no comércio rural.

Estes factores conduziram, por um lado, à migração para fora do país, onde a atracção da libra esterlina e de tecidos de melhor qualidade era cada vez mais evidente e, por outro lado, à deserção do trabalho pouco remunerado. Assim agudizaram-se todos os problemas relacionados com o recrutamento de mão-de-obra tanto pelo estado colonial como por

empresas capitalistas. Perante esta situação, a administração colonial intensificou rusgas para o prisionamento de pessoas que depois eram enviadas para o trabalho forçado nas companhias e obras públicas.

Nas cidades de Lourenço Marques e Beira os trabalhadores brancos, que usufruíam de privilégios coloniais, desenvolveram as suas acções separadamente dos trabalhadores negros, que, em geral, não gozavam dos mesmos direitos e, por conseguinte, moviam uma luta paralela, embora ilegal. Desta forma, registou-se uma série de greves em que os trabalhadores se manifestaram activamente contra os efeitos da crise.

Das greves levadas a cabo em Lourenço Marques, destacam-se as dos ferroviários (brancos) em 1917 e 1920, as dos estivadores (negros: quatro greves entre 1919 e 1923) e as do pessoal da empresa de transportes urbanos (brancos) em 1916, 1920 e 1923.

O estado colonial utilizou a estratégia de reprimir e dividir os trabalhadores, quer negros, quer brancos, deportando os activistas brancos em 1920 e neutralizando rapidamente as greves dos negros. Mas às vezes, aliciou o reduzido número de assimilados assalariados, garantindo-lhes algumas das regalias dos brancos.

Não obstante, a diferenciação de estatuto e tratamento dos brancos manifestou-se bem evidente entre 1918 e 1920, ao ser concedido o pagamento em divisas da maior parte do salário à maioria dos funcionários brancos.

Nos anos seguintes, a crise manteve-se e veio tomar proporções graves. O ano de 1925 iniciou-se num autêntico clima de agitação. Foi-se desenvolvendo com certa intensidade uma campanha a favor dos trabalhadores negros em Lourenço Marques, através do Brado Africano. Este apelava aos africanos para se unirem por um objectivo comum.

Entretanto os atropelos à lei eram prática corrente. Em Fevereiro de 1925 mais de uma centena de trabalhadores negros recusou continuar a prestar serviços à empresa Delagoa Bay Agency de Lourenço Marques, alegando maus tratos e exigindo que os deixassem regressar às terras de origem. Pelo facto foram imediatamente presos pela polícia por ordem da Secretaria dos Negócios Indígenas.

Em Junho 300 trabalhadores negros dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques reuniram-se junto à casa dos Trabalhadores, manifestando-se contra o não pagamento de um aumento salarial estabelecido pelo governo no ano anterior.

Foi certamente animada pelo clima de descontentamento e agitação que pairava sobre cidade de Lourenço Marques que se deu, em 13 de Agosto de 1925, a greve dos trabalhadores da Delagoa Bay Development Corporation Limited, empresa concessionária de diversos serviços urbanos (água, energia eléctrica, e transportes públicos). Os grevistas lutavam pela actualização dos vencimentos.

Em Agosto de 1925 estalou uma greve geral na Beira. Tratou-se da paralisação geral e concentrada de trabalhadores, funcionários e pequenos empresários brancos, em protesto contra uma série de medidas decretadas pela administração da Companhia Magestática. Assim, em 7 de Agosto entraram em greve os comerciantes, protestando contra o



controle de divisas por parte da Companhia, seguindo-se-lhes, por idêntico motivo, os pequenos agricultores colonos. Os funcionários da Companhia entraram em greve em 2 de Setembro, exigindo uma compensação salarial que cobrisse a depreciação da moeda e a alta do custo de vida, entre outras reivindicações. A situação só voltaria a normalidade a 10 de Setembro, tendo, os grevistas, conseguido uma vitória quase total embora temporária.

Em Setembro de 1925, começou a greve dos estivadores do porto da capital, reivindicando aumentos salariais e melhores condições sociais, seguindo-se a greve dos trabalhadores ferroviários e portuários brancos, em defesa dos seus interesses e privilégios, o que veio a transformar-se em greve geral. Iniciada em 1 de Novembro, a greve só viria a terminar em Março de 1926, tendo obrigado o governo a estabelecer o estado de sítio na cidade. Finalmente o governo colonial neutralizou a greve; foram presos e deportados para vários pontos de Moçambique os principais dirigentes grevistas.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

Em Maio de 1915, entrou na Grande Guerra ao lado da Entente, contra a Alemanha. A entrada de Portugal na guerra fragilizou mais ainda o sector financeiro português, originando a desvalorização do escudo que atingir os 600% entre 1921 e 1924.

Como consequência aumentou o custo de vida e caíram os salários dos trabalhadores. Os impostos aumentaram e, nalgumas áreas, passou a ser cobrado em libras.

Perante a carestia da vida as populações desencadearam várias formas de luta como a migração para fora do país, a deserção do trabalho pouco remunerado e as greves.

Para tentar travar o protesto o estado colonial recorreu à repressão, deportando os activistas da luta, carregando sobre os grevistas, etc.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Em Lourenço Marques e Beira a luta dos trabalhadores brancos, era:
 - a) Conjunta com os trabalhadores negros
 - b) Separadamente dos trabalhadores negros
 - c) Separada dos negros mas com um mesmo comando
 - d) Ilegal
2. Para travar as greves dos trabalhadores o estado colonial optava por:
 - a) Deportar os activistas brancos e neutralizar as greves dos negros.
 - b) Aliciar os assimilados, garantindo algumas regalias dos brancos.
 - c) Reprimir militarmente os trabalhadores brancos e negros.
 - d) Ceder às reivindicações dos trabalhadores sempre que possível
4. Em que ano o movimento de contestação atingiu o seu ponto alto?
 - a) 1918
 - b) 1920
 - c) 1924
 - d) 1925
5. Que trabalhadores envolveram-se na greve geral de 1925 na Beira?
 - a) Agricultores e mineiros
 - b) Funcionários brancos, comerciantes, agricultores colonos, funcionários da Companhia, estivadores.
 - c) Estivadores, trabalhadores ferroviários e portuários brancos
 - d) Serventes e ajudantes da companhia de Moçambique

Guia de Correção

1. b)
 2. a)
 3. d)
 4. b)
- b) *Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.*

Avaliação



Avaliação

1. Qual foi o efeito da participação de Portugal na I Guerra Mundial?
 - a) Abalou o sector financeiro português.
 - b) Estimulou o sector financeiro português.
 - c) Não teve impacto no sector financeiro português.
 - d) Arruinou as finanças das colónias

2. Provocou apenas um abalo na vida político-militar portuguesa Entre 1920 e 1925 a tendência da crise foi:
 - a) Manter-se e tomar proporções graves desencadeando desde 1925 um clima de agitação.
 - b) Reduzir-se uma vez que a I Guerra Mundial tinha terminado
 - c) Provocar uma campanha a favor dos trabalhadores negros em Lourenço Marques, através do Brado Africano.

3. Em que data teve lugar a greve dos trabalhadores da Delagoa Bay Development Corporation Ltd?
 - a) Fevereiro de 1925
 - b) 7 de Agosto de 1925
 - c) 13 de Agosto de 1925
 - d) 2 de Setembro de 1925

4. A Greve geral iniciada em 1 de Novembro de 1925, só terminou em Março de 1926, tendo como resultado:
 - a) Prisão e deportação para vários pontos de Moçambique dos principais dirigentes grevistas.
 - b) Concessão de alguns direitos aos grevistas
 - c) Abolição de certas exigências que recaíam sobre os grevistas
 - d) Legalização das greves.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 17

As Primeiras Formulações Nacionalistas

Introdução

Enquanto na Europa foi o capitalismo com as suas exigências de centralização e unidade do poder político-económico que deu ao nacionalismo toda a base material que colocaria o estado como ponto de partida e de chegada para uma identificação necessária da população com a Nação, em África o nacionalismo surgiu da experiência do colonialismo europeu, da opressão colonial. Assim, usando os próprios meios do colonizador, isto é, a sua língua, a sua técnica, a sua religião e as suas ideias, os africanos contestam a situação colonial, criando entre eles um sentimento de identidade nacional. Vamos então, caro aluno estudar nesta lição as formas como o nacionalismo surgiu e se desenvolveu em Moçambique. Bom estudo!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* o papel das associações no surgimento do nacionalismo africano.
- *Caracterizar* a luta do proletariado urbano
- *Explicar* o papel da imprensa na emergência do nacionalismo
- *Descrever* as principais manifestações literárias e artísticas
- *Caracterizar* a resistência no campo

As Primeiras Formulações Nacionalistas

Tendo em conta os grandes condicionalismos do nacionalismo africano, é fundamental, para melhor análise do fenómeno do nacionalismo africano, distinguir três fases:

- A imitação da cultura europeia;
- A redescoberta dos valores tradicionais;
- A procura da síntese.

Em Moçambique, devido à proibição de qualquer associação política, à necessidade de sigilo que isso impunha, à erosão da sociedade tradicional e ausência de uma educação moderna nas áreas rurais, não existiam condições favoráveis para o alargamento das ideias nacionalistas por todo o território. Por isso foi só entre uma minoria predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos destribalizados, na sua

maioria mulatos e assimilados, que se desenvolveu a ideia de uma acção de âmbito nacional.

Este grupo estava em posição de analisar os três aspectos essenciais da situação colonial: a discriminação racial e exploração dentro do sistema colonial; a fraqueza real do colonizador e a evolução social do homem em termos gerais com o contraste entre a emergência da luta dos negros na África e na América e a resistência do seu próprio povo.

Assim encorajados pelo liberalismo da nova república em Portugal (1910 – 1926) e pelas ideias pan-africanistas, estes grupos criaram associações e fizeram protextos na imprensa contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais.

As Associações

As associações mais importantes em Moçambique surgiram nos últimos anos da monarquia portuguesa, constituídas fundamentalmente por mulatos e assimilados. As mais significativas foram:

Grémio Africano de Lourenço Marques - fundado em 1908 e legalizado em 1920 com a designação de **Associação Africana de Lourenço Marques**. Participou no Congresso Pan-africano realizado em Lisboa, em 1923;

- Dirigida pelos irmãos Albasine
- Constituída por mulatos e negros assimilados entre os quais se notabilizaram Estácio Dias, Karel Pott, Francisco Benfica e outros;
- Sua principal motivação era a valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra; defesa dos mulatos e assimilados contra a discriminação racial.
- O veículo das suas ideias foi o jornal “*O Brado Africano*”

Liga Africana – fundada em 1910 chegou a patrocinar a 2ª parte do Congresso Pan-africano de Lisboa (1923) no qual esteve presente o Grémio Africano de Lourenço Marques.

Instituto Negrófilo (mais tarde Centro Associativo dos Negros de Moçambique) – formado em princípios de 1932, na sequência da cisão da Associação Africana de Lourenço Marques, foi legalizada logo em Março de 1932. Os seus principais objectivos eram a promoção do desenvolvimento material, intelectual e moral dos seus associados e, em geral, de todos os “negros portugueses”.

Os seus líderes eram negros saídos da Associação Africana de Lourenço Marques entre os quais se destacavam Brown Dulela, João Manuel e Enoque Libombo. As suas principais acções incidiam no apoio às famílias dos seus membros (participação em funerais, empréstimos, colocação de desempregados, etc.). Era subsidiada pelo fundo dos “Negócios Indígenas” e por empresas como Paulino Santos Gil, WENELA e João Ferreira dos Santos.



Grémio Negrófilo de Manica e Sofala – fundado na Beira como réplica do Grémio de Lourenço Marques. Seu 1º líder foi Kamba Simango.

O Papel da Imprensa

A imprensa moçambicana neste período desempenhou um papel importante na contestação ao sistema colonial. Um grande precursor da imprensa combativa deste período foi Alfredo de Aguiar, angolano, que fundou os jornais “O Imparcial” e “O Clamor Africano”. Os seus protestos contra o trabalho forçado e a discriminação racial no ensino e nos empregos valeram-lhe perseguições e encerramento das suas publicações.

Outras publicações como “O Proletário”, criado em 1912, “O Ferroviário” (de 1915/1916), “O Germinal” (1914/1918), os Simples, travaram uma acesa luta por um despertar da consciência operária entre os colonos brancos.

Destaque também para os irmãos Albasini, que nos seus escritos, quer no “Brado Africano” quer no Africano”, reivindicavam reformas no sistema colonial, exigindo os mesmos direitos que os portugueses. Devido as suas actividades, o “O Brado Africano” foi suspenso em 1932.

As Manifestações Literárias e Artísticas

Poetas, pintores, e escritores também manifestaram o seu descontentamento perante o facto colonial. Homens como Rui de Noronha, Malangatana, José Craveirinha, João Craveirinha, Noémia de Sousa, entre outros, nos seus poemas, nas suas telas, nos seus escritos protestavam contra a situação colonial.

Resumo da Lição



Resumo

Em África o nacionalismo surgiu da experiência do colonialismo, da opressão colonial e usou os meios do próprio colonizador para contestar a situação colonial e criar um sentimento de identidade nacional.

Em Moçambique, as restrições ao associativismo e a luta política, a erosão da sociedade tradicional e ausência de uma educação moderna nas áreas rurais, limitou a uma minoria urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos destribalizados, na sua maioria mulatos e assimilados, as ideias nacionalistas.

As principais associações em Moçambique foram o Grémio Africano de Lourenço Marques, depois Associação Africana de Lourenço Marques, a Liga Africana, o Instituto Negrófilo (mais tarde Centro Associativo dos Negros de Moçambique) e o Grémio Negrófilo de Manica e Sofala.

A imprensa desempenhou neste período papel importante na contestação ao sistema colonial. Os principais jornais eram “O Imparcial”, “O Clamor Africano”, “O Proletário”, “O Ferroviário”, “O Germinal”, os Simples, o “Brado Africano” o “O Africano”.

Rui de Noronha, Malangatana, José Craveirinha, João Craveirinha, Noémia de Sousa, e outros, protestavam contra a situação colonial através dos seus poemas, telas e escritos.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Quais são as camadas sociais que assumiram a dianteira do movimento nacionalista em Moçambique?
 - a) intelectuais e assalariados
 - b) trabalhadores ferro-portuários
 - c) os chefes tradicionais
 - d) o campesinato africano

 2. Qual foi a associação que participou no Congresso Pan-africano realizado em Lisboa, em 1923
 - a) Instituto Negrófilo
 - b) Liga Africana
 - c) Grémio Africano de Lourenço Marques
 - d) Grémio Negrófilo de Manica e Sofala

 3. Que foi o fundador dos jornais “O Imparcial” e “O Clamor Africano”?
 - a) Alfredo de Aguiar
 - b) Irmãos Albasine
 - c) Brown Dulela
 - d) Estácio Dias
-
1. a)
 2. c)
 3. a)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Assinale com ✓ todos os factores que impediam o alargamento das ideias nacionalistas por todo o território
 - a) proibição de qualquer associação política
 - b) a instação de companhias em algumas regiões
 - c) a dependência de Portugal em relação ao capital estrangeiro
 - d) erosão da sociedade tradicional
 - e) ausência de uma educação moderna nas áreas rurais

2. Complete a tabela seguinte usando as pistas que lhe oferecemos
 - ☉ Promoção do desenvolvimento material, intelectual e moral dos seus associados e, em geral, de todos os “negros portugueses”.
 - ☉ Grémio Africano de Lourenço Marques
 - ☉ Instituto Negrófilo (depois Centro Associativo dos Negros de Moçambique)
 - ☉ 1920 como Associação Africana de Lourenço Marques.
 - ☉ 1932
 - ☉ Valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra; defesa dos mulatos e assimilados contra a discriminação racial.

Nome da associação	Fundação (Ano)	Legalização (Ano)	Líderes	Ideais
a)	1908	b)	José e João Albasine, E. Dias, Karel Pott, F. Benfica	c)
d)	1932	e)	B. Dulela, J. Manuel e E. Libombo.	f)

1. A que associação esteve ligado o jornal “O Brado Africano”?
 - a) Instituto Negrófilo
 - b) Liga Africana
 - c) Grémio Africano de Lourenço Marques



d) Grémio Negrófilo de Manica e Sofala

Soluções

Lição 1

1. Nos tempos mais remotos colonização designava a ocupação de novas terras, com instalação de estabelecimentos agrícolas, enquanto no sentido moderno entende-se como a ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar.
2. A ideia de soberania constituiu um dos principais suportes ideológicos da resistência africana na medida em que os chefes africanos levantaram-se contra os europeus quando perceberam que a sua independência e soberania estavam sendo postos em causa. É isso que atestam as afirmações de alguns reis africanos que deixaram ficar o seu sentimento sobre a presença europeia.

Lição 2

1. Indicar um entre os seguintes exploradores
 - David Livingstone
 - Savorgnan Brazza
 - Hermenegildo Capelo
 - Robert Ivens
 - Serpa Pinto
 - Cameroon
2. Em 1880 os europeus ocupavam apenas cerca de 20% do território africano ao longo da costa. A única região em que se notava presença europeia no interior era o extremo sul do continente, onde haviam europeus no interior do Cabo.

Lição 3

1. Essa afirmação não pode ser verdadeira. Na verdade o investimento para dispor de colônias em África era realmente grande demais para se pensar que algum país pudesse suportá-lo apenas por motivos de prestígio. Portanto se Portugal manteve as colônias onde já tinha interesses mercantis desde o século XV, é porque estava, objectivamente, interessado em explorá-las.
2. Portugal posicionou-se como medianeiro entre o imperialismo na caça do sobrelucro colonial, e os recursos humanos e naturais de Moçambique ao colocar os recursos humanos e naturais de Moçambique ao dispor do capital internacional. Isto fez-se através da cedência de dois terços do território moçambicano às companhias, ao promover a exportação de mão-de-obra a sul do Save para as minas sul-africanas.

Lição 4

1. b)
2. soluções
- a) V
- b) V
- c) F
- d) F

Lição 5

1. c, d, g, h, i
2. a), c), e)

Lição 6

1. a), d)
2. a) V, b) V, c) F, d) F
3. c)

Lição 7

1. a)
2. a)

Lição 8

1. c)
2. c)
3. b)



Lição 9

1.
 - a) F
 - b) V
 - c) F
 - d) F
2. c)
3. a)
4. a)

Lição 10

1. a)
2. a)
3. c)
4. b)

Lição 11

1. b)
2. d)
3. b)

Lição 12

1. c)
2. b)
3. c)
4. c)
5. b)

Lição 13

1. b)
2. a)
3. a)
4. c)

Lição 14

1. b)
2. c)
3. b)
4. c)
5. b)
6. c)

Lição 15

1. a)
2. b)
3. a)
4. a)

Lição 16

1. a)
2. a)
3. c)
4. a)



Lição 17

1. a), d), e)
2.
 - a) Grémio Africano de Lourenço Marques
 - b) 1920
 - c) Valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra; defesa dos mulatos e assimilados contra a discriminação racial.
 - d) Instituto Negrófilo
 - e) 1932
 - f) Promoção do desenvolvimento material, intelectual e moral dos seus associados e, em geral, de todos os “negros portugueses”.

Teste Preparação de Final de Módulo 7

Este teste, querido estudante, serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA. Bom trabalho!

1. Assinale com um **✓** a afirmação que define correctamente colonização
 - a) Capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos de África
 - b) Prova de que os africanos nunca haviam resignado diante da conquista e ocupação europeia
 - c) Ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar
 - d) Fenómeno moderno de iniciativa essencialmente europeia que se desenvolveu do século XV até meados do século XX
2. O traçado definitivo da fronteira sul de Moçambique foi fixado:
 - a) Em 1820 por William Owen
 - b) Em 1875 pelo presidente Francês marechal Mac Mahon.
 - c) Em 1885 na Conferência de Berlim
 - d) Em 1887 por Henrique Barros Gomes
3. Assinale **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas em relação as tentativas de ocupação global dos territórios portugueses.
 - a) Em 1898 a Inglaterra assinou com a Alemanha um acordo para a divisão de Angola e Moçambique, mas na verdade pretendia a neutralidade alemã na guerra anglo-boer e no conflito com a França pelo Sudão.
 - b) Pelo tratado de Windsor a Inglaterra reafirmou a sua obrigação de proteger a integridade territorial de Portugal contra todos os inimigos presentes e futuros.
 - c) Pelo tratado de Windsor Portugal garantia apoio militar à Inglaterra e proibia o tráfico de armas por Lourenço Marques.
 - d) Um dos subscritores do tratado de Windsor foi a Alemanha
4. Até 1870 o poder dos portugueses em Lourenço Marques era muito fraco e estava circunscrito ao forte de Lourenço Marques e arredores. Assinale com um **✓** a(s) razão(ões) que explica(m) como é que os portugueses permaneceram no local.
 - a) Os chefes africanos tinham apoio dos comerciantes do marfim
 - b) A presença portuguesa não era ameaça para os estados africanos e era importante para o desenvolvimento do comércio.

- c) Os portugueses contavam com o apoio dos boeres e não se envolviam na vida dos reinos africanos
5. Assinale com um ✓ as unidades políticas que existiam no sul de Moçambique por volta de 1880.
- a) Estados Militares do Vale do Zambeze
 - b) Estado de Gaza
 - c) Reino Maputo
 - d) Estados Ajaua
 - e) Reinos Afro -Islâmicos da Costa
 - f) Cossa
 - g) Matsolo
 - h) Nuamba
6. Assinale com um ✓ os factores que concorreram para o desenvolvimento do Sul de Moçambique entre 1840 e 1870
- a) Intensificação da caça ao elefante com reflexo no aumento das exportações de marfim
 - b) Início da mineração de diamantes em Kimberley, em 1871
 - c) Intensificação do comércio asiático no sul de Moçambique
 - d) Início da exportação de mão-de-obra para o Natal
 - e) Exportação da produção camponesa.
 - f) Início da mineração de ouro em Lydenburg.
 - g) Surgimento de outras indústrias dependentes
7. 1889 e 1891 o processo de ocupação no centro de Moçambique conheceu uma interrupção devido a:
- a) Disputas entre os portugueses e ingleses, pelo controlo das terras de Manica tidas como ricas em ouro
 - b) Criação da Companhia de Moçambique, em 1888, que iniciou contactos com as chefes locais para obter concessões.
 - c) Assinatura em 1889 de um acordo com Gungunhane pelo qual reconhecia à Companhia direitos mineiros em Manica
 - d) presença da capital de Gaza em Mussorize (Manica)
8. Uma das causas da revolta de Bárue foi a...
- a) Construção da linha férrea Beira – Macequece
 - b) Modernização das armas dos guerreiros na região
 - c) Montagem da capital do estado de Gaza em Mussorize
 - d) Profanação dos santuários da região.

9. Até ao final do século XIX, Cabo Delgado era caracterizado pelos seguintes aspectos políticos:
 - a) Existência de grandes chefes territoriais.
 - b) Supremacia dos estados Yao relativamente às populações makondes;
 - c) Inexistência de grandes chefes territoriais;
10. Otoman refere-se a:
 - a) Ataques de surpresa ao inimigo
 - b) Ataques às povoações seguidas de pilhagens.
 - c) Pilhagem;
11. A Companhia de Niassa foi criada:
 - a) Antes de 1891;
 - b) Em 1891;
 - c) depois de 1891
12. Nos finais do século XIX e princípios do século XX, referia-se ao Norte de Moçambique às actuais províncias de:
 - a) Tete, Niassa, Zambézia e Nampula;
 - b) Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa;
 - c) Niassa, Cabo Delgado e Nampula
13. A rede de tráfico de escravos foi desenvolvida em Nampula pela/os:
 - a) Confederação makua namarraia e Chefes makuas dos Imbamela, Morrovene e Mulai;
 - b) Chefaturas makuas dos Chacac, Érati e Meto e Chefes makuas dos Imbamela, Morrovene e Mulai;
 - c) Chefes makuas dos Imbamela, Morrovene e Mulai e reinos afro-islâmicos da costa
14. A ocupação militar de Nampula foi facilitada
 - a) Pela supremacia militar dos portugueses relativamente aos africanos;
 - b) Colaboração dos potentados escravagistas em conflitos;
 - c) Pela colaboração de alguns chefes tradicionais em conflito com os potentados escravagistas da costa.
15. O último foco de resistência no Norte de Moçambique foi:
 - a) A resistência dos chefes makuas e makondes;
 - b) A resistência dos reinos afro-islâmicos;

- c) A resistência makonde
16. As campanhas de ocupação efectiva de Cabo Delgado e Niassa estiveram interrompidas de 1902 a 1908 devido a:
- a) Falta de mão-de-obra para as minas Sul-africanas;
 - b) Falta de recursos financeiros;
 - c) Decisão tomada pela Niassa Syndicate
17. A “obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social”, foi imposta pelo:
- a) Decreto que substituiu a pena de prisão pelo trabalho correcional
 - b) Código de Trabalho rural 1899
 - c) Reforma administrativa de 1907
 - d) Carreira administrativa de 1907
18. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas
- a) Até 1890 havia uma clara distinção de penas entre “indígenas” e “não indígenas”.
 - b) Até 1890 a pena de prisão era aplicada tanto para os “indígenas” como para os “não indígenas”
 - c) Os teóricos do colonialismo defendiam a uniformidade de penas entre indígenas e não indígenas
 - d) Até 1890 já existia uma legislação impondo claramente a obrigação dos negros trabalharem
19. A publicação da legislação colonial começou a ser publicada em
- a) 1890
 - b) 1892
 - c) 1894
 - d) 1899
20. A montagem do estado colonial português teve como principais figuras:
- a) António Enes, Aires de Ornelas, Freire de Andrade
 - b) António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Paiva de Andrade
 - c) António Enes, Aires de Ornelas, Paiva de Andrade
 - d) António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Freire de Andrade
21. Assinale a razão que levou Portugal a atribuir, aos senhores de terras, títulos de capitão e sargento-mór no século XIX.
- a) Era uma “gratificação” pela entrega, à coroa, das terras conquistadas em guerras ou raides de caça ao escravo.
 - b) Era uma forma de atrair o capital internacional

- c) Forma de protesto contra a fixação de estrangeiros no Chire e Bárue e do estabelecimento da BSAC na Mashonalândia.
 - d) Forma de Portugal precaver-se da ameaça que a fixação de estrangeiros representava e garantir o controlo do Zambeze.
22. Em 1854 um decreto "extinguiu" os prazos. Com essa medida:
- a) As terras reverteram para o Estado, ficando os habitantes dessas terras apenas sujeitos às leis do Estado colonial.
 - b) As terras foram entregues às companhias.
 - c) As terras foram entregues a novos senhores de terras que criaram os Estados militares do Vale do Zambeze
 - d) Foi montada a máquina administrativa do estado colonial.
23. Em 1888 o Governo português nomeou uma comissão para estudar as reformas nos prazos cujo relatório aconselhava:
- a) Tornar Moçambique colónia de plantação e manter os prazos.
 - b) Fazer de Moçambique uma colónia de plantação e acabar com o sistema de prazos.
 - c) Atrair capitais estrangeiros para desenvolver plantações.
 - d) Introduzir a obrigatoriedade de pagar mussoco em trabalho.
24. A decisão do Estado Português de criar companhias em Moçambique foi motivada por:
- a) Pelo declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII
 - b) Pela debilidade económica de Portugal que não permitia, conduzir a exploração de Moçambique
 - c) Pelo desejo pessoal de António Enes então Comissário-Régio em Moçambique
 - d) Pela necessidade de pôr fim ao tráfico de escravos
25. As primeiras experiências, mal sucedidas, para pôr termo ao tráfico de escravos nas suas colónias tiveram lugar:
- a) A partir dos finais da década de 1840.
 - b) Na década de 1820
 - c) Na década de 1850
 - d) Cerca de 1870
26. A principal inovação do código do trabalho indígena publicado em 1875 foi:
- a) Substituir a categoria de libertos pela de serviços
 - b) O estabelecimento do princípio de que os africanos devem "trabalhar" para serem "civilizados".
 - c) Início dos recenseamentos para facilitar a administração directa de alguns prazos, em especial a cobrança do mussoco.
 - d) Arrematação das terras em hasta pública sendo os vencedores obrigados a pagar uma parte do mussoco cobrado ao estado.
27. A economia agrícola nos territórios da Companhia de Moçambique assentava em:
- e) Plantações e agricultura dos colonos

- f)** Agricultura dos colonos e pequena produção familiar camponesa
 - g)** Plantações, agricultura dos colonos e pequena produção familiar camponesa
 - h)** Culturas forçadas do algodão e arroz
- 28. Os privilégios bancários e postais incluindo a emissão de moedas e selos foram concedido à companhia de Moçambique pelo:
 - a)** Decreto de 11 de Fevereiro de 1890
 - b)** Decreto de 11 de Fevereiro de 1891
 - c)** Decreto de 26 de Março de 1926
 - d)** Decreto de Junho de 1891
- 29. Para manter o controlo do capital estrangeiro na Companhia de Moçambique, Portugal adoptou as seguintes medidas:
 - b)** Imposição dum corpo administrativo maioritariamente moçambicano
 - c)** Imposição dum corpo administrativo maioritariamente português e exigir a ratificação das leis pelo governo português
 - d)** Exigência da ratificação das leis pelo governo português e manter um corpo administrativo dos maiores accionistas estrangeiros.
 - e)** Fixação dos membros do corpo administrativo em Manica e Sofala.
- 30. A Comissão Directora do Comércio de Milho acabou desempenhando as seguintes funções:
 - e)** Coordenação agrícola para a assistência directa aos agricultores.
 - f)** Preservação e protecção do mercado local e externo do milho.
 - g)** Criação de incentivos ao campesinato africano através da discriminação de preços.
 - h)** Expropriação dos camponeses africanos a favor dos colonos
- 31. Os regulamentos da principal legislação dos territórios de Manica e Sofala vieram:
 - e)** Introduzir o recrutamento de moçambicanos para a África do sul
 - f)** Acabar com o trabalho forçado
 - g)** Estabelecer um sistema de descentralização da força de trabalho
 - h)** Instituir o trabalho forçado, o controlo rigoroso da força de trabalho, interditar o recrutamento para serviços fora de Manica e Sofala.
- 32. A Associação dos Agricultores de Manica e Sofala era uma organização que:
 - e)** Englobava os agricultores colonos e os pequenos agricultores africanos.
 - f)** Foi-lhe proibida qualquer representação da Repartição do trabalho Indígena.
 - g)** Protegia os interesses dos agricultores colonos.
 - h)** Protegia as grandes plantações
- 33. As companhias majestáticas em Moçambique foram
 - e)** Companhia do Niassa, Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia
 - f)** Companhia de Moçambique.
 - g)** Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique

- h)** Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia
34. A primeira medida adoptada pela Companhia de Moçambique para compelir o campesinato para o trabalho assalariado foi:
- b)** Introdução do trabalho forçado
 - c)** Instituição do imposto em géneros
 - d)** Instituição do imposto em dinheiro
 - e)** Instituição do imposto da palhota
35. O absentismo nas plantações foi travado através da/o
- a)** Redução do volume de trabalho nas plantações;
 - b)** Introdução do trabalho por tarefa e a cobrança de impostos em dinheiro e em trabalho
 - c)** Respeito pelos direitos humanos;
 - d)** Crescimento da produção alimentar
36. A comissão instituída em 1888 para a introdução da reforma dos prazos conclui que:
- a)** Moçambique reunia condições quer para ser uma colónia de povoamento quer para ser uma colónia comercial
 - b)** Moçambique reunia condições para ser colónia de plantações
 - c)** Moçambique não reunia condições para colónia de povoamento, nem colónia comercial ou de plantações
37. O absentismo nas plantações foi travado através da/o
- a)** Redução do volume de trabalho nas plantações;
 - b)** Pagamento do mussoco;
 - c)** Respeito pelos direitos humanos;
 - d)** Crescimento da produção alimentar
38. A portaria de 1886 de Augusto de Castilho dava ao camponês:
- a)** A alternativa de pagar metade do mussoco em trabalho
 - b)** Pagar metade do mussoco em trabalho e metade em géneros
 - c)** Pagar o mussoco em géneros ou em trabalho
39. Uma das formas de exploração usada pela Companhia do Niassa foi:
- d)** Monopólio das taxas aduaneiras de importação e exportação;
 - e)** Pagamento de impostos em numerário e género;
 - f)** Pagamento de impostos em numerário e recrutamento da mão-de-obra;
40. Para o monopólio da actividade de exportação da mão-de-obra o Capital Sul- Africano foi representado pela/o
- a)** British South Africa Company;
 - b)** Companhia da Zambézia;
 - c)** Witwatersrand Native Labour Association (WENELA);
 - d)** Wenela e a Companhia da Zambézia
 - e)** A 2ª convenção entre Moçambique e RSA estabelecia:

- f) sistema de pagamento diferido (numa base voluntária) e a possibilidade de o governo cobrar os impostos nas minas.
 - g) Um sistema de pagamento diferido obrigatório
 - e) O monopólio do recrutamento da mão-de-obra moçambicana pela WENELA.
 - f) Intensificação das medidas repressivas que obrigavam os camponeses sul-africanos a trabalhar nas minas.
41. O trabalho migratório foi introduzido nas actuais províncias de:
- a) Gaza, Inhambane, Maputo e Nampula.
 - b) Inhambane, Gaza e Maputo.
 - c) Cabo-Delgado, Nampula, Manica e Tete.
1. As agências recrutadoras autorizadas a operar em Moçambique com base no acordo de 1965 foram:
- a) WENELA, TEBA e ALGOS
 - b) ALGOS, NRC e Câmara das minas
 - c) ATAS, CAMON e ALGOS
44. No contexto da dominação colonial ao campesinato foi reservado o papel de:
- b. Fornecer força de trabalho migratória
 - c. Produtores nas plantações, transportes, minas e comércio rural.
 - d. Proporcionar rendimentos ao governo colonial através dos impostos
 - e. a), b) e c) são verdadeiras
45. Os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais começaram a convergir os primeiros trabalhadores assalariados urbanos surgiram em conexão com:
- a) a construção e desenvolvimento de portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira
 - b) o desenvolvimento do sistema de plantações no centro de Moçambique
 - c) a fixação dos primeiros grupos de colonos portugueses
 - d) a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra, recrutados em regime de trabalho obrigatório
46. Era nos portos e caminhos-de-ferro que se concentravam as secções numericamente mais importantes do proletariado urbano porque:
- a) Este sector era o maior empregador
 - b) Nos portos concentravam os estivadores
 - c) Ai os trabalhadores não tinham qualificação e viviam em compounds
 - d) Nenhuma afirmação está correcta
47. No contexto da economia colonial emergiu uma burguesia comercial local cujo interesse era:
- a) Garantir mercado para os produtos provenientes da metrópole

- b) Crescimento da importação e exportação de produtos de e para o campesinato e o trânsito de mercadorias de e para os países vizinhos.
 - c) Ligar seus interesses aos da burguesia na Europa e África do Sul.
 - d) Travar a supremacia da burguesia agrícola em Moçambique
48. Para fazer face as greves dos trabalhadores quer negros, quer brancos, o estado colonial optava por:
- a) Deportar os activistas brancos e neutralizar as greves dos negros.
 - b) Aliciar os poucos assimilados assalariados, garantindo-lhes algumas das regalias dos brancos.
 - c) Reprimir militarmente os trabalhadores brancos ou negros.
 - d) a) e b) são verdadeiras